

ISSN-0103-5576

TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM - Ano XXII, nº 64, Maio - Agosto/2009

64



REMESSAS

REFUGIADOS

PENDULARIDADE

PAPÉIS

DIRETIVA

FLUXO

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

Diretor do CEM

Sidnei Marco Dornelas

Editor

Dirceu Cuti

CONSELHO CIENTÍFICO

Alfredo José Gonçalves (Pia. Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrini anos)

Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRJ)

Dulce Baptista Tourinho (PUC/SP)

Francisco Nunes (Casper Libero)

Giralda Seyferth (Musel. Nacional/PPGAS/UFRJ)

José Guilherme Cantor Magnani (USP)

José Jorge Góbara (UNESP)

Lelio Alberto Mármora (Universidad de Buenos Aires)

Lorenzo Principe (CSEH/Roma)

Marcia Anita Sprandel (Gt. Migrações Internacionais da ABA e CEMI/Unicamp)

Maria Aparecida de Moraes Silva (UNESP)

Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar)

Sidney Antonio da Silva (JFAM)

CONSELHO EDITORIAL

Ana Cristina Arantes Nasser (USP)

Heinz Dieter Heidemann (USP)

Helion Róvoa Neto (NIEM e IPPUR/UFRJ)

José Carlos Pereira (SPM e Unicamp)

Léa Francesconi (USP)

Margarida Maria de Andrade (USP)

Marilda Aparecida de Menezes (UFPB)

Odaí da Cruz Paiva (UNESP)

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Rua Vasco Pereira, 55

Bairro Liberdade

01514-030 São Paulo / SP - Brasil

Fone: (11)3208.6227

cemso@cemsp.com.br

www.cemsp.com.br

Capa - Raquel de Moura Peres Venturini

Impressão - Maxprint Editora e Gráfica Ltda (11)4815.4331

SUMÁRIO

Apresentação	5
<i>Helion Póvoa Neto</i>	
Análise do deslocamento pendular para o trabalho do município de Colombo para Curitiba / PR.....	7
<i>Gislene Santos</i>	
(Des)caminhos da migração pendular na metrópole do Rio de Janeiro: uma perspectiva a partir dos eixos de transporte.....	23
<i>Luciano Ximenes Aragão</i>	
Emigração de argentinos para a Espanha: fluxos e composição.....	37
<i>Fernando Osvaldo Esteban</i>	
Refugiados: o reassentamento solidário no território brasileiro	49
<i>César Augusto Silva da Silva</i> <i>Viviane Mozine Rodrigues</i>	
Migración internacional, remesas y desarrollo: del mito a la realidad.....	59
<i>Rodolfo García Zamora</i>	
A Diretiva Europeia de retorno	63
<i>João Carlos Jarochinski Silva</i>	
Resenha.....	81
Cem papéis (conto)	85
<i>Catitu Tayassu</i>	

Ao receber esta *Travessia – Revista do Migrante*, de número 64, você perceberá imediatamente que alguma coisa mudou. As mudanças por que passa a revista tinham sido já anunciadas no número anterior, porém agora elas ficarão mais evidentes. Esperamos que você aprove as mudanças e que elas lhe deem ainda mais gosto para ler, assinar e colaborar com esta nossa *Travessia*.

O formato é novo, com uma divisão em seções que se faz sentir desde o sumário, e o fim da obrigatoriedade do tema geral referente a todo o número. Os artigos são agora acompanhados por resumos / abstracts e palavras-chave. Continuam presentes, e valorizados, textos de formato não estritamente acadêmico, além de literatura, depoimentos, relatos de experiências e documentos relevantes para a temática da migração.

Mais importante, porém, que as mudanças, é o que não mudou. Nossa publicação nasceu em 1988, fruto da iniciativa do CEM e de um grupo de pesquisadores que buscava atuar solidariamente junto aos migrantes, nas suas necessidades e reivindicações, mas também conhecer profundamente a sua realidade, produzindo um conhecimento que circulasse entre academia, ensino e movimentos sociais.

Depois de vinte anos, o Brasil conheceu mudanças importantes, mas a migração continua a ser marcante em nossa sociedade. O país afirmou-se como de emigração, ganhando sustentação o fluxo de brasileiros para estabelecimento em diversos destinos internacionais e se afirmando, progressivamente, a necessidade de políticas públicas específicas para essas comunidades. Se a presença brasileira no exterior continuará crescendo, é uma questão em aberto, que convida à atenção de pesquisadores e ativistas.

Por outro lado, estando presentes ainda as marcas da “antiga imigração” na formação da sociedade brasileira, o que explica muito da nossa diversidade social e cultural, “novos estrangeiros” afirmaram sua presença, como imigrantes e refugiados. Nesses 21 anos da *Travessia*, três anistias oficiais para imigrantes irregulares foram implementadas, a Lei dos Estrangeiros do regime militar começou a ser reformulada, e o país tenta estruturar-se institucionalmente para a recepção de refugiados.

No plano interno, as migrações continuaram a ser importantes movimentos de reestruturação do território, afetando os processos de urbanização e metropolização, tanto nas escalas nacional e regional, quanto no plano intraurbano. Novas definições em fluxos migratórios “históricos” do país, com reversões e redirecionamentos, além da multiplicação dos movimentos no interior das regiões metropolitanas e entre municípios vizinhos, apontam para mudanças qualitativas que continuam a merecer nossa atenção.

Essas nos parecem ser algumas das razões pelas quais permanece a importância de conhecer a migração, compreender os migrantes, e estar ao seu lado. A revista mantém assim o seu compromisso social e político, reforçando algumas características de publicações acadêmicas, mas persistindo no intuito de reunir nas suas páginas a palavra do migrante, do agente de pastoral, do ativista, como também a do estudante, do professor, do pesquisador.

Reiteramos assim o convite para antigos e novos colaboradores que se identifiquem com a proposta da revista. Que teve também, como você irá perceber,

uma renovação nos seus Conselhos Editorial e Científico. Considerando que deveriam ser indissociáveis a produção de conhecimento e a intervenção sobre o real, continuaremos a acolher contribuições de diversos formatos, níveis de aprofundamento e pretensões.

* * *

Este número da Travessia traz dois artigos sobre formas de mobilidade pendular em grandes centros urbanos. O artigo de Gislene Santos aborda o aglomerado metropolitano de Curitiba e os deslocamentos entre um de seus municípios, Colombo, e o município central. O artigo de Luciano Ximenes Aragão enfoca o processo histórico de urbanização na área metropolitana do Rio de Janeiro, enquadrando-o na situação atual da mobilidade espacial, mas também da imobilidade dos que são privados do transporte e da relação com sua mobilidade social.

O artigo seguinte, de Fernando O. Esteban, aborda a escala internacional, destacando a emigração argentina para a Espanha, e distinguindo diversos períodos da mesma, desde o exílio político até a migração econômica após a ditadura, com transformações nos períodos subsequentes.

Três outras contribuições também enfocam os deslocamentos internacionais. A de César Augusto Silva da Silva e Viviane Mozine Rodrigues apresenta algumas características do reassentamento de refugiados no Brasil, apontando para suas dificuldades e algumas possíveis soluções. O texto de Rodolfo García Zamora destaca a importância das remessas de migrantes no continente latinoamericano. João Carlos Jarochinski Silva, por sua vez, apresenta a chamada Diretiva do Retorno europeia, que prevê o retorno forçado de imigrantes em situação irregular. Além dos comentários, como anexo, João Carlos oferece ao leitor o texto da Diretiva, aprovada em 2008 pelo Parlamento Europeu.

Este número inclui ainda a resenha, por Sidnei Marco Dornelas, do livro de Fernando Frochtengarten “Caminhando sobre fronteiras: o papel da educação na vida de adultos migrantes”.

Por fim, a crônica de Catitu Tayassu nos traz um pouco da emoção da descoberta do Outro, esse outro que pode ter as faces do estrangeiro, do migrante, do morador de rua, e que pode nos convocar à solidariedade.

* * *

Aguardando o seu retorno e a sua colaboração, desejamos uma boa leitura e até o próximo número.

Helion Póvoa Neto

Ao receber esta *Travessia – Revista do Migrante*, de número 64, você perceberá imediatamente que alguma coisa mudou. As mudanças por que passa a revista tinham sido já anunciadas no número anterior, porém agora elas ficarão mais evidentes. Esperamos que você aprove as mudanças e que elas lhe deem ainda mais gosto para ler, assinar e colaborar com esta nossa *Travessia*.

O formato é novo, com uma divisão em seções que se faz sentir desde o sumário, e o fim da obrigatoriedade do tema geral referente a todo o número. Os artigos são agora acompanhados por resumos / abstracts e palavras-chave. Continuam presentes, e valorizados, textos de formato não estritamente acadêmico, além de literatura, depoimentos, relatos de experiências e documentos relevantes para a temática da migração.

Mais importante, porém, que as mudanças, é o que não mudou. Nossa publicação nasceu em 1988, fruto da iniciativa do CEM e de um grupo de pesquisadores que buscava atuar solidariamente junto aos migrantes, nas suas necessidades e reivindicações, mas também conhecer profundamente a sua realidade, produzindo um conhecimento que circulasse entre academia, ensino e movimentos sociais.

Depois de vinte anos, o Brasil conheceu mudanças importantes, mas a migração continua a ser marcante em nossa sociedade. O país afirmou-se como de emigração, ganhando sustentação o fluxo de brasileiros para estabelecimento em diversos destinos internacionais e se afirmando, progressivamente, a necessidade de políticas públicas específicas para essas comunidades. Se a presença brasileira no exterior continuará crescendo, é uma questão em aberto, que convida à atenção de pesquisadores e ativistas.

Por outro lado, estando presentes ainda as marcas da “antiga imigração” na formação da sociedade brasileira, o que explica muito da nossa diversidade social e cultural, “novos estrangeiros” afirmaram sua presença, como imigrantes e refugiados. Nesses 21 anos da *Travessia*, três anistias oficiais para imigrantes irregulares foram implementadas, a Lei dos Estrangeiros do regime militar começou a ser reformulada, e o país tenta estruturar-se institucionalmente para a recepção de refugiados.

No plano interno, as migrações continuaram a ser importantes movimentos de reestruturação do território, afetando os processos de urbanização e metropolização, tanto nas escalas nacional e regional, quanto no plano intraurbano. Novas definições em fluxos migratórios “históricos” do país, com reversões e redirecionamentos, além da multiplicação dos movimentos no interior das regiões metropolitanas e entre municípios vizinhos, apontam para mudanças qualitativas que continuam a merecer nossa atenção.

Essas nos parecem ser algumas das razões pelas quais permanece a importância de conhecer a migração, compreender os migrantes, e estar ao seu lado. A revista mantém assim o seu compromisso social e político, reforçando algumas características de publicações acadêmicas, mas persistindo no intuito de reunir nas suas páginas a palavra do migrante, do agente de pastoral, do ativista, como também a do estudante, do professor, do pesquisador.

Reiteramos assim o convite para antigos e novos colaboradores que se identifiquem com a proposta da revista. Que teve também, como você irá perceber,

uma renovação nos seus Conselhos Editorial e Científico. Considerando que deveriam ser indissociáveis a produção de conhecimento e a intervenção sobre o real, continuaremos a acolher contribuições de diversos formatos, níveis de aprofundamento e pretensões.

* * *

Este número da Travessia traz dois artigos sobre formas de mobilidade pendular em grandes centros urbanos. O artigo de Gislene Santos aborda o aglomerado metropolitano de Curitiba e os deslocamentos entre um de seus municípios, Colombo, e o município central. O artigo de Luciano Ximenes Aragão enfoca o processo histórico de urbanização na área metropolitana do Rio de Janeiro, enquadrando-o na situação atual da mobilidade espacial, mas também da imobilidade dos que são privados do transporte e da relação com sua mobilidade social.

O artigo seguinte, de Fernando O. Esteban, aborda a escala internacional, destacando a emigração argentina para a Espanha, e distinguindo diversos períodos da mesma, desde o exílio político até a migração econômica após a ditadura, com transformações nos períodos subsequentes.

Três outras contribuições também enfocam os deslocamentos internacionais. A de César Augusto Silva da Silva e Viviane Mozine Rodrigues apresenta algumas características do reassentamento de refugiados no Brasil, apontando para suas dificuldades e algumas possíveis soluções. O texto de Rodolfo García Zamora destaca a importância das remessas de migrantes no continente latinoamericano. João Carlos Jarochinski Silva, por sua vez, apresenta a chamada Diretiva do Retorno europeia, que prevê o retorno forçado de imigrantes em situação irregular. Além dos comentários, como anexo, João Carlos oferece ao leitor o texto da Diretiva, aprovada em 2008 pelo Parlamento Europeu.

Este número inclui ainda a resenha, por Sidnei Marco Dornelas, do livro de Fernando Frochtengarten “Caminhando sobre fronteiras: o papel da educação na vida de adultos migrantes”.

Por fim, a crônica de Catitu Tayassu nos traz um pouco da emoção da descoberta do Outro, esse outro que pode ter as faces do estrangeiro, do migrante, do morador de rua, e que pode nos convocar à solidariedade.

* * *

Aguardando o seu retorno e a sua colaboração, desejamos uma boa leitura e até o próximo número.

Helion Póvoa Neto

Análise do deslocamento pendular para o trabalho do município de Colombo para Curitiba (PR)

*Gislene Santos**

Os dados censitários do IBGE (2000) revelaram que 7,4 milhões de pessoas no Brasil se dirigiram para outro município que não o de sua residência, para trabalhar e/ou estudar. Análise recente (DESCHAMPS, M.; CINTRA, A., 2007) demarca a posição do Estado do Paraná no contexto dos fluxos pendulares: cerca de 435.309 pessoas estavam diretamente envolvidas no deslocamento pendular. Desse total, 86% do fluxo circulava dentro do próprio Estado, 10% em outra unidade da Federação e 4% deslocava-se para outros países.¹ O que desperta atenção, e é objeto deste ensaio, é que dos dez principais municípios paranaenses que enviavam, diariamente, população para fora de sua unidade administrativa, Colombo, integrante da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), ocupasse o 1.º lugar, com o significativo número de 40 mil pessoas que se deslocavam para Curitiba, com o objetivo de trabalhar ou estudar.

Não é nenhuma novidade que os deslocamentos pendulares constituem um dos elementos das dinâmicas territoriais que revelam e caracterizam a extensão da urbanização. Entretanto, no Brasil, há poucos estudos teóricos e parca divulgação dos dados estatísticos oficiais (IBGE) sobre esse tipo de deslocamento. Uma análise mais precisa dessa dinâmica, em escalas espaciais particulares, possibilita entender uma das questões fundamentais do Brasil contemporâneo: a mobilidade laboral entre as cidades.

Para entender essa dinâmica na RMC, utilizo um conjunto de dados estatístico-demográficos (Censo 2000, IBGE) sobre a intensidade e a direção do fluxo pendular originado no município de Colombo.² Para complementá-los, auxilio-me de

* *Gislene Santos é Geógrafa, Docente do Dpto. de Geografia da Universidade Federal do Paraná. Integrante do projeto "Território, Coesão Social e Governança Democrática", Linha de Pesquisa: Metropolização, Dinâmicas Intrametropolitanas e o Território Nacional. Instituto do Milênio-CNPq/Observatório das Metrôpoles.*

entrevistas realizadas em Curitiba com trabalhadores pendulares de Colombo.³ Busco assim mediação metodológica entre um viés quantitativo e outro qualitativo. Para consenso entre as duas fontes de informação, entrevistei pessoas que se deslocam, regularmente, cinco dias por semana de Colombo em direção a Curitiba para trabalhar. Esse recorte temporal (fluxo diário) segue o conceito de deslocamento pendular dado pelo IBGE, como “deslocamento **diário** da casa para o trabalho ou local de estudo”. (IBGE: 2004, p.42). (grifo meu)

Convém salientar, já de início, que se trata de um universo de pessoas que saem diariamente do seu município de residência para o trabalho – desconsidero aqui aqueles que somente estudam. O critério de seleção dos entrevistados restringiu-se à categoria dos trabalhadores por reconhecer, como ensinam Polanyi (2000) e Foucault (2008), que é o trabalho que cria a condição social, econômica e política da mobilidade da população.

Na primeira seção, o foco é dirigido para o processo de incorporação de Colombo a uma dinâmica populacional intrinsecamente conectada à urbanização de Curitiba. Escalas explicativas, como a migração interna no Brasil nos anos de 1960, o processo de modernização agrícola paranaense e a migração rural-urbana, são algumas das variáveis invocadas para explicar a dinâmica do adensamento populacional em Colombo e sua singular participação no deslocamento pendular. Em seguida, na segunda seção, são descritas as características do deslocamento: direção, intensidade e ocupação dos pendulares, em Curitiba, por grupos de atividades.

Através desse duplo exercício, pretende-se refletir sobre o território na escala urbana, embora não se trate de exaustivo estudo de caso, nem de um inventário de elementos locais. Focalizando essa particularidade, busco compreender o lugar do trabalho na economia metropolitana paranaense e as tensões impressas no território, evidenciadas por esse tipo de deslocamento.

A dinâmica da periferização na Região Metropolitana de Curitiba

Quem andou pelas ruas centrais de Colombo, durante o período natalino de 2007, deparou-se com os seguintes *slogans*, expostos em alguns estabelecimentos comerciais: “Quem ama Colombo compra em Colombo” e “Gaste aqui o seu 13.º salário”, entre outros.

Localizado na porção norte da capital metropolitana, Colombo é um dos 26 municípios integrantes da RMC. Aferição na planta da cidade de Colombo (2000) demonstra a extensão da mancha urbana em direção a Curitiba, Pinhais, Campina Grande do Sul, Quatro Barras e Almirante Tamandaré. Desde os anos 1980, das rodovias estaduais, à progressiva implantação dos contornos Norte e Sul, até as políticas de transporte público integrado e programas de acessibilidade, os municípios ao entorno de Curitiba se inseriram numa extensa rede de circulação viária que os conectaram à metrópole. Esses “sistemas de engenharia”, para usar uma expressão do geógrafo Milton Santos, provocaram uma configuração territorial

que facultou a constituição de novas paisagens urbanas e econômicas a partir dos anos 1980. Desse conjunto de ações coordenadas, o intenso deslocamento pendular de Colombo a Curitiba, ora analisado, não se inscreve, portanto, num território virgem, vazio de ações. Ao contrário, nele foi implantada uma gama de objetos para permitir a circulação de bens, pessoas e mercadorias.

Assim, a distância entre os municípios adjacentes ao norte de Curitiba se encurta. Em Colombo, dos bairros Jardim Osasco, Maracanã e Jardim Rio Verde, chega-se à área central de Curitiba em aproximadamente 20 minutos. A distância desses mesmos bairros à área central de Colombo é próxima à de Curitiba (10 km); entretanto, a oferta de serviços, especialmente do setor doméstico, e instituições de ensino superior encontra-se em Curitiba, o que leva 22% de sua população total a deslocar-se diariamente para esta última, para trabalhar e/ou estudar. Cerca de 65 mil pessoas utilizam diariamente os serviços de transporte intraurbano no Terminal Alto Maracanã - de madrugada, por volta das 5 horas da manhã, inicia-se o tumultuado movimento de passageiros que tomam o ônibus em direção a Curitiba.⁴

No interior da RMC, segundo Deschamps e Cintra (2008), 194 mil pessoas, em 2000, movimentavam-se para trabalhar e/ou estudar, e 80% desse total se dirigia a Curitiba. O maior fluxo de pessoas era representado por Colombo (39.950), Pinhais (23.804), São José dos Pinhais (22.989) e Almirante Tamandaré (22.568). O fluxo de Colombo espalhava-se por 14 municípios da RMC, mas estava centralizado em Curitiba (tabela 1).

Tabela 1 - Principais municípios de destino para trabalho e/ou estudo de pessoas provenientes do Colombo - 2000

MUNICÍPIOS DE DESTINO	PESSOAS
Almirante Tamandaré	152
Araucária	175
Bocaiúva do Sul	47
Campina Grande do Sul	292
Campo Largo	58
Curitiba	37.056
Fazenda Rio Grande	31
Lapa	10
Pinhais	1.128
Piraquara	116
Quatro Barras	373
Rio Branco do Sul	9
São José dos Pinhais	488
Tunas do Paraná	15
TOTAL	39.950

FONTE: DESCHAMPS; CINTRA (2008)

Nesse contexto, faz sentido a propaganda do setor comercial que traduz a preocupação em atrair sua população para o comércio local. Entrevistas realizadas com trabalhadores provenientes de Colombo revelam certa regularidade nas suas informações sobre a preferência de comprar aparelhos eletrodomésticos e alimentos em lojas e supermercados de Curitiba, visto que passam ali grande parte do seu tempo diário. “Minha vida é toda aqui praticamente, eu só moro (durmo) em Colombo. (...) Em Curitiba compro eletrodomésticos, e a compra do supermercado é feita no Bairro Santa Cândida”.

Em levantamento de campo, Katzinsky (2004) constata que as relações de consumo e lazer dos moradores do bairro Maracanã com a sede de Colombo são diminutas. As maiores trocas comerciais e o uso do tempo do lazer se realizam no próprio bairro ou, então, em Curitiba.

Colombo, como já assinalado, apresenta uma contribuição ímpar no fluxo pendular paranaense. No ano de 2000, o número de pessoas envolvidas mais do que triplicou em relação aos anos 1980.

Tabela 2 - fluxos pendulares no Paraná: principais municípios de origem - 1980 e 2000

MUNICÍPIO DE ORIGEM (1980)	PESSOAS ENVOLVIDAS	MUNICÍPIO DE ORIGEM (2000)	PESSOAS ENVOLVIDAS
Piraquara	13.991	Colombo	40.182
Colombo	12.926	Pinhais	23.934
Curitiba	7.065	São José dos Pinhais	23.262
Cambé	6.396	Almirante Tamandaré	22.715
Almirante Tamandaré	6.200	Curitiba	21.399
São José dos Pinhais	5.480	Piraquara	16.864
Marialva	4.608	Sarandi	14.640
Londrina	2.772	Cambé	14.042
Ibiporã	2.032	Fazenda Rio Grande	12.099
Campo Largo	1.806	Araucária	9.070
Total	63. 276	Total	198.207

FONTE: DESCHAMPS; CINTRA (2007) Adaptado

No Paraná, o que chama a atenção é que no ano de 2000, os municípios do Aglomerado Metropolitano de Curitiba foram os que mais se destacaram em relação ao maior número de saídas⁵. Pela Tabela 2, nos anos 1980, Londrina ainda se destacava entre os dez municípios com maiores fluxos de partida no Paraná. Em 2000, esse município já não aparece, mas destaca-se como um dos que mais recebem pendulares, com 24.824 pessoas. À sua frente estão Curitiba e Maringá, que em 2000 acolhem 167.496 e 28.871 pessoas, respectivamente (DESCHAMPS e CINTRA, 2007).

Ainda quanto às saídas (2000), ao norte do Paraná aparece Sarandi (Região Metropolitana de Maringá) e mantém-se Cambé, na Região Metropolitana de Londrina. Como registram os autores acima, no Paraná, em 2000, os fluxos com mais de mil pessoas tiveram aumento significativo em relação aos anos 1980. Enquanto nesse último ano 15 municípios estavam representados, em 2000 cerca de 40 tinham mais de mil pessoas deslocando-se diariamente.

Desde 1970, no contexto dos municípios da RMC, Colombo tem apresentado uma das mais elevadas taxas de crescimento populacional. Dos 8.719 habitantes nos anos 1970, passou a 183.329 em 2000, com cerca de 96% de urbanização. Essa elevada taxa de urbanização se concentra em alguns pontos do município, especificamente nos bairros localizados na divisa com Curitiba; em 1988, por exemplo, mais de 90% da população urbana do município de Colombo residia fora de sua sede administrativa (ULTRAMARI e MOURA, 1994). De certa forma, esse crescimento populacional pode ser expresso pelo número de lotes legais e ocupações irregulares. Segundo levantamento da COMEC (2006), entre os municípios do Núcleo Urbano de Curitiba, de 1940 a 2000, Colombo representou 15,15% do total dos lotes aprovados, sendo superado somente por São José dos Pinhais, com 21%⁶. Nas ocupações irregulares, em 1997 Colombo sediava 11,34% da RMC, antecedido por Curitiba, que sozinha recebeu 34,40% das ocupações (COMEC, 1997)⁷. Em 2007, a contagem da população do IBGE revelou cerca de 233.916 habitantes residindo em Colombo, com uma das mais altas densidades demográficas da RMC (1.182,65 hab/km²), perdendo apenas para Curitiba (4.127,28 hab/km²) (IPARDES, 2008). No período 1991-2000, destacou-se como um dos municípios da RMC com maiores taxas de crescimento anual, 5,09% (IBGE, 2004)⁸. Entre 1995 e 2000, 95,7% dos migrantes em Colombo provinham do próprio Paraná, seguido de São Paulo (3,5%) e Mato Grosso do Sul (0,85%). Do total considerado para o Paraná, 56% do fluxo provinha de Curitiba (11.073 pessoas), seguido por Pinhais (1,121), Cerro Azul (673), São José dos Pinhais (602) e Almirante Tamandaré (511) (IBGE, 2000). Ou seja, dos migrantes que se dirigiram para Colombo, o maior volume vinha da própria capital e RMC, conformando uma migração intrametropolitana.

Variáveis escalares explicativas do fluxo pendular de saída

Para entender essa mobilidade originada da RMC para Colombo, seu expressivo crescimento demográfico e o destaque no deslocamento pendular paranaense, é preciso abrir um longo parêntese sobre a cidade de Curitiba. Esses dois lugares estão espacialmente conectados pela dinâmica de um fluxo populacional entre seus municípios, mas não se deve esquecer que o significativo fluxo imigratório ocorrido em Colombo desde o final dos anos 1970 se insere numa longa história de mobilidade espacial da população brasileira. Ou seja: o crescimento da

ocupação urbana de Colombo e seu atual deslocamento pendular em direção a Curitiba se inscrevem numa história da própria mobilidade territorial brasileira, e da particularidade do planejamento urbano em Curitiba. Essa intercalação de escalas espaciais explicativas é fundamental para se entender o fluxo pendular. Mas, antes de entrar nesse viés analítico, atentemos para o relato de Carlos, 24 anos, morador de Colombo, do bairro Jardim Osasco.

O meu pai é mineiro, do norte de Minas Gerais. Aqui em Curitiba chegou ao final de 1970. Mas ele primeiro veio para o norte do Paraná, Barbosa Ferraz. Meu avô saiu pressionado de Minas (onde ele morava). Tinha um grande fazendeiro comprando todas as terras por lá e forçou o meu avô a vender suas terras: ou ele vendia ou ele vendia. Aí eles acabaram vindo pra cá. A família toda, os 13 filhos dele para o norte do Paraná. Depois de Barbosa, meu pai veio morar em Curitiba. Curitiba não, Pinhais. Veio morar com o tio dele em Pinhais e de Pinhais ele foi morar em Colombo, no final de 1980. E assim minha mãe também. Minha mãe, ela também não é curitibana, é alagoana. Meus pais se conheceram aqui. Meu pai conheceu minha mãe em Pinhais e de lá foram pra Colombo.

Essa transcrição abre pistas para conceber a mobilidade pendular como desdobramento de um múltiplo processo migratório intercalado por tempos bem distintos uns dos outros; o que coloca vários desafios teórico-metodológicos. O desafio essencial volta-se para uma reflexão escalar: as duas escalas “Origem” e “Destino” (tradicionais nos estudos migratórios de qualquer natureza) são insuficientes analiticamente. O recorte de análise, neste artigo, trata do deslocamento pendular de Colombo para Curitiba (2000) e, pelo relato, fica claro que a trajetória desse deslocamento se insere numa longa história, cujos efeitos despontam hoje em tal pendularidade, mas atravessados por dinâmicas temporais distintas, que se estenderam e se estendem no território brasileiro. Primeiro, nos anos de 1950, o norte e nordeste de Minas Gerais, região onde cada vez mais se expandiam as fazendas de gado, expulsando vaqueiros e agricultores para outras porções do país, mormente Paraná e São Paulo⁹.

Assim, o relato trata de um avô com 13 filhos, e dos membros da família contratados no noroeste paranaense para a colheita do café. Exaurida a produção cafeeira, no processo de modernização agrícola que deu lugar às extensas plantações de soja, migram para a periferia das metrópoles brasileiras. No Paraná, o fluxo converge para Curitiba que, nos anos 1970, entrava num projeto de modernização urbana e econômica, com demanda de trabalhadores na construção civil e em obras públicas de esgoto e saneamento.

Em paralelo a essa alteração paisagística, ocorre a implantação do sistema viário urbano ao longo das vias estruturais nos setores norte e sul de Curitiba. Segundo Tremarin (2001), as vias estruturais valorizaram os bairros ao norte de

Curitiba, como Santa Cândida, Juvevê e Boa Vista, ocupados por uma classe de maior renda e poder aquisitivo elevado¹⁰. No oposto, na porção sul de Curitiba, políticas habitacionais para conjuntos populares direcionam uma ocupação urbana para uma população com menor poder aquisitivo e prestígio social. O uso da cartografia populacional mais uma vez é significativo para demonstrar essa desigualdade na repartição do espaço urbano: os bairros ao sul de Curitiba tiveram um crescimento demográfico vertiginoso, como é o caso de Sítio Cercado, que entre 1970 e 2000 cresceu cerca de 10.213%, enquanto no mesmo período Boa Vista (porção norte) cresceu 89%. Nesse contexto espacial, nos anos 1970 Curitiba tornou-se uma cidade cara demais para se habitar.

Da análise de diversos autores até aqui apresentados, infere-se que o processo de periferização de Curitiba abrange, além do conjunto de bairros distantes do centro, como o sul e o sudoeste, principalmente municípios limítrofes à capital, que têm assumido a função de absorver população de baixa renda, que mesmo ali trabalhando, não consegue morar na capital. Essa expansão da periferia pelo entorno foi induzida, entre outros fatores, pela falta de políticas habitacionais no interior da metrópole que atendessem às necessidades de moradia de uma população migrante de mais baixa renda, com investimentos dirigidos a atender não à demanda de uma população urbana em crescimento, mas a uma lógica especulativa imobiliária. Na ausência de políticas públicas de habitação aliadas ao eficaz planejamento urbano seletivo para moradia popular e implantação de um ordenamento viário, a periferia se expande para os municípios contíguos à metrópole. Sobre Colombo, Ultramar e Moura, em 1994, escreviam:

A sede de Colombo parece representar um crescimento quase nulo, enquanto o processo de ocupação periférica avança em sua direção. Isso ocorre mais por tal processo acompanhar um sistema viário e suas diretrizes, e uma infraestrutura já implantada, do que por buscar o incipiente comércio e serviço disponível na sede (p.59).

Sete anos depois, em 2001, Tremarim anotaria sobre Colombo: “um município que apresenta pequena diversificação econômica, **incapaz de empregar os trabalhadores**, ou mesmo de fornecer-lhes opções de comércio e de serviços” (p.1376) (grifo meu).

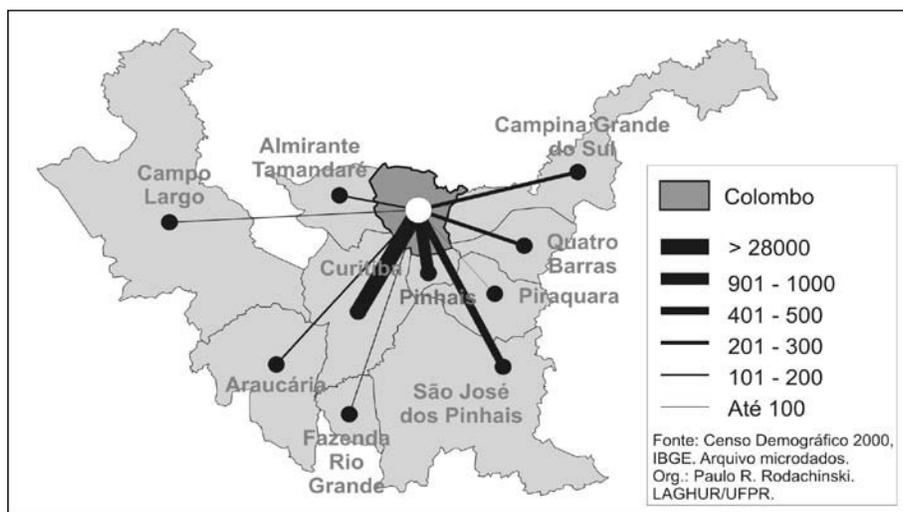
Em síntese, na análise dos fluxos pendulares, o que está em jogo não é só a distância percorrida entre duas localidades (origem e destino), mas as múltiplas causas que levam ao deslocamento de parcela de uma população local para atender às demandas de trabalho em outro município. Isso carece de análise. Nesta seção, dediquei-me a apontar uma das causalidades desse fenômeno que merecem ser contempladas: i) na própria história da mobilidade territorial brasileira, a partir dos anos 1950; ii) pela desigual repartição do espaço na metrópole paranaense.

Tais reflexões nos encaminham a entender uma das questões fundamentais que motivaram este artigo: qual o lugar reservado ao trabalhador-migrante pendular na economia urbana de Curitiba? Em que setores da economia urbana suas atividades laborais são requisitadas?

O trabalho pendular em Curitiba

Entre os municípios da Região Metropolitana, Colombo chama a atenção pela modesta participação no rendimento físico. Em 2000, enquanto Araucária registrava 10,99% do VAF estadual, e São José, 5,41%, Colombo participava com modesto 0,84% (COMEC, 2006). Com uma População Economicamente Ativa (PEA) de 86.257 pessoas, 15,6% estavam ocupadas, em Colombo, no setor industrial (extrativo e de transformação); 18% no Comércio, 13% na Construção Civil e 12% em Serviços Domésticos (IPARDES, 2008). Desse total da PEA, 35% se dirigiu a 15 municípios da RMC, onde Curitiba, sozinha, recebeu 28.803 trabalhadores.

Figura 1 - Colombo: principais destinos do fluxo pendular para o trabalho - 2000



Como segundo destino, encontra-se Pinhais, onde 321 pessoas providas de Colombo dedicam-se a atividades na Indústria de Transformação, 137 na Construção Civil e 132 no Comércio. Na sequência, São José dos Pinhais, com 106 ocupados na Indústria de Transformação, 94 na Construção Civil e 69 no Comércio. Chama a atenção Araucária, que, em relação aos dois municípios anteriores, exerce fraca atração, com 175 pessoas, das quais 34% destinam-se para atividades na Indústria de Transformação (IBGE, Censo Demográfico 2000, arquivo microdados).

Tabela 3 - principais grupos de atividades ocupadas pela população pendular de Colombo na RMC

GRUPOS DE ATIVIDADES	POPULAÇÃO OCUPADA NA RMC	POPULAÇÃO OCUPADA EM CURITIBA
Serviços domésticos	4951	4913
Comércio	4966	4636
Construção Civil	4553	4167
Indústria de Transformação	3370	2678
Atividades Imobiliárias	2982	2843
TOTAL	20822	19237

FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2000. Arquivo microdados.

Em conjunto, a figura 1 e a tabela 3 revelam uma organização do trabalho metropolitano que tem Curitiba como principal polo atrativo. Na divisão territorial do trabalho, Colombo tem cumprido o papel funcional de fornecer à RMC trabalhadores para serviços de baixa especialização e qualificação: a maior parte do fluxo pendular tem ocupação na RMC, particularmente o setor de Serviços Domésticos (IBGE, Censo 2000, Arquivo microdados).

Para esta seção, entrevistamos 15 pessoas que moram em diferentes municípios da Região Metropolitana e trabalham em Curitiba, no bairro Jardim Botânico. Nossas questões direcionaram-se mormente para o universo do trabalho, o tempo de deslocamento e os espaços de circulação quando se encontram em Curitiba. No bairro, são empregados no grupo de atividades designado Serviços Domésticos (diarista, empregada doméstica), nos setores de alimentação (cozinheiros e auxiliares de restaurante) e em Outros serviços (cabeleireira, manicura, porteiro de edifícios residenciais, atendente de balcão em pequenos mercados). Os (3) provenientes de Colombo gastam cerca de 90 minutos no trajeto de casa ao local de trabalho. No deslocamento completo (ida e volta) tomam 3 a 4 ônibus. Em Curitiba, permanecem longa parte do tempo diário, em média 11 horas. Pouco frequentam, como apontado anteriormente, a área central da sede de Colombo. Suas necessidades de consumo são supridas em Curitiba ou atendidas no comércio do bairro onde moram, e pouco circulam por Colombo. Também pouco usam os serviços de lazer da capital onde trabalham e não citam frequentar algum local comum de sociabilidade. O que mais surpreende é que nenhum dos 15 entrevistados conhecia o cartão postal turístico da cidade de Curitiba, o Jardim Botânico, embora este se localize no mesmo bairro onde trabalham.

Bairro residencial, com aproximadamente 6.500 habitantes, o Jardim Botânico tem estabelecimentos comerciais pequenos, para atender à população local. O importante, nesse pequeno levantamento, é que nenhum dos 8 empregados em 10 estabelecimentos comerciais consultados, nem as 3 diaristas entrevistadas, nem os 4 porteiros de prédios residenciais, residiam no bairro. Dos 10 empregadores,

somente 2 residem no bairro.¹¹ Quanto aos 15 empregados, o grupo mais expressivo provém de Pinhais, seguido por Campo Largo e Colombo. Somente uma mulher provinha de Bocaiúva do Sul (para o serviço de empregada doméstica). Um grupo menor provinha de Curitiba, dos bairros Alto Boqueirão e Xaxim.

O fluxo pendular da Região Metropolitana de Curitiba com destino a Colombo

Em relação ao fluxo pendular, não se pode deixar de registrar que, enquanto Colombo enviava esse contingente de pessoas distribuídas pela RMC, recebia, ao mesmo tempo, cerca de 4.238 pessoas; 4.217 da própria Região Metropolitana e 21 do interior do Paraná.

Tabela 4 - fluxo pendular da RMC para Colombo: municípios e número de pessoas envolvidas (2000)

ORIGEM	NÚMERO DE PESSOAS
Almirante Tamandaré	390
Araucária	72
Bocaiúva do Sul	249
Campina Grande do Sul	478
Campo Largo	19
Campo Magro	18
Cerro Azul	13
Curitiba	1756
Fazenda Rio Grande	11
Itaperuçu	11
Pinhais	602
Piraquara	140
Quatro Barras	241
Rio Branco do Sul	32
São José dos Pinhais	185
Total	4217

FONTE: DESCHAMPS; CINTRA (2008)

O fluxo de Curitiba para Colombo tem suas particularidades: diferentemente do fluxo de Colombo, que abastece o polo da metrópole de servidores domésticos, do fluxo de Curitiba, 10% estão ocupados na educação, 6,5% na fabricação de produtos metálicos e 4% no comércio de alimentos (IBGE 2000, Arquivo microdados). No bairro Alto Maracanã, em Colombo, como analisou Katzinsky (2004), existe um circuito produtivo preenchido por uma população provinda de

Curitiba, como dentistas, técnicos e vendedores que atuam no setor da informática. Destinaram seus serviços para Colombo, em vista do alto custo para manter suas atividades em Curitiba.

O segundo maior fluxo para Colombo provém de Pinhais, onde 5,5% da população pendular dedica-se às atividades no comércio de combustível, 5% na fabricação de produtos plásticos e 5% no transporte rodoviário. Em seguida, o fluxo originado de Campina Grande do Sul, do qual 24% das pessoas estão concentrados na fabricação de produtos metálicos e 9% na Construção Civil. É instigante que cada um desses municípios ocupe uma função específica no mercado de trabalho de Colombo. O fluxo de Itaperuçu e o de Fazenda Rio Grande apresentam também sua particularidade: todos os 11 pendulares de Itaperuçu estão ocupados na mesma atividade – fabricação de produtos metálicos; e os de Fazenda Rio Grande, todos os 11 ocupados no comércio de madeira ou material de construção (IBGE 2000, Arquivo microdados), o que pode indicar, mesmo considerando a baixa magnitude desse fluxo, uma rede de contratação no mercado de trabalho de Colombo. Essa mesma acepção de uma rede de trabalho é válida para os pendulares em Curitiba, pois segundo os entrevistados no Jardim Botânico, sua apresentação e a posterior contratação pelo empregador decorreram de indicação (“um conhecido chama o outro”). Em todas as entrevistas o pertencimento a uma rede social estava presente entre os pendulares: no trajeto da migração interna, no auxílio em mudanças de habitação entre a RMC, na inserção no mercado de trabalho urbano de Curitiba; enfim, são pistas metodológicas que se abrem para o prosseguimento de uma pesquisa sobre o movimento pendular.

Antes de terminar esta seção, é importante enfatizar que o migrante-pendular, com seus poucos recursos, taticamente constrói escalas de ação no território urbano. Para acompanhar o capital, habita as franjas da metrópole e no vai-e-vem diário, transportado nos apertados “ligeirinhos”, símbolo do moderno transporte coletivo curitibano, insere-se formal ou informalmente nas brechas urbanas do mercado de trabalho metropolitano. Faxineira, zelador de prédio, vendedor ou atendente de caixa de supermercados ou dos mercadinhos; cozinheiro, ajudante de garçom, manicura, operador de *telemarketing* (para citar alguns dos ofícios dos pendulares) tecem uma identidade político-urbana ainda silenciosa e invisível. Essa nova cartografia populacional reconfigura o território urbano e, como sugere Massey (2008), nos instiga e convida a repensar o conceito de “lugar” e a refletir sobre uma metrópole onde um dos principais atores está à sua margem. Trata do deslocamento de trabalhadores para uma cidade que há muito já extrapolou seus limites de ocupação, o que obriga a colocar dentro de nossas reflexões teórico-metodológicas esse “outro”, nada exótico e nem habitante de terras distantes. Esse “outro” está aqui: servidor doméstico, limpando as casas, servindo a mesa, dando o troco nas estações-tubo de passageiros e abrindo os portões dos edifícios, entre tantos outros ofícios.

Trata-se de uma cidade que, em 2000, contava com 1.587.315 habitantes, aos quais se somavam 156.636 pessoas em fluxos pendulares, provindos dos diferentes municípios da RMC. Assim, até **onde** vai a Cidade de Curitiba? Até **onde** se estende Colombo? Pedacos urbanos aparentemente dispersos complementam-se numa lógica de ordenamento econômico que configura desigualdades espaciais e recria diferenças sociais. Nessa direção, o espaço metropolitano, sua configuração, análise e ação política tornam-se mais complexos.

Considerações Finais

É preciso esclarecer que, embora os dados temporais sobre o movimento pendular na Região Metropolitana de Curitiba limitem-se aos Censos Demográficos dos anos de 1980 e 2000 (o que inviabiliza uma análise em série histórica), procurei, para este artigo, desenvolver um instrumental metodológico que incorporasse ao ato do deslocamento pendular a idéia central de que esse tipo de fluxo se insere em um longo processo histórico. Para tal, na primeira seção, através de um relato, evidenciei que os fluxos se compõem de homens e mulheres que se deslocam, ao longo de gerações, em um movimento ininterrupto e inconcluso, decorrente de um processo marcado por modernizações produtivas regionais. De agricultores a trabalhadores urbanos, vão compondo essa trajetória coletiva da migração brasileira – ou seja, a pendularidade aqui tratada é fruto e efeito da modernização territorial, cujas raízes foram lançadas no Brasil há muitos anos.

Ressalto também que, nas abordagens da economia urbana neoclássica, a intensidade e direção do fluxo pendular servem como indicadores do grau, extensão e influência de uma cidade sobre outra, configurada numa dimensão bipolar: polos atrativos e polos repulsores de população; às vezes, em outras palavras, esses últimos são denominados “cidades-dormitório”. Essa perspectiva funcional e dualista pode nos trazer a falsa idéia de que há sempre cidades disponíveis economicamente, abertas ao pioneirismo dos migrantes (internos, estrangeiros, sazonais, pendulares e outras tipologias). A pergunta deve ser redirecionada: mas atrativas para que serviços? Na segunda seção, através de um estudo de caso verifiquei que parcela significativa daqueles que compõem o fluxo pendular de Colombo para Curitiba estão empregados no setor de serviços domésticos urbanos, atividades estas que, na sociedade brasileira, não são as mais valoradas social e economicamente.

No Brasil, a partir dos anos 1970, as relações de trabalho passaram por profundas e radicais alterações. Ao mesmo tempo em que são geradas novas habilidades dependentes de um saber técnico, criam-se ou perpetuam-se antigas desigualdades sociais e econômicas. O mercado de trabalho torna-se mais segmentado, ainda que complementar: de um lado, o trabalho qualificado;

de outro, o não-especializado. Assim, reiterando, provém de Colombo o grande número de servidores domésticos para RMC. Na lógica de um planejamento urbano seletivo, a desigualdade espacial é continente e conteúdo de uma desigual divisão territorial do trabalho.

As evidências aqui apresentadas reforçam a necessidade de um compromisso teórico-metodológico que considere o fluxo pendular como um movimento complexo, atravessado e motivado por múltiplas causalidades e recortes espaciais. Um olhar atento sobre a dinâmica e intensidade do fluxo pendular originado de Colombo em direção a Curitiba reforça também o compromisso de experimentarmos projetos políticos mais audaciosos, como o da gestão metropolitana. A experiência cotidiana de homens e mulheres que transitam entre várias unidades administrativas nos obriga a pensar em ações políticas solidárias entre os lugares e os habitantes citadinos.

Notas

1 - É preciso esclarecer que se trata de deslocamento pendular internacional e não da migração internacional. São tipologias distintas, e, para esta segunda, o quesito considerado, segundo o recenseamento do IBGE, é a mudança de residência. Para reforçar, o que caracteriza o deslocamento pendular é a saída diária do município de residência e o posterior retorno a ele. Vale registrar que o Paraná é o Estado brasileiro que concentra o maior número de pendulares internacionais: dos 51.955 brasileiros que se deslocaram para fora do país, 16.666 são provenientes do Paraná; seguido pelo Estado de São Paulo, com 7.959; e Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, 5.657 e 4.149 pessoas, respectivamente.

2 - Arquivo de Microdados (IBGE, Censo Demográfico 2000), organizado pelo Observatório das Metrôpoles/Curitiba. Por disponibilizá-lo, agradeço a Marley Deschamps e Anael Cintra, integrantes do grupo.

3 - No primeiro semestre de 2008, entrevistamos 15 pessoas provenientes da RMC que trabalhavam em Curitiba e um estudante universitário, também em Curitiba. Foram entrevistas semiestruturadas, para as quais há um roteiro de questões elaboradas pelo pesquisador, e as demais informações são fruto da própria conversa. Nessas entrevistas, buscou-se enfatizar o espaço do trabalho desenvolvido na RMC. O número das entrevistas pode parecer pouco significativo; entretanto, trata-se de uma mobilidade em que os membros da família se deslocam diariamente. Todos os entrevistados conheciam diretamente, no mínimo, dez pessoas em semelhante movimento pendular.

4 - Disponível em: <http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania>. Acesso em 12/09/2008. O Terminal do Alto Maracanã foi inaugurado em 1986 e é o principal nó da rede do transporte urbano coletivo em Colombo. Atualmente, partem dele: a Linha Direta - Ligeirinho Colombo-CIC; e os Alimentadores, ônibus que transportam usuários até aos terminais do Cabral, Santa Cândida e Capão da Imbuia, bairros localizados em Curitiba.

5 - Vinte e seis municípios integram a Região Metropolitana de Curitiba; entretanto, somente onze estão diretamente conectados a Curitiba, são eles: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais.

6 - Não foi possível comparar tais dados com os de Curitiba, pois, segundo a COMEC (2006, p.61), o município de Curitiba não possui um levantamento com o número de lotes aprovados.

7 - Em Curitiba, localizam-se 32.346 unidades de ocupação irregular; em Colombo, 6.274. (COMEC, 1997).

8 - Fazenda Rio Grande, 10,9%; Piraquara, 9,92%; e Almirante Tamandaré, 5,66%. Curitiba, por sua vez, neste período 1991/2000, teve 2,13% de taxa de crescimento. O que explicita que o crescimento populacional tem se dado nas bordas periféricas da metrópole.

9 - A migração de mineiros para o Estado do Paraná tem início nos anos de 1930. São migrantes provindos, sobretudo, dos vales do Mucuri e do Jequitinhonha, em Minas Gerais.

10 - Cabe aqui uma explicação: esses bairros, ao norte de Curitiba, localizam-se no limite geográfico com a área municipal de Colombo; ao longo desse limite, no lado de Colombo, há uma extensa faixa de ocupação urbana, com vários loteamentos legais e ocupações irregulares. É exatamente nesse pedaço do solo urbano que se verifica o maior adensamento populacional de Colombo.

11 - Consultamos dez estabelecimentos comerciais, como: salão de beleza, academia de ginástica, mercado, padaria, clínica odontológica, drogaria, restaurante, loja de cosméticos, pizzaria e videolocadora. O capital é local, a mão-de-obra um misto de familiares e contratados da RMC.

Referências

- COMEC. *Levantamento de ocupações irregulares na Região Metropolitana de Curitiba*(1997). Curitiba, 1997.
- COMEC. 2006. *Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba: Propostas de Ordenamento Territorial e Novo Arranjo Institucional*. Curitiba, 2006. CD-ROM.
- DESCHAMPS, M.; CINTRA, A. Análise dos movimentos pendulares nos municípios da região metropolitana de Curitiba. In: *V Encontro Nacional sobre Migrações*.GT: Migração/ABEP, NEPO/UNICAMP, 2007.
- DESCHAMPS, M.; CINTRA, A. Movimento pendular para trabalho na região metropolitana de Curitiba: uma análise das características de quem sai e quem fica. *Anais XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP, 2008. CD-ROM.
- DIAS, L.C. Por que os bancos são o melhor negócio no país? In: ALBUQUERQUE, E. (Org.). *Que país é esse?* São Paulo: Ed. Globo, 2005, p.27-62.
- FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Tendências Demográficas: uma análise dos resultados da amostra do censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2000*. (SIDRA). Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: agosto 2007.
- IPARDES. *CADERNO ESTATÍSTICO DO MUNICÍPIO DE COLOMBO*. Disponível em: www.ipardes.gov.br. Acesso em: 12 set. 2008.
- KATZINSKY, L. *A análise da relação Colombo e Curitiba à luz da teoria dos dois circuitos da economia urbana*. 2004. 96 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

- MASSEY, D. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Trad. H. P. Maciel e R. Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. Título original: For Space.
- POLANYI, K. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.
- SANTOS, M. *A Natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- TREMARIN, A.R. Contradições de uma cidade planejada: análise do processo de ocupação e verticalização dos Setores Estruturais Norte e Sul de Curitiba. *Anais IX ANPUR*, vol. 3, 2001, p. 1370-81.
- ULTRAMARI, C.; MOURA, R. *Grande Curitiba: teoria e prática*. Curitiba: IPARDES, 1994.

RESUMO

Este artigo analisa o movimento pendular no aglomerado metropolitano de Curitiba. Metodologicamente, através dos dados censitários de 1980 e 2000, e do uso da entrevista semi-estruturada verifica-se um significativo trânsito cotidiano de uma população provinda de Colombo para trabalhar em Curitiba. Ao longo do texto, destaca-se que este fluxo pendular se insere em longo processo histórico, no qual homens e mulheres se deslocam, ao longo de gerações, em um movimento ininterrupto e inconcluso, decorrente de um processo marcado por modernizações produtivas regionais. Nos anos 1970, migrantes rurais para os centros urbanos; atualmente emergem como moradores da periferia metropolitana e empregados, em Curitiba, no setor de serviços domésticos urbanos. Conclui-se, neste vai-e-vem diário, que a escala metropolitana rompe os seus limites administrativos e políticos para a circulação do trabalhador mas, ao mesmo tempo, as cidades configuram-se por distintas funções econômicas, o que nos obriga a pensar em ações políticas solidárias entre os lugares e os habitantes citadinos.

Palavras-chave: migração intrametropolitana; aglomerado metropolitano de Curitiba, Colombo.

ABSTRACT

This paper analyzes commuter movements in the metropolitan agglomerate of Curitiba, Paraná. In methodological way, through the census data of 1980 and 2000 and semi-structured interviews, it is observed a significant daily movement of people from Colombo to Curitiba due to their working activities. Along the text it is stressed that these commuter flows interfere in long historical processes, where men and women move, along generations, in uninterrupted and inconclusive movements due to a process marked by regional productive modernization. In the 1970s, they were rural migrants for the urban centers, now they emerge as inhabitants of the metropolitan periphery and are employed in urban domestic services of Curitiba. It is concluded, through this daily come-and-go movement, that the metropolitan scale breaks its administrative and political limits for the worker's circulation but, at the same time, the cities are configured by different economic functions, what forces us to think in united political actions between places and city inhabitants.

Keywords: intrametropolitan migrations, metropolitan agglomerate of Curitiba, Colombo.

(Des)caminhos da migração pendular na metrópole do Rio de Janeiro – uma perspectiva a partir dos eixos de transporte

*Luciano Ximenes Aragão**

Pôr em perspectiva a migração pendular significa colocar em destaque os termos da urbanização recente. Essa perspectiva permite ainda a identificação do modo pelo qual se estabelecem as contradições envolvidas no crescimento da metrópole, assim como levanta os aspectos da estruturação do espaço urbano, em especial quando se destaca a relação entre o centro e a periferia. Revela-se, desta maneira, a dinâmica das articulações entre distintos territórios. Este artigo tem por origem trabalhos de campo realizados nos terminais de trem e nos rodoviários, apreendendo o momento em que se dá a própria mobilidade. Seu enfoque é a observação de alguns aspectos sobre os principais eixos viários que ligam os centros de emprego aos bairros periféricos, considerados “dormitórios”. Enfatiza-se a dialética existente entre a mobilidade e o seu outro – a contra-mobilidade – a partir de um caso específico. Assim os eixos privilegiados foram os ferroviários – as linhas de trem, com ênfase sobre o ramal Santa Cruz – e os rodoviários – privilegiando o que liga a Barra da Tijuca aos bairros de Bangu, Santa Cruz e Campo Grande, portanto os principais eixos de transporte que ligam os centros de emprego aos bairros dos subúrbios do núcleo intrametropolitano. Pois,

* *Luciano Ximenes Aragão é doutorando em Geografia Humana pela FFLCH/USP – Bolsista CNPq.*

[A] vida urbana é toda colocada sob o signo da mobilidade (...). E os fluxos migratórios, os deslocamentos espaciais e mobilidades habitacionais, os percursos ocupacionais e suas inflexões no tempo e no espaço, traduzem na escala dos destinos individuais e coletivos a dinâmica das transformações urbanas. Essa pode ser uma via fecunda para uma descrição das mudanças recentes (TELLES, 2006, p.62-63).

Desse modo, aponta-se o pressuposto de que os trabalhadores urbanos submetidos à migração pendular, não constituem massa amorfa, no sentido de que grande quantidade de pessoas realiza esse movimento de casa para o trabalho e deste para seus espaços de descanso e lazer, que se desloca entre os espaços de uma grande cidade como a metrópole do Rio de Janeiro, não se traduz em algo mecânico. Nessa mobilidade pendular conjugam-se estratégias dentro do próprio movimento que se realiza. Não se trata de uma atividade banal – o ir e vir para o trabalho – e sim de trajetórias urbanas que recuperam a dimensão simbólica em que o processo se desenvolve. Trata-se de focar a esfera da reprodução imbricada na da produção. Articula-se de variadas maneiras a esfera da produção – do trabalho – com a esfera da reprodução – do não-trabalho.

A expansão urbana e o surgimento da periferia: A macrossegregação na cidade do Rio de Janeiro

Até praticamente o final do século XIX, a população da cidade do Rio de Janeiro estava concentrada entre os Morros do Castelo, São Bento, Santo Antonio e da Conceição. Era quase ausente a separação entre os locais de residência da classe trabalhadora e das classes mais abastadas. Para Maurício de Abreu (1987) a separação entre os usos e classes se estabeleceria a partir do início da década de 1870, com a introdução dos bondes puxados a burro e com a inauguração dos primeiros ramais ferroviários, os quais marcarão o início de expansão física da cidade. Os bairros localizados próximos ao Centro e à Zona Sul se destinaram à ocupação daqueles grupos sociais mais aquinhoados, enquanto em direção à periferia, se dirigiam os grupos populares.

As contradições, então, eram visíveis no espaço urbano. Viver no centro era condição de sobrevivência, pois a procura por trabalho era diária e se daria nos locais onde havia maior concentração da população. A precariedade dos transportes – atrasos, superlotação e o alto custo – contribuiu para a permanência de parte da população mais empobrecida nas áreas centrais da cidade. Todavia, impunha-se a necessidade de modernizar sua área central, já que a metrópole deveria estar à altura de competir com as rivais do Cone Sul (Montevideu e Buenos Aires), através da abertura de vias públicas, embelezamento, arrasamento de morros e dos quarteirões constituídos por cortiços, local de residência de parte dos trabalhadores (ABREU, 1987).

Estavam dadas as condições para a segregação espacial induzida, ora pelo capital, ora pelo Estado, ora pela ação conjunta de ambos, que perdurou durante grande parte do século XX, marcando a estrutura urbana da metrópole carioca: os bairros centrais e suas proximidades, dotados de infraestrutura urbana, tornaram-se locais de residência das classes de média e alta renda; as periferias com infraestrutura precária quanto mais distante do núcleo, local de residência de grande parte da população trabalhadora.

Os anos que se seguiram à década de 1920 se caracterizaram pelo higienismo com respeito às políticas de intervenção sobre os espaços da cidade e respectivos planos urbanísticos. Para o caso do Rio de Janeiro tiveram como pano de fundo o plano do arquiteto francês Alfred Agache. Foram priorizadas as áreas centrais do espaço urbano. Todavia, as ações (ou omissões) do Estado sempre foram pontuais. No início dos anos 1930 as migrações internas excedem as migrações internacionais e o Rio de Janeiro recebe um contingente cada vez maior de nordestinos e mineiros. O aumento acelerado da população provoca dificuldades do pretense controle social sobre o uso do solo urbano via normatização que inibia novas ocupações nas áreas da cidade pela população de baixa renda. Para Abreu (op. cit.), a tentativa de superação das contradições pré-existentes promoveu a emergência de novas contradições.

Os anos sessenta do século XX assumem contornos mais dramáticos para a população trabalhadora que insistia em viver nas áreas centrais do espaço metropolitano carioca. É o auge do processo de remoções de áreas faveladas, tendo em vista alavancar a valorização do solo e/ou “limpar” os espaços de maior valor econômico e simbólico da cidade para fins de melhorias de seu sistema viário. O seu resultado foi a remoção de uma série de favelas, condenando-se seus moradores a uma mobilidade compulsória. Muitos deles tiveram de se mudar para áreas distantes do núcleo metropolitano, indo viver nos monótonos, precários, distantes e feios conjuntos habitacionais. Radicou-se uma política habitacional que resultou em distorções (VALLADARES, 1978).

A década de setenta do século passado marca processos qualitativamente bastante diferenciados em relação aos períodos anteriores. A expansão física ultrapassa os bairros da Zona Sul, considerada saturada; o eixo de urbanização atinge a Barra da Tijuca e parte da Baixada de Jacarepaguá, orientado pelo plano urbanístico do arquiteto Lúcio Costa. Outro eixo de expansão compreendeu a Baixada Fluminense, densificando a mobilidade intrametropolitana. Enquanto o primeiro eixo teve um aspecto ordenado, posto que fora contemplado com a intervenção do Estado através de um plano urbanístico e de dotação de infraestrutura, em especial através da construção de viadutos sobrepostos e de abertura de vias expressas, o segundo apresentou um caráter desordenado, com ausência de infraestrutura, sem financiamento das habitações, na medida em que os próprios trabalhadores realizavam a construção de suas moradias e da infraestrutura através de mutirões, nos finais de semana e/ou nos momentos de folga (LEITÃO, 1999).

Contudo, outro aspecto deve ser mencionado com relação à estrutura urbana da metrópole carioca: o surgimento de vários subcentros nas áreas periféricas, causados em grande parte, pela densificação populacional, mas também por uma relativa desconcentração das atividades econômicas. Para os bairros dos subúrbios e municípios da periferia convergem crescentemente fluxos de população seja do interior do estado, seja das migrações intrametropolitanas e ainda das migrações inter-regionais, revelando-se, desse modo, a complexidade que cerca os espaços periféricos, cuja dinâmica na sua apreensão nem sempre é captada adequadamente pelos censos demográficos.

Vale lembrar, contudo, as temporalidades que permeiam essa convergência: até os anos sessenta do século XX, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro acompanhava a teia do próprio processo de metropolização brasileiro, marcado por forte atração populacional, alimentado pelas migrações inter-regionais; na década seguinte o saldo migratório é quase nulo e a partir dos anos oitenta, acentua-se a migração interestadual com tendência de concentração da população na periferia metropolitana, conforme aponta Oliveira (2005).

Desse modo, acentua-se o caráter concentrador do núcleo metropolitano e em paralelo, o significado do multifacetado deslocamento populacional, na medida em que outras implicações lhe são subjacentes, sendo seus exemplos a mobilidade residencial e as migrações pendulares inscritas, em grande medida na trajetória migrante. As trajetórias individuais e/ou dos grupos sociais, uma vez analisadas suas biografias, podem absorver uma sequência iniciada pela migração de longa distância, passando pela mobilidade residencial e sua culminância pode ser estabelecida na migração pendular.

Os dados apontados por Oliveira (op. cit.) também sugerem que uma vez estabilizadas as migrações inter-regionais em direção ao Rio de Janeiro, supõe a confirmação de sua substituição (ou sobreposição) pela intensificação das migrações intraestaduais tanto dos municípios do interior, quanto do núcleo metropolitano em favor da sua periferia. Em suma,

O município-núcleo da região continuou sendo o de maior expulsão, 80 mil migrantes, algo próximo a 62% do total, seguido por Niterói, de onde partiram 15 mil pessoas. Com isso, a migração líquida do núcleo, nessa modalidade de trocas populacionais, tornou-se ainda mais negativa, ao passo que em todos os demais municípios o saldo migratório foi positivo, seguindo a tendência da região (OLIVEIRA, 2005, p. 355).

Na região metropolitana do Rio de Janeiro, entretanto, apesar dos efeitos da desconcentração se fazerem sentir, a área central permanece como importante centro de emprego, lazer e serviços. Ao mesmo tempo, os conflitos e tensões que caracterizam a relação entre os meios de transportes e os locais de residência,

nos quais estão os deslocamentos diários da população de casa para o trabalho e vice-versa, permanecem. É necessário destacar no contexto destas permanências, as continuidades no que diz respeito às precariedades vividas pela população nos últimos anos. Não houve grandes mudanças em termos de melhoria das condições de vida, sobretudo no que se refere aos deslocamentos diários. Residir na periferia da cidade do Rio de Janeiro, assim como de qualquer outra grande metrópole brasileira é arcar com a precariedade dos meios de transporte, incluindo-se o tempo de deslocamento, o alto custo, a superlotação e os atrasos periódicos.

Diariamente milhares de trabalhadores se deslocam nos principais eixos viários que ligam os municípios da periferia ao núcleo metropolitano carioca, assim como seus bairros periféricos em direção aos centros de emprego, lazer e serviços. A forte concentração dos equipamentos urbanos e de ocupações caracteriza ainda centralidade de atividades econômicas e põem em evidência a mobilidade metropolitana, a despeito dos processos de desconcentração em curso.

Uma grande quantidade diária de deslocamentos de pessoas se dá através de seus principais eixos viários: o rodoviário, o ferroviário (metrô e trens) e ainda o hidroviário que liga a área central ao município de Niterói¹.

Outros terminais, contudo, são localizados fora das áreas centrais, como por exemplo, o Terminal Alvorada, localizado na Barra da Tijuca, predominando as ligações com outros bairros periféricos da Zona Oeste e com municípios da Baixada Fluminense (Seropédica, Guapimirim e Mangaratiba).

É significativo acrescentar os terminais situados nas áreas periféricas, pois estes trazem à luz as modulações urbanas em que a mobilidade se apoia, ou seja, os trabalhadores no seu processo de deslocamento nas áreas metropolitanas atravessam vários espaços metropolitanos. Atingir um desses terminais pode se configurar em apenas uma das etapas de seus deslocamentos diários.

Os deslocamentos diários se complexificam na medida em que são múltiplos os seus vetores e estes se apresentam relacionados à própria dinâmica metropolitana, evidenciando suas transformações. Conforme apontado pela socióloga Vera Telles:

Se a cidade é campo de práticas para lembrar aqui novamente, a sugestão de Roncayolo, então as evidências empíricas que indicadores e cartografias nos entregam podem e devem ser entendidos como pontos de cristalização das práticas e processos, como pontos de condensação de tempos sociais e temporalidades urbanas, experiência social e sedimentada e história incorporada (Bourdieu) que será preciso reativar para o deciframento dos sentidos e direções das evoluções recentes que atravessam as realidades urbanas (TELLES, 2006).

(Des) caminhos e modulações da metrópole à luz da mobilidade espacial da população

As observações de campo (iniciadas em 2007) objetivaram identificar não apenas meros flagrantes dos deslocamentos diários, privilegiando dois eixos de transporte na metrópole do Rio de Janeiro, mas captar seus sentidos imbricados no cotidiano. O primeiro eixo observado é o que faz a ligação entre a Barra da Tijuca – bairro de classe média alta – localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro e outros bairros e municípios periféricos. Inserido em parte da expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro, a partir da década de 1970, rapidamente transformou-se num dos principais centros de emprego, (alguns) serviços e lazer (quando este não é seletivo) para um contingente considerável da população trabalhadora que reside nos bairros do subúrbio da cidade do Rio de Janeiro (Santa Cruz, Bangu, Campo Grande) e de alguns municípios limítrofes, localizados na Baixada Fluminense (Itaguaí, Seropédica, Nova Iguaçu, etc.). Um segundo, priorizou o ramal Santa Cruz, através do transporte ferroviário.

Pretensiosamente, as observações de campo se destinavam a apreender certo *ritmo*, cujo estudo cobre uma zona imensa, tentando isolar um deles para compreender o que vem de sua natureza, e, embora seja tarefa difícil é possível que tenha um *alcance ético*, isto é, prático: quando o saber do vivido [pode] modificá-lo sem se dar conta disto (LEFEBVRE, 1992, p. 30). O *ritmo* consiste num módulo da vida impresso num momento que se considerou aqui providencial, o próprio deslocamento, sob a pressuposição de escapar da sua dimensão mecânica. Assim, a *rythmanalyse*, propõe

[e]scutar o mundo, mas não somente as palavras e as informações, as confidências de um parceiro, de um cliente e sobretudo o que se nomeia desdenhosamente de ruídos, que se tem dito sem significação, e os rumores plenos de significação e enfim se escuta os silêncios (LEFEBVRE, 1992, p. 31).

Destacar e escutar os ritmos demanda atenção, certo tempo, continua o filósofo Henri Lefebvre (op. cit.). Assim, as observações sobre o cotidiano no transporte coletivo propostas aqui objetivam apreender o que nos mostram os silêncios e os gestos.

Apresentam-se as situações vividas pelos grupos de trabalhadores que usualmente se encontram no eixo que liga a Barra da Tijuca aos bairros periféricos. Os ônibus que operam nesse trajeto, via Avenida das Américas, nos horário de

pico, por volta das seis da tarde e das sete da manhã, estão sempre superlotados, portanto, as dificuldades a que os trabalhadores são submetidos são enormes: como estão sempre com a lotação máxima, alguns passageiros têm dificuldades de tomá-los; são frequentes os congestionamentos e não poucas vezes, os ônibus enguiçam, conforme relato de uma de suas passageiras:

Os pés doem. Chega uma hora que dá uma ardência danada. Os braços ficam todo tempo levantado e esticado assim e de vez em quando sinto dores também. O calor terrível é massacrante. Teve uma vez que teve uma batida e eu cheguei em casa, em Bangu, que não tava agüentando ficar em pé. Vim desde a barra de pé.
(Relato de Bete, uma das passageiras do ônibus).

Este comentário foi mencionado a outra passageira e a mim com quem conversava. O ônibus, apesar de já muito cheio continuava tomando passageiros, cujas reações de indignação se sucediam. Alguns diziam “não cabe mais ninguém”, às vezes, isto era dito sorrindo. As irritações também permaneciam. Os que entravam por último pedindo licença para se acomodar no interior do ônibus provocavam como reação, ora irritação por parte de alguns passageiros, ora risos, por parte de outros.

A parte da frente do coletivo é ocupada predominantemente por mulheres. Segundo o que Bete diz, no seu jeito muito descontraído de falar, a maioria tem como ocupação principal o serviço de diarista. Cita o exemplo de várias colegas, amigas e vizinhas. “Uma diz à outra onde tem precisão deste tipo de trabalho”.

Na parte traseira do ônibus, se concentram os homens. Ao som de um cavaquinho e de um pandeiro, inicia-se a cantoria do pagode. Uma amiga de Bete diz que “todos os dias é assim”. O mesmo grupo, formado por homens e umas poucas mulheres toma aquele ônibus, sempre no mesmo horário e “esse é o divertimento deles, ali atrás”.

Enquanto o período do final da tarde apresenta a possibilidade de se notar que entre a maior parte desses migrantes pendulares predominam empregados domésticos, prestadores de serviços ligados à construção civil (pedreiros, marceneiros, gazistas, eletricitas, bombeiros hidráulicos, pintores), no período noturno, conforme informações de um cobrador de ônibus, a maioria dos passageiros é do setor de restaurantes e dos shoppings. Observou-se que, mesmo à noite, permanecem as “reuniões” desses grupos no interior dos coletivos. O lúdico, novamente é, neste caso, recuperado, com conversas sobre situações embaraçosas vividas durante o período de trabalho; é o momento em que a “fofoca” revela a sociabilidade, experimentada por distintos grupos sociais.

Se, por um lado, o urbanismo moderno privilegiou o automóvel e a rua se tornou o lugar de passagem, o lugar da mobilidade, por outro lado esses registros nos mostram, em alguns momentos, como o coletivo passa a se tornar o lugar do encontro através de determinados ritmos (da vida) os quais incluem o uso do espaço e do tempo dentro de uma estratégia de reprodução.

O tempo gasto nas viagens é utilizado para os lazeres, onde ocorrem os encontros, mas também para a realização e ativação de certas redes sociais. Desse modo, os deslocamentos escapam de sua dimensão, por assim dizer, mecânica, porque incorporam a espontaneidade que era vivida na rua.

As situações aí presenciadas sugerem que o corpo, em condições de acumulação capitalista, torna-se a “medida de todas as coisas”. O espaço que resta para esses trabalhadores é residual, posto que os tamanhos dos bancos e das cadeiras e a altura do coletivo estão na exata medida do *corpo*.

O outro eixo que faz a ligação dos lugares de residência aos centros de emprego, serviços e lazer, como já apontado, são os ramais do trem. A movimentação de pessoas impressiona, pois a estação “Central do Brasil” dá acesso ao metrô e ao terminal Américo Fontenele. Portanto, aí se destaca um importante entroncamento dos sistemas de transporte da região metropolitana. Na metrópole carioca, a observação enfatizou o ramal Santa Cruz, bairro periférico da cidade que se limita com o município de Itaguaí.

Os sons na hora do embarque são os mais diversos. A correria e os passos apressados para não perder os trens marcam os *ritmos* que tomam de assalto a estação terminal Central do Brasil.

As linhas ferroviárias foram privatizadas em 1998 e um constrangimento à mobilidade é a sua consequência mais marcante. Com a reforma das estações e com um maior rigor na vigilância, muitas pessoas, que antes se valiam de certas estratégias para viajar gratuitamente, já não o conseguem, informa um dos condutores. Do mesmo modo, antes das privatizações os passageiros realizavam mudanças e/ou transporte de objetos entre uma estação e outra, acrescenta o referido condutor.

À primeira vista, a estação “Central do Brasil” se nos apresenta como um lugar de passagem. Atravessados os torniquetes que dão acesso às plataformas de embarque, uma observação mais atenta revela certo compasso que põe em relevo as modulações urbanas (TELLES, op. cit.). Os passageiros se posicionam nos lugares das enormes plataformas, onde possam encontrar conhecidos e amigos que costumam viajar naqueles mesmos horários. No primeiro vagão é onde se desenvolve o encontro de um grupo que rotineiramente aí joga o carteadado. Apesar do trem lotado, mesmo de pé, jogam o baralho. Um entre eles é escolhido para segurar as cartas, substituindo a mesa. As brincadeiras entre eles e o revezamento que se estabelece entre os que perderam e que têm de sair para dar vez aos outros

que estavam de fora do jogo denuncia que os encontros são diários. Mesmo os que não jogam, observam atentamente o jogo e se envolvem, atribuindo apelidos de acordo com as características físicas de cada um deles.

Os vagões seguintes são destinados exclusivamente às mulheres, definidos por lei estadual, nem sempre cumprida, apesar do grande número de seguranças privados existentes na plataforma. Estes vagões são sucedidos por aqueles onde se encontram os evangélicos. As pregações são alternadas pelos cânticos da “harpa cristã” e por orações. É com o corpo e suas manifestações (cantar e pregar em voz alta) que aqui aparecem como supostas estratégias para afastar aqueles que não são simpatizantes. Assim, demarca-se um território, pois aquele que não deseja ouvir as pregações busca outro vagão, como foi observado. Vale notar que esses grupos de evangélicos encontram-se corriqueiramente, pois foi percebido que se cumprimentavam e a seguir teciam alguns comentários de histórias, cujo início se dera nos dias anteriores. Portanto, havia uma sequência de acontecimentos em curso que revelava as relações sociais travadas por esse grupo. Vale acrescentar, contudo, que o interesse desses grupos não se destinava à evangelização, na medida em que não se notava a abordagem de passageiros desconhecidos; a preferência estava mesmo sobre o desenvolvimento de um culto. Todos permaneciam com uma mão nas barras situadas um pouco acima da cabeça e com a outra na bíblia ou hinário, respondendo as orações que então se desenvolviam.

O último vagão, segundo comentário de um dos passageiros, é o menos disputado. É rejeitado “devido à presença de malfeitores”, sobretudo nos períodos noturnos, conforme a fala de um passageiro que olha pro horizonte, faz uma pausa e emenda: “dizem que tem até tráfico de drogas”.

A privatização da rede ferroviária tenta impor certa ordem à suposta desordem existente anteriormente, momento em que o Estado era o detentor de seu controle. Há forte repressão sobre os vendedores ambulantes que vendem de tudo, desde produtos contrabandeados até os das grandes multinacionais, dificultando a definição de fronteiras entre o formal e o informal, o lícito e o ilícito. Doces, chocolates, amendoins, cervejas, refrigerantes, produtos para a queda de cabelo, micose, coceiras, ervas para combater a diabetes, entre (muitas!) outras variadas mercadorias.

A tensão entre o instituinte e o instituído é notória. Da estação da Central até a de Deodoro a repressão sobre ambulantes é mais intensa². Os que são cadastrados e uniformizados têm permissão para circular entre as estações e dentro dos vagões, onde comercializam produtos de uma única marca. Os demais são advertidos com um apito dos seguranças da Supervia – empresa privada concessionária da rede ferroviária.

As agressões físicas e o confisco dos produtos vendidos pelos ambulantes não são tão recorrentes. Acredita-se que isso pode causar a indignação dos demais passageiros e desencadear um confronto mais tenso. A solidariedade e a ética do trabalho assumem uma mistura não muito fácil de distinguir, fato observado na conversa entre os dois passageiros quando viram a investida de um dos seguranças privados da Supervia sobre um ambulante. “Não deixa as pessoas trabalharem. Isso pode acontecer com qualquer um que não tem nem como trabalhar. O cara tá ali ganhando seu dinheiro honestamente e não tá roubando ninguém”.

As estratégias dos ambulantes são as mais diversas. Dão preferência aos trens mais velhos e não aos mais modernos e que dispõem de ar condicionado. Estes são os mais vigiados, enquanto nos antigos há lugares em que é possível remover o tampo do banco e esconder as mercadorias que estavam sendo vendidas diante das investidas dos seguranças. Cada ambulante sabe qual é o vagão em que é possível realizar esta operação diante da presença “inesperada” de um dos seguranças. A rede de comunicação entre eles parece ser muito eficiente. Um diz ao outro onde há ameaça de presença de um destes repressores.

O comércio ambulante, a exemplo das ações dos evangélicos, também se apresenta territorializado, sugerindo o controle do espaço. Os ambulantes que atuam no ramal Japeri não podem atuar no ramal Santa Cruz.

As relações entre os passageiros e os ambulantes são amistosas. De certo modo, eles também recuperam o lado lúdico da viagem e alguns deles já são bem conhecidos pelos passageiros. A aproximação de um deles provoca comentários. Um exemplo é o de vendedor de “CDs piratas”. A entonação de sua voz anunciando os filmes provoca risos. Outro exemplo é o vendedor de chocolates que começa a falar, muitas vezes repetindo uma longa frase, cujo final diz “vou ficar e só paro quando você comprar”. A forma com a qual dialoga com os usuários também desencadeia momentos engraçados, que se repete com o vendedor de cocadas que diz: “Compre uma cocada e ganhe um oi: Oi!!!”

No repertório de histórias, os momentos de tensão assumem contornos dramáticos, cujo exemplo mais recente, ocorrido em 2008, foi desencadeado quando um raio atingiu um dos ramais da rede ferroviária. Os trens permaneceram parados durante muito tempo, por cerca de uma hora e meia, relata uma usuária. Esta disse ainda que a Estação Deodoro “parecia uma praça de guerra. Como os trens estavam demorando muito, as pessoas começaram a quebrar as placas da estação, chutaram vidros e socavam os trens que estavam parados. Tinha muita gente!”.

Durante a greve parcial dos ferroviários, também em 2008, as tensões se repetiram. Os seguranças da Supervia agrediram os usuários com socos e chutes, empurrando-os para dentro dos vagões.

Outro exemplo de tensão recorrente vivido pelos trabalhadores pode ser observado nas constantes investidas do narcotráfico, particularmente no trecho

entre as estações Bangu e Senador Camará. Os frequentes confrontos têm como resultado a paralisação temporária dos trens. E então é a imobilidade, ainda que temporária, que provoca a interrupção da viagem. O cansaço de um dia de trabalho é acrescido pela longa espera para que suas trajetórias prossigam.

Esse repertório de histórias reforça as contradições que subjazem no momento em que se observa a mobilidade pendular. Se por um lado o *corpo* aparece como estratégia de acumulação, por outro, as condições em que a mesma se dá promovem a violação, a desfiguração, a subjugação e a danificação do corpo que trabalha (HARVEY, 2004, p. 149).

Nova Sepetiba – o constrangimento à mobilidade

A mobilidade tem o seu outro – a imobilidade. A perspectiva sobre as trajetórias individuais tem várias implicações e a principal delas é colocar em primeiro plano as modulações do espaço urbano, através de determinadas biografias. E isto pode ser demonstrado, de forma particular, no caso dos moradores de Nova Sepetiba, onde o par dialético mobilidade/imobilidade assume contornos mais precisos.

Nova Sepetiba está localizada num dos limites da imensa Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de um conjunto habitacional planejado no Governo Garotinho (que governou o Estado do Rio de Janeiro de 1999 a 2002) dentro de uma proposta populista/assistencialista de oferecer moradia “a um real”.

São cerca de 4 mil casas, com previsão de habitação para 20 mil pessoas. Seus moradores, conforme entrevistas realizadas no local constituem-se de pessoas que viviam em situação de rua, desabrigados em função das obras do metrô e da Linha Amarela, além de um grupo originário do Caju (bairro situado junto ao início da Avenida Brasil, próximo dos armazéns do Cais do Porto) que foram vítimas de um incêndio. O conjunto, previsto para ser o maior da América Latina, além de apresentar problemas relativos ao acesso aos serviços sociais básicos, é atingido também pela precariedade dos transportes. Repete-se a lógica da macross segregação implícita na (i)lógica da política habitacional do Estado.

As trajetórias dos grupos são diversas, na medida em que são originários de distintas comunidades. Foram, desde a origem, condenados à mobilidade. Tornam-se evidentes as modulações urbanas inscritas em distintas trajetórias. Conforme dito pelo líder comunitário Jonas, há muitos moradores que são nordestinos e, portanto, é possível identificar uma sucessão de mobilidades espaciais, vividas por um mesmo grupo. Iniciada com a migração inter-regional (de longa distância), o processo prossegue na migração pendular e culmina na imobilidade, como se verá a seguir. Entretanto, necessário se faz apontar, essa mobilidade assume contornos mais amplos e não se reduz apenas à mobilidade residencial – implicitamente se inclui a mobilidade social – e, se admite, se confunde com a imobilidade.

De acordo ainda com o relato de Jonas, os moradores não podem fazer nenhuma alteração nas casas; é vedado o acréscimo ou transformação da parte da frente numa loja ou algo que possa garantir uma estratégia de sobrevivência, algo muito comum nas comunidades de baixa renda. Também não é permitido passar ou vender a casa, bem como quitá-la antes do prazo previsto no financiamento.

Esse quadro, em seu conjunto nos leva a interpretação de que os moradores de Nova Sepetiba, agora, estão fadados à imobilidade, em função dessas múltiplas interdições, a qual se adiciona à imobilidade espacial. Vivendo na periferia da cidade, Jonas novamente relata as dificuldades que os moradores têm de acessar uma ocupação. Viver em Nova Sepetiba tornou-se estigmatizante. Quando da procura por um emprego, na hora das negociações, se o morador do conjunto informa ser este seu local de residência, imediatamente ouve a recusa por parte do empregador.

Com relação aos transportes, o que é muito importante destacar, as dificuldades são ainda mais notáveis. Até o final de 2007³ havia apenas uma única linha de ônibus de acesso ao bairro e como esta é de ônibus especial (com ar condicionado) o preço da passagem era o dobro das convencionais. Como consequência, agravava-se mais ainda a dificuldade de encontrar emprego, pois os empregadores dão preferência a funcionários que possam apresentar menos custos na aquisição do vale transporte.

Conforme referido por Jonas e confirmado por outro residente entrevistado, muitos moradores trabalham no Centro e dormem debaixo das marquises de prédios porque não têm como retornar, dado o elevado preço da passagem.

O caso de Nova Sepetiba denuncia as contradições do espaço urbano. A situação por seus moradores se reflete na negação da cidadania em tempos de globalização em que se alarde, intensamente, a liberdade de circulação.

A título de conclusão

A pesquisa em torno da migração pendular, utilizando-se da *rythmanalyse*, digamos um método pouco convencional de pesquisa, destinou-se a apreender os interditos que envolvem o deslocamento espacial da população na região metropolitana no Rio de Janeiro. Colocar em perspectiva os gestos, os interditos, os silêncios constitui ponto de partida para destacar uma miríade de relações, as quais se destinaram a demonstrar como, na própria mobilidade, lança-se mão de estratégias que permitem juntar o lugar do trabalho com o do não-trabalho, o lugar da produção com o da reprodução, o espaço da festa (MARTINS, 1986).

Apesar das tensões e conflitos, é nestes espaços que se recupera o lúdico, o simbólico através da constituição e manutenção de relações sociais e então, supõe-se a superação dos lugares de passagem e da própria mobilidade cotidiana como algo mecânico.

O contexto do desenvolvimento das migrações pendulares é o da *mobilidade do trabalho* (GAUDEMAR, 1976) dada pela capacidade do próprio capital constranger o movimento espacial do capital variável (aquele formado pela força de trabalho). Contudo, deve-se apontar para algumas especificidades em que a imobilidade, dialeticamente, subjaz aos deslocamentos diários da população.

Demonstra-se, desse modo, as permanências e continuidades sobre as migrações intrametropolitanas, cuja explicação é a própria manutenção das contradições presentes no espaço urbano, componentes dos termos da urbanização recente.

Notas

1 - Os terminais rodoviários e ferroviários inter e intramunicipais estão assim distribuídos: Terminal Menezes Cortes, junto ao CDB carioca, localizado numa parte do Centro conhecida como Castelo; terminal da Praça XV, predominando linhas de ônibus que ligam o Centro aos bairros do subúrbio e outras que fazem a ligação do Centro com municípios da borda ocidental da Baía de Guanabara (também na Baixada Fluminense); o Terminal Américo Fontenelle, cujas linhas de ônibus ligam o Centro aos municípios da orla oriental da Baía de Guanabara (Baixada Fluminense) e a poucos metros o terminal dos quatro grandes ramais ferroviários (Santa Cruz, Japeri, Belford Roxo e Saracuna) e onde se localiza também a Estação Central do Metrô – linha 1, que liga o Centro à Zona Sul e aos bairros do subúrbio. Em todos estes eixos acrescenta-se o transporte alternativo de vans e kombis.

2 - A Estação Deodoro, localizada na Zona Norte é a última estação de transferência entre os trens paradores e os expressos. Trata-se de um entroncamento de três dos quatro ramais. Dois deles vão em direção aos municípios da Baixada Fluminense e o outro ao terminal Santa Cruz, localizado na periferia do município do Rio de Janeiro.

3 - Momento em que estavam sendo realizados os trabalhos de campo.

Referências

- ABREU, Maurício de. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplan-Rio/Jorge Zahar Editor, 1987.
- GAUDEMAR, J. P. *Mobilité du Travail et Accumulation du Capital*. Paris: Maspero, 1976.
- HARVEY, D. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.
- LEFEBVRE, H. L. *Éléments de Rythmanalyse*. Introduction à la connaissance des rythmes. Paris: Editions Sympese, 1992.
- LEITÃO, G. *A construção do Eldorado Urbano*. Niterói: Eduff, 1999.
- MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar nesse verão*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- OLIVEIRA, A. T. Fluxos migratórios na região metropolitana do Rio de Janeiro. In: PÓVOA-NETO, H.; FERREIRA, A. P. *Cruzando Fronteiras Disciplinares*. Um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: NIEM/REVAN, 2005.
- TELLES, V. da S. Debates: a cidade em questão. In: TELLES, V. da S.; CABANES, R. *Nas tramas da cidade*. Trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

VALLADADES, L. do Prado. *Passa-se uma casa*. Análise do programa de remoção de favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

RESUMO

O presente texto procura demonstrar que o deslocamento diário da população não deve ser visto como algo mecânico. Na própria mobilidade, os trabalhadores urbanos lançam mão de estratégias que permitem a articulação de distintas modulações da vida e revelam que o corpo se apresenta como estratégia de acumulação. Não obstante, em alguns momentos particulares, o par dialético mobilidade/imobilidade assume contornos mais precisos.

Palavras-chave: mobilidade pendular; território; transportes urbanos.

ABSTRACT

This text seeks to demonstrate that the daily movement of the population should not be seen as something mechanical. In the very mobility, urban workers develop strategies that articulates distinct modulations of life and reveals that the body is presented as a strategy of accumulation. Nevertheless, in some particular moments, the dialectic pair mobility/immobility becomes more precise.

Keywords: Commuting; territory; urban transport.

Emigração de argentinos para a Espanha: fluxos e composição

*Fernando Osvaldo Esteban **

As migrações humanas incrementaram-se aceleradamente nas últimas décadas. O volume de migrantes internacionais no mundo mais que duplicou entre 1960 e 2005 (Nações Unidas, 2006). Os deslocamentos de população latinoamericana também se incrementaram notavelmente, sobretudo os que se dirigem para fora da região (Martínez Pizarro, 2008). No caso de Argentina, a evidência empírica ainda é pouco fiável, sabemos que a migração de nativos experimentou uma transformação significativa na última década, inscrevendo o fenômeno no marco geral das tendências mundiais e regionais atuais.

A partir deste contexto, nosso estudo procurou identificar os principais fluxos de emigração de argentinos para a Espanha, o principal país receptor desta emigração depois dos EUA (RATHA y XHU, 2005), e descrever sua composição demográfica atual. Do ponto de vista metodológico, utilizou-se uma abordagem quantitativa mediante a sistematização de informações de diversas fontes estatísticas secundárias.

** Fernando Osvaldo Esteban - Departament de Sociologia / Universitat Autònoma de Barcelona.*

Fluxos migratórios de argentinos para a Espanha: “do exílio ao êxodo”

A emigração de argentinos para a Espanha é um fenômeno antigo, datando do primeiro quartel do século XX. Sua origem é o “sistema migratório” (KRITZ y ZLOTNIK, 1992) que vinculou Espanha e Argentina após as migrações em massa que levaram milhões de europeus à América¹. Ainda que as principais correntes migratórias se movessem na direção norte-sul, logo se estabeleceram deslocamentos em sentido inverso, dentro do quadro geral de relações multinacionais de caráter socioeconômico, político e cultural. Posteriormente, a direção dos fluxos foi se invertendo paulatinamente e seu volume e composição foram determinados por conjunturas específicas (crises econômicas, ditaduras, etc.). A seguir descreveremos as correntes mais significativas.

O exílio político (1975-1983)

A ditadura militar gerou um significativo fluxo de migração entre Argentina e Espanha. Somando a quantidade de residentes argentinos e aqueles que obtiveram a cidadania espanhola, identifica-se um crescimento de 58,3% entre 1976 e 1983². Mas a dinâmica migratória real pode ser melhor visualizada ao incluir-se as cifras de 1986, ano em que se produziu o primeiro processo de regularização administrativa de estrangeiros com residência ilegal, que incorporou cerca de 30% de imigrantes argentinos, em sua maior parte migrados durante o período da ditadura e que não haviam conseguido regularizar-se até aquele momento. Entre 1976 e 1986 as cifras oficiais mostram um incremento médio anual de 13,9%. Ao final do citado processo, cerca de 20 mil imigrantes com cidadania argentina haviam chegado à Espanha. A este contingente há que se somar os que já chegaram com cidadania espanhola, embora nascidos na Argentina – um montante desconhecido (ACTIS e ESTEBAN, 2008).

Início de uma incipiente migração econômica (1985-1992)

O fim da ditadura e início da democracia, em 1983, produziu uma redução no fluxo de saídas da Argentina, mas não significou a sua abolição. Além disso, a suposição da volta de uma grande parte da diáspora não se confirmou, retornando apenas uma minoria de imigrantes, impossível, inclusive, de contabilizar. Assim mesmo, é possível pensar que coexistiram deslocamentos em ambas as direções: exilados que retornavam e novos emigrados, agora econômicos (ESTEBAN, 2003).

Em 1991 a Espanha promoveu um segundo processo de regularização de estrangeiros que incorporou boa parte dos que chegaram durante a segunda metade

dos anos oitenta. A comparação entre as cifras de residentes e nacionalizados entre 1987 e 1992 demonstra um incremento médio anual de 12,9% (com crescimentos importantes em 1989, 1990 e 1991), porcentagem inferior ao período anterior. Portanto, podemos afirmar que a segunda metade dos anos oitenta, especialmente na “crise da superinflação” (1989-1990), teve como resultado um novo fluxo de migrantes para a Espanha.

Recessão e retomada da emigração (1993-2000)

A estabilização socioeconômica ocorrida na Argentina a partir de 1992, consequência da implantação de um novo modelo de desenvolvimento de tipo neoliberal, resultou numa queda no número de emigrantes. Mas, a partir de 1995 iniciou-se o esgotamento daquele modelo e afetou a distintos segmentos da sociedade, favorecendo a retomada estratégica emigratória de cidadãos de diferentes classes sociais. Os registros do *Ministerio del Interior* de pessoas nascidas na Argentina (com nacionalidade desse país, espanhola ou italiana) mostram um crescimento importante entre janeiro de 1996 (57.835 pessoas) e janeiro de 2000 (70.941). O incremento anual superou os 10% em 1999, fenômeno que indica uma aceleração migratória no final do último governo de Menem. Durante esse período, cerca de dois terços da população nascida na Argentina tinha cidadania espanhola (66,4% em 1996 e 62,9% em 2000); menos da metade obteve após dois anos de residência no país e o restante por ser descendente de emigrantes espanhóis.

A chegada massiva (2001-2009)

Durante o período 2001-2009, produziu-se um aumento sem precedentes do número de imigrados argentinos: dos 70.941 registrados no início de 2000 passou-se a 293.227 em 2009 (a cifra deste ano é ainda preliminar); o que significa um crescimento de 316%, ou seja, migraram mais pessoas da Argentina para a Espanha do que ao longo de mais de três décadas³. Para se ter uma melhor ideia, os incrementos mais significativos foram os de 2001 e 2002, com 37,9% e 55,8% respectivamente; precisamente os dois anos mais agudos da crise econômica argentina. Em 2005, a legalização extraordinária de estrangeiros que fez o governo espanhol (ver AJA e ARANGO, 2007), aumentou a quantidade de residentes argentinos em 46% (a maioria havia chegado em anos anteriores, mas permaneciam ilegais). Logo houve uma diminuição no fluxo migratório, justificado pelo equilíbrio político do governo democrático e, conseqüentemente, por certa melhora em alguns indicadores sociais. Entretanto, as cifras de 2008 e 2009 apontam para um novo crescimento migratório (6,4% e 1% respectivamente), o que não se explica a partir dos fatores de expulsão, como sucedeu entre 2001 e 2004. A Tabela I ilustra estas tendências.

Tabela I. População de origem argentina registada na Espanha em 1º de janeiro (1998-2009)

Ano	Total	Cresc.%
1998	61.323	13,9%
1999	64.020	4,4%
2000	70.491	10,1%
2001	84.872	20,4%
2002	118.903	40,1%
2003	191.653	61,2%
2004	226.548	18,2%
2005	260.386	14,9%
2006	271.444	4,2%
2007	272.985	0,6%
2008	290.281	6,3%
2009*	293.227	1,0%

FONTE: *Explotación Estadística del Padrón de Habitantes*. (INE) e elaboração própria.

*Dados preliminares.

Características atuais da população de origem argentina na Espanha

Como consequência do elevado crescimento da migração, produziu-se uma transformação integral na composição dos residentes argentinos na Espanha. A seguir descreveremos os principais resultados deste processo a partir de fontes secundárias.

Status jurídico: da supremacia de comunitários à legalização dos irregulares

Se observamos a nacionalidade dos imigrados argentinos na *Explotación Estadística del Padrón de Habitantes* (INE), identificamos diferentes grupos, classificados de acordo com sua condição jurídica:

a) Os possuidores de uma nacionalidade comunitária, principalmente espanhóis, mas também italianos, sobretudo a partir da crise econômica argentina nos anos 2001 e 2002. Trata-se de uma particularidade dos argentinos frente a outras coletividades latinoamericanas e estrangeiros em geral, em virtude de muitos migrantes serem descendentes de antigos emigrantes europeus na Argentina. Neste sentido, o fluxo migratório poderia ser entendido como um “retorno”.

b) O grupo de nacionalidade espanhola cresceu 97%, em contraste com o de nacionalidade italiana, que apresentou um incremento de 835%. O aumento percentual dos “hispanoargentinos” foi mais moderado em virtude da existência de um número elevado em anos anteriores (quase 50 mil em 2000). Porém, em valores absolutos o aumento foi superior ao dos italianos: 45 mil pessoas. Destes, a maioria já chegou ao país com a nacionalidade herdada por pais e/ou avós espanhóis.

O aumento espetacular de “ítoaloargentinos” obedece à mesma razão. Muitos argentinos “recuperaram” a nacionalidade italiana dos seus ancestrais emigrados à Argentina (onde ainda hoje constituem a terceira minoria estrangeira, depois de paraguaios e bolivianos).

c) Imigrantes com nacionalidade argentina, entre os que se pode distinguir os possuidores de autorização de residência e os que se encontram em situação irregular. O conjunto da população com nacionalidade argentina incrementou-se em 348%, se bem que os “legalizados” cresceram mais do que os “irregulares” (478% e 211% respectivamente), estes se mantêm ainda hoje em níveis elevados (uma população estimada em quase 50 mil pessoas), o que torna mais importante os efeitos da política migratória espanhola⁴.

Em síntese, tomando como referência as cifras de 2000, 63% dos imigrados tinha nacionalidade espanhola, 33% argentina e 4% de outro país. Entretanto, no início de 2009 apenas 39% dos migrados tinha nacionalidade espanhola, os de nacionalidade argentina representavam 47%, os de nacionalidade italiana 17% e os de outra nacionalidade 7%.

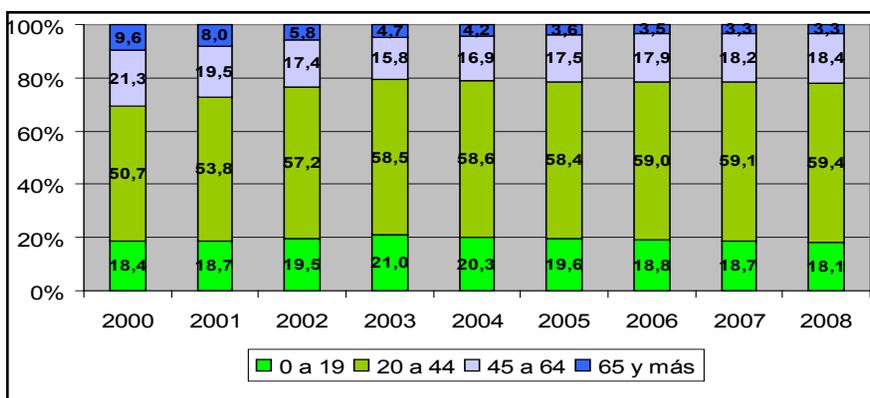
Demografia: grupos familiares e “segunda geração”

Com relação à distribuição dos imigrados de origem argentina por sexo, observamos na *Explotación Estadística del Padrón de Habitantes* (INE) que houve um incremento na proporção de homens (de 48,3% no início de 2000 para 51,8% em 2008), revertendo o predomínio inicial feminino, em conformidade com uma tendência histórica de equilíbrio entre os sexos⁵. Portanto, o êxodo em massa esteve composto por pessoas de ambos os sexos, entretanto, com uma maior proporção de homens.

No tocante à idade, pode-se observar na mesma fonte que a chegada massiva de população adulta jovem (entre 20 e 44 anos) rejuveneceu o coletivo no seu conjunto. Depois do último fluxo, a população menor de 45 anos passou de 69,1% (2000) para 77,5% (2008), enquanto reduziu-se a importância dos grupos com idade mais avançada (as pessoas maiores de 45 anos, que compunham 30,9% em 2000, passaram a representar 21,7% em 2008). É interessante destacar, ademais,

que o ritmo de crescimento da população com menos de 20 anos (630%) não foi tão desigual ao do recorte de 20 a 44 anos (773%), o que evidencia a migração de grupos familiares que incluíram duas gerações: pais e filhos menores de idade. Por outro lado, ainda que num ritmo muito inferior, os maiores de 65 anos também cresceram (de 2.506 para 7.957, ou seja, 217% entre 2000 e 2008), um fato que revela a profundidade da crise na Argentina já que não é habitual a emigração de pessoas mais idosas. Ver a Figura I.

Figura I. População nascida na Argentina registrada na Espanha, conforme grandes grupos de idade (2000-2008).



FONTES: *Explotación Estadística del Padrón de Habitantes* (INE) e elaboração própria.

Nível educacional: descenso do padrão e queda de um estereótipo

Concernente ao grau de escolaridade, conforme a *Encuesta Nacional de Inmigrantes 2007* (INE, 2007) parece evidente que a imigração argentina apresenta, em geral, níveis educacionais mais elevados que os de outras coletividades de imigrantes extracomunitários e similares aos níveis europeus (União Europeia-27), bem como marcadamente diferenciados no interior do seu próprio coletivo. Assim, estar-se-ia distanciando de um estereótipo dominante que caracterizava a migração argentina como altamente qualificada, baseado seguramente numa tipologia de fluxos migratórios que prevaleceram até princípios dos 1970 (ACTIS e ESTEBAN, 2008, p.101).

Na Tabela II expomos as proporções por grau de estudos dos argentinos empregados com mais de três anos vivendo na Espanha. Nela, podemos observar que mais de um terço possuía estudo superior (29,4% com licenciatura curta e 4,1% com licenciatura plena) e 42,4% completaram o ensino médio; mesmo assim, existe

uma população com baixo grau de escolaridade: 1,6% não finalizaram o ensino básico, 11,1% só contam com a educação básica e 9,1% só atingiram a primeira fase do ensino médio. Sem dúvida, o incremento do volume e a aceleração do processo migratório contribuíram para diminuir a seleção dos emigrados.

Tabela II. Imigrantes de origem argentina, empregados, com mais de 3 anos de residência, conforme o grau de estudos terminados – 2007 (Em porcentagem).

Nível Educativo	%
Educação básica incompleta	1,6%
Educação básica	11,1%
Primeiro ano do ensino médio	9,1%
Segundo ano do ensino médio	42,4%
Licenciatura curta	29,4%

FONTE: *Encuesta Nacional de Inmigrantes* (INE, 2007) e elaboração própria.

Integração socioeconômica dos imigrantes de origem argentina na Espanha. O acesso ao mercado de trabalho

Conforme o censo de 2001, a taxa de ocupação dos argentinos era de 55%, enquanto em 2005, após a chegada dos contingentes em massa, a *Encuesta de Población Activa* (INE) indicava que havia sido elevada para 75%. Embora as duas fontes não sejam estritamente comparáveis, a magnitude das diferenças assinala para o grande peso do componente laboral no último fluxo migratório, especialmente se o compararmos com a taxa de ocupação vigente na Argentina no segundo trimestre de 2005, que era de 45,6% (INDEC, 2009). O nível de ocupação dos imigrados argentinos, de acordo com a *Encuesta* mencionada anteriormente, era superior ao da população espanhola e dos estrangeiros da União Europeia (considerando 15 países integrantes) sendo este de 56%, bem como superior ao da imigração africana, com 69,8% e da asiática, com 66,2%, porém não atingia os níveis dos demais latinoamericanos, dos europeus do Leste e dos novos países membros da UE (todos acima de 80%). Portanto, o nível de ocupação situava os argentinos no campo dos imigrantes econômicos extracomunitários, que se distingue claramente do perfil da população espanhola e da procedente da União Europeia-15.

Tabela III. Imigrantes, com mais de 3 anos de residência e que trabalham, por continentes e países mais representativos, conforme o ramo de atividade atual. Em porcentagem.

	Agricultura, pesca, mineração	Indústria manuf. Produção distribuição energia Transporte	Construção	Comércio; Hotelaria	Intermed. financeira Ativ. imobiliárias Serv. Empresa.	Ad. Pública Atív. sociais	Atividades do lar
Argentina	0,2	16,8	11,5	33,2	12,1	20,7	5,4
Bolívia	6,4	14,4	20,3	14,4	8,3	4,7	31,4
Colômbia	2,4	15,8	15,1	26,2	13,1	10,9	16,5
Equador	7,3	16,1	24,0	25,6	7,3	4,8	14,8
Marrocos	15,3	16,0	30,5	22,1	5,7	7,2	3,0
Romênia e Bulgária	6,7	15,9	32,1	17,7	8,5	4,3	14,8
Países Asiáticos e da Oceania	4,5	8,7	13,8	51,3	7,5	8,9	5,2
UE 27 sem Espanha	4,6	19,2	12,6	22,2	12,0	15,4	7,4
Total	5,4	17,1	19,3	25,8	10,1	12,6	9,4

FONTE: *Encuesta Nacional de Inmigrantes* (INE, 2007) e elaboração própria.

Todavia, se observamos a inserção laboral atual dos imigrantes na *Encuesta Nacional de Inmigrantes 2007* (Tabela III), observamos que a maioria dos imigrados da Argentina conseguiu evitar os “empregos típicos de imigrantes” (serviço doméstico, agricultura, em menor medida, e construção), ainda que estejam bem presentes em outros (hotelaria e comércio), porém encontram-se também inseridos em ramos de atividade de maior prestígio (imobiliário, financeiro, indústria, transporte e até mesmo na administração pública).

No entanto, a simples distribuição por ramos de atividade não descreve adequadamente a situação ocupacional. Portanto, na Tabela IV apresentamos a distribuição dos trabalhadores de origem argentina e de países mais representativos, de acordo com sua ocupação atual. Nela constatamos a existência de perfis diferenciados e em extremos opostos da escala ocupacional. Assim, encontramos 9,5% empregados em direção de empresas e administrações públicas, 14,9% de profissionais e cientistas e 12,7% de técnicos de apoio. Categorias nas quais somente os trabalhadores procedentes da UE-15 e de países asiáticos (a maioria hoteleiros autônomos) têm maior representatividade. Por outro lado, há 55% de trabalhadores empregados em tarefas manuais: sendo 40,7% trabalhadores qualificados (construção, serviços, indústria, agricultura e mineração); 6,2%

operadores e montadores de maquinarias e 8% trabalhadores não qualificados. Esta “dualidade” indica que, apesar de se encontrar numa situação relativamente favorável com relação a outros coletivos de imigrantes extracomunitários, há um contingente da imigração argentina trabalhando no segmento secundário do mercado de trabalho.

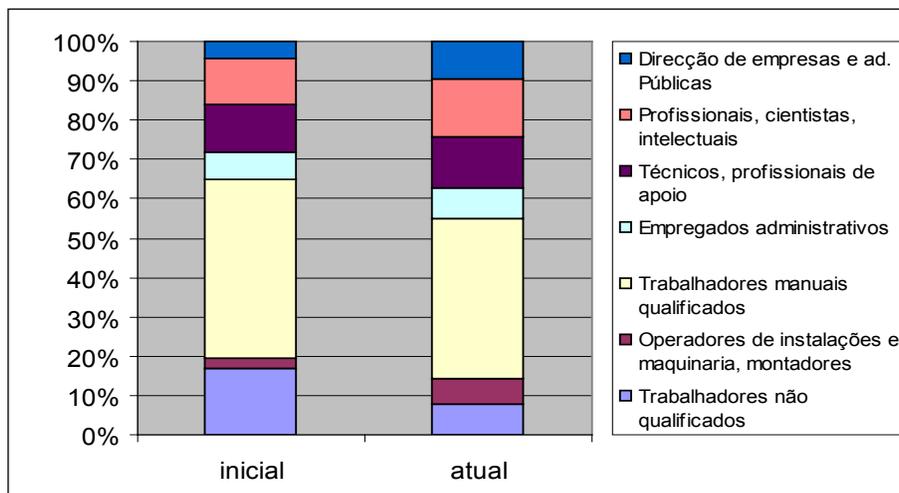
Tabela IV. Imigrantes com mais de 3 anos de residência e que trabalham, por continentes e países mais representativos, conforme ocupação atual (2008). Em porcentagem.

	Direção de empresas e ad. pública	Profissionais, cientistas, intelectuais	Técnicos, profissionais de apoio	Empregados administrativos	Trabalhadores manuais qualificados	Operadores maquinaria	Trabalhadores não qualificados
Argentina	9,5	14,9	12,7	8,0	40,7	6,2	8,0
Bolívia	0,1	1,6	0,4	4,0	51,4	3,2	38,9
Colômbia	3,0	2,8	6,8	4,7	40,2	8,3	33,8
Equador	0,5	0,9	0,8	5,1	43,9	8,7	40,0
Marrocos	2,8	3,8	2,8	3,3	39,4	7,6	40,2
Romênia e Bulgária	1,0	0,8	1,8	2,2	44,8	10,5	39,0
Países Asiáticos e da Oceania	13,5	8,2	4,3	2,1	48,4	3,2	20,2
UE 27 sem Espanha	9,6	10,9	8,9	6,0	36,1	7,4	20,9
Total	6,1	8,1	6,6	5,3	39,7	7,0	27,1

FONTE: *Encuesta Nacional de Inmigrantes* (INE, 2007) e elaboração própria.

Esta “fotografia” atual é resultado de trajetórias ocupacionais diferentes. A *Encuesta Nacional de Inmigrantes* (INE, 2007) permite conhecer a ocupação inicial e atual dos imigrantes e, portanto, a existência e direção da mobilidade ocupacional. No Figura II, os dados agregados para todos os imigrantes de origem argentina ocupados, com mais de três anos de residência na Espanha, demonstram que *sua situação atual na estrutura ocupacional é o resultado de um significativo processo de mobilidade ascendente*. Este processo se manifesta na diminuição da proporção de trabalhadores manuais (de 64,8% para 54,9%); sobretudo dos trabalhadores não qualificados, que passaram de 16,7% para 8%; e no incremento dos trabalhadores qualificados: os profissionais, cientistas e intelectuais passaram de 11,7% para 14,9%, e o pessoal de direção de empresas e administrações públicas de 4,2% para 9,5%.

Figura II. Imigrantes de origem argentina, com mais de 3 anos de residência e que trabalham, conforme sua ocupação inicial e atual. Em porcentagem.



FONTES: *Encuesta Nacional de Inmigrantes* (INE, 2007) e elaboração própria

CONCLUSÕES

A emigração de argentinos para a Espanha é um fenômeno antigo, sua origem remonta ao “sistema migratório” que vinculou os dois países, após a grande migração de europeus para América, originada no primeiro quartel do século XX. No entanto, começou a desenvolver-se em meados dos anos de 1970, com a chegada dos exilados políticos (1976–1983) e ganhou intensidade, posteriormente, com o ingresso de migrantes econômicos, sobretudo a partir da crise argentina de 2001. Por isso, a migração de argentinos para a Espanha já não pode ser qualificada como fenômeno conjuntural (o exílio político ou a fuga precipitada de uma crise econômica). Isso nos faz afirmar que o padrão migratório histórico da Argentina mudou: continua recebendo importantes contingentes de população forânea e, ademais, gera fluxos migratórios significativos para sociedades mais desenvolvidas, em sintonia com os demais países do subcontinente latinoamericano.

O último fluxo em massa transformou integralmente o conjunto dos imigrantes, produzindo uma maior heterogeneidade social, a saber: a) cresceu a proporção de pessoas que só possuem ensino básico e primeira fase do ensino médio, e assim, estar-se-ia distanciando de um estereótipo dominante que caracterizava a migração argentina como altamente qualificada; b) a maioria dos imigrados conseguiu evitar os “empregos típicos de imigrantes” (serviço doméstico, agricultura, etc.), mesmo assim, estiveram presentes em outros (hotelaria e comércio).

Notas

1 - Sistema que se inclui dentro de outro com alcance maior, composto por Uruguai, Sul do Brasil e a pampa húmida argentina, de um lado, e Portugal, Espanha e Itália, do outro (ACTIS e ESTEBAN, 2008, p. 82).

2 - De acordo com as Estatísticas de residentes estrangeiros do *Ministerio del Interior* da Espanha.

3 - O Registro de Habitantes (Explotación Estadística del Padrón de Habitantes, INE) converteu-se na fonte mais confiável para medir o volume e descrever a composição da imigração estrangeira na Espanha, a partir da reforma legislativa que concede direitos aos estrangeiros registados, ainda que careçam de residência legal no país (Lei 4/2000 de 11 de janeiro, sobre Direitos e Liberdades dos Estrangeiros na Espanha e sua Integração Social).

4 - Com relação à legalização de estrangeiros em 2005 e os canais abertos a partir deste momento para a regularização de estrangeiros “sem papéis” na Espanha, ver Aja e Arango, 2007.

5 - Diferentemente de outras coletividades latinoamericanas, nas quais existe um forte predomínio feminino: dominicanos (62,4%); colombianos (56,6%); bolivianos (55,6%); peruanos (53,8%); equatorianos (51%).

Referências

ACTIS, Walter; ESTEBAN, Fernando, O. Argentinos en España: inmigrantes a pesar de todo. En: *Migraciones*, 23, 2008, p. 79-115.

AJA, Eliseo; ARANGO, Joaquín (Eds). *Veinte años de inmigración en España*. Barcelona: Fundació CIDOB, 2007.

ESTEBAN, Fernando O. Dinámica Migratoria argentina: inmigración y exilios. *América Latina hoy*, 34, 2003, p.15-34.

INDEC (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS). *Información de Prensa. Movimiento Internacional de Personas a través de los principales puestos migratorios del Gran Bs. As.* Buenos Aires, 2004.

ESTEBAN, Fernando O. *Tasa de actividad, empleo, desocupación y subocupación por regiones y aglomerados urbanos desde el primer trimestre de 2003 en adelante*. [On line]. Buenos Aires, INDEC, 2009. Disponível em: <http://www.indec.gov.ar/nuevaweb/cuadros/4/sh_eph_continuatrimstral.xls> Acesso em: 23 março 2009.

INE (Instituto Nacional de Estadística). *Encuesta Nacional de Inmigrantes 2007*. [On line] Madrid, INE, 2007. Disponível em: <http://www.ine.es/jaxi/menu.do?type=pcaxis&path=%2Ft20%2Fp311_new&file=inebase&L=>> Acesso em: 13 julho 2009.

INE. *Explotación Estadística del Padrón de Habitantes*. [On line] Madrid, INE, em vários anos. Disponível em: <<http://www.ine.es/jaxi/menu.do?type=pcaxis&path=/t20/e245/&file=inebase>> Acesso em: 13 julho 2009.

INE. *Encuesta de Población Activa*. [On line] Madrid, INE, em vários anos, Disponível em:<http://www.ine.es/jaxi/menu.do?type=pcaxis&path=%2Ft22/e308_mnu&file=inebase&L=0> Acesso em: 14 março 2009.

- KRITZ, M. M.; ZLOTNIK, H. Global interactions: migration system, processes, and policies. En KRITZ, M., M.; LIM, LEAN, L.; ZLOTNIK, H. *International migration systems. A global approach*. Oxford: Claredon Press, 1992, p. 1-15.
- MARTÍNEZ PIZARRO, Jorge. *América Latina y el Caribe: migración internacional, derechos humanos y desarrollo*. Santiago de Chile: CEPAL, 2008.
- MINISTERIO DEL INTERIOR. *Estadística de residentes extranjeros*, Madrid, em vários anos.
- Nações Unidas. *Trends in total migration stock: the 2005 revision*. CD-Room documentation. [On line] New York: United Nation, 2006. Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/publications/migration/UN_Migrant_Stock_Documentation_2005.pdf> Acesso em: 14 março 2009.
- RATHA, Dilip; XHU, Zhimei. *Migration and remittances factbook*. Washington: World Bank, 2005.

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar o processo migratório de argentinos para a Espanha e as suas características depois da crise econômica argentina em 2001. Do ponto de vista metodológico, foi utilizada a abordagem quantitativa. O trabalho identificou a evolução dos principais fluxos migratórios (finais dos anos 1970/80 e início do século XXI), bem como a composição demográfica dos imigrantes argentinos de acordo com as variáveis sexo, idade, cidadania e grau de instrução. Algumas características mostram peculiaridades da imigração argentina com relação aos demais imigrantes “não comunitários”, no entanto, outras mostram que se trata de uma imigração econômica. Assim, concluímos que o padrão migratório da Argentina mudou, convertendo a emigração econômica de nativos num processo estrutural.

Palavras-chave: Argentina, Espanha, migração internacional.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the migratory processes from Argentineans to Spain, as well as their characteristics after Argentine crisis in 2001. Using quantitative methodological perspectives, we identify the most important migratory waves that occurred by the end of the seventies, during the eighties, and in the beginning of the 21st century. Besides, we studied population composition according to gender, age, education level and citizenship. Some of these characteristics show peculiarities of Argentinean immigration when compared to the rest of non communitarian immigrants. However, others characteristics indicate that we are dealing with economic migrants. We concluded that the Argentinean migration patterns have changed and the emigration of natives has become a structural process.

Key words: Argentina, Spain, international migration.

Refugiados: o reassentamento solidário no território brasileiro

*César Augusto Silva da Silva**

*Viviane Mozine Rodrigues***

*“Fica decretado que agora vale a verdade,
agora vale a vida,
e de mãos dadas,
marcharemos todos pela vida verdadeira”*
(Os Estatutos do Homem, Artigo I, Thiago de Mello).

Este trabalho visa estabelecer apontamentos ligados à práxis, ou seja, a informação, o conhecimento e a prática em termos do procedimento de integração dos refugiados, para fins explícitos de intervenção de modo a contribuir para a discussão e possíveis propostas sobre as relações de poder e as políticas públicas de “reassentamento” solidário no Brasil. É um tema recente, que apareceu na pauta de discussões nos marcos da comemoração do vigésimo aniversário da Declaração Regional de Cartagena, em que dezesseis Estados latinoamericanos assinaram a Declaração e o Plano de Ação do México de 2004 que propõe soluções duradouras para os refugiados na América Latina, os deslocados de forma forçada de sua região.

* *César Augusto Silva da Silva é Mestre em Direito e Relações Internacionais/UFSC, Graduado pelo XXIV Curso Interdisciplinar do Instituto Interamericano de Direitos Humanos (IIDH) de San Jose da Costa Rica e Professor da Universidade Federal de Dourados/MS – UFGD. Coordenador da Pós-Graduação em Direitos Humanos da Faculdade de Direito da UFGD.*

** *Viviane Mozine Rodrigues é Mestre em Planejamento e Gestão das Cidades pela Universidade Cândido Mendes/RJ, Professora dos Cursos de Economia e de Relações Internacionais da UVV (Centro Universitário Vila Velha) e Coordenadora do NUARES-Núcleo de Apoio aos Refugiados do Estado do Espírito Santo.*

Dentre as soluções duradouras para os refugiados na América Latina encontra-se o reassentamento solidário. A realização de uma política de reassentamento solidário exige a construção de redes sociais e educacionais concretas, arranjos político-institucionais, econômicos e culturais longos e consistentes. A participação e a colaboração coletiva de diversos agentes sociais é um dos fatores fundamentais para a efetividade do reassentamento. O Estado nacional passa, então, a desempenhar um papel-chave na definição do direcionamento e implementação de ações que visem à promoção da cidadania do refugiado. Todavia, este mesmo Estado ainda está longe de adotar políticas públicas concretas e aportar recursos suficientes para facilitar e favorecer a integração dos refugiados.

Isso tem exigido novas formas de "governança" global e local que levem em conta a participação dos setores públicos e privados, simultaneamente, formando um amplo processo de articulação político-institucional, em uma verdadeira rede de proteção, em comum acordo com os organismos internacionais. Essas novas relações sociedade-Estado credenciam novos atores no processo de articulação e construção de políticas públicas para o resgate dessas populações advindas de situações limite de suas regiões originárias.

O Reassentamento Solidário

A Convenção de Genebra de 1951 da Organização das Nações Unidas (ONU) e o seu Protocolo Adicional de 1967, estabelecem:

...que o termo "Refugiado" se aplica a toda a pessoa que, devido a fundados temores de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país; é também refugiado aquele que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido a este temor, não quer a ele voltar.

Desde a definição estabelecida pela Convenção de Genebra, o conceito e a necessidade geral da transformação do que se convencionou chamar refugiado vêm se modificando e evoluindo (CANÇADO TRINDADE, 1981, p. 83), tendo em vista os novos fenômenos e processos internacionais de migração, que também podem causar o deslocamento forçado de pessoas e, portanto, produzir situações que podem colocar muitos em situação análoga à dos refugiados oficiais.

São as situações relativas às migrações nacionais e internacionais por desastres ambientais, por fuga da miséria absoluta e das condições econômicas precárias que existem em algumas regiões do mundo de forma sistêmica. Assim como as generalizadas e maciças violações de direitos humanos enquanto política de Estado de modo intermitente, tal como apontadas pela Convenção Africana de Direitos Humanos de 1969 ou pela Declaração Interamericana de Cartagena de 1984.

A evolução da proteção internacional aos refugiados ganhou particularmente evidência no sistema político regional das Américas com a ação da Organização dos Estados Americanos (OEA) e seu sistema local de proteção advindo desde a configuração da Declaração Americana de Direitos Humanos em 1948, com os posteriores acordos específicos sobre os refugiados.

Para o Brasil, desde a constituição do Comitê especial para elaboração do Estatuto Internacional dos Refugiados das Nações Unidas, sob os marcos do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) daquela organização, em 1950, o problema dos refugiados sempre foi muito importante, advindo da tradição nacional de lidar com estrangeiros de maneira um pouco mais generosa e sem hostilidades gratuitas, incluindo apátridas e refugiados, ainda que seletivamente (CARNEIRO, 2000, p. 420-427).

Historicamente, o governo brasileiro sempre percebeu a importância, inclusive econômica, dos migrantes e refugiados para o Estado que os recebe, haja vista as experiências anteriores de deslocamento econômico dos indivíduos italianos e alemães vindos da Europa no final do século XIX, ou mesmo dos japoneses no início do século XX, ainda que em outras condições, mesmo com algumas resistências explícitas por parte de juristas nacionais daquele período (VARELA, 1998, p. 245-256).

Nesse sentido, o Brasil, concomitante com outros países da América Latina, assinou um acordo inovador no âmbito dos direitos humanos para refugiados, definido como Declaração e Plano de Ação do México, em 2004, no qual expressa a intenção de estabelecer, em conjunto com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), um programa de reassentamento na América Latina, contribuindo não somente com a integração daqueles que correm risco de vida na própria América, mas para com todos os membros da comunidade internacional. É um dos primeiros acordos internacionais a usar o valor da solidariedade como objetivo principal na implementação de direitos humanos. É o compromisso com a solidariedade a resposta regional aos conflitos armados e sistêmicos que produzem refugiados, e isso torna o reassentamento uma atitude ímpar e de vanguarda no processo de recebimento de estrangeiros. O sétimo título da Lei brasileira 9.474/97¹ expõe as soluções duráveis para estas situações, ou seja, os casos da repatriação², da integração local³ e o do reassentamento.

O reassentamento ocorre quando o refugiado não consegue obter segurança no país de seu primeiro asilo ou quando não consegue integrar-se à sociedade local ou está em situação de risco social. Desde 1999 o governo brasileiro e o ACNUR têm um acordo para viabilizar a implantação do programa de reassentamento solidário no Brasil (PONTE NETO, 2003, p. 155-167). O Brasil ocupa uma posição de país emergente de reassentamento e já recebeu reassentados afegãos, colombianos e recentemente palestinos. O reassentamento solidário é visto como uma solução duradoura pelo ACNUR. Contudo, para acontecer realmente a ação política do reassentamento, o procedimento deve ser tripartite: do Estado, da sociedade civil organizada e das empresas.

A convergência e a simetria entre os atores que interagem é fundamental para o sucesso das políticas de reassentar: o Estado em relação ao comprometimento do recebimento e bom encaminhamento dos casos concretos; a sociedade civil organizada, na disposição e preparação para o acolhimento e as empresas

desempenhando seu papel econômico e de responsabilidade social para gerar uma melhor integração do refugiado ao longo do tempo.

No final do ano de 2004 o país recebeu aproximadamente 75 refugiados colombianos⁴, que estão distribuídos pelos estados do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, São Paulo e Minas Gerais, onde o ACNUR tem agências parceiras⁵ que cuidam da integração local aos reassentados. Estas agências parceiras se espalham pelas cidades de Porto Alegre, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Natal, Lajes, São Paulo, Campinas, Taubaté, Belo Horizonte, dentre outras, em espaços geograficamente determinados que possam trazer um melhor nível de adaptação e integração a estes seres humanos.

Esses colombianos, refugiados primeiramente na Costa Rica ou no Equador, formados por homens sozinhos ou com filhos menores, ou mesmo famílias chefiadas por mulheres, necessitam do aprendizado do idioma local, do ensino e da orientação profissional, do mesmo modo que acesso ao micro-crédito para se estabelecerem. O projeto de reassentamento solidário viabiliza essas demandas em pelo menos sete estados brasileiros que já possuem agências parceiras responsáveis pelo auxílio ao refugiado. No caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, a Associação Antonio Vieira é a que auxilia o ACNUR no recebimento e no "reassentamento" destes deslocados, inclusive recebendo reassentados palestinos, trazidos recentemente pela Organização das Nações Unidas e suas agências. A Cáritas Arquidiocesana, organização da Igreja Católica, desempenha o mesmo papel nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro.

As redes sociais de educação, saúde, moradia e transporte

Uma estrutura em rede (...) corresponde também ao que seu próprio nome indica: seus integrantes se ligam horizontalmente a todos os demais, diretamente ou através dos que os cercam. O conjunto resultante é como uma malha de múltiplos fios, que pode se espalhar indefinidamente para todos os lados, sem que nenhum dos seus nós possa ser considerado principal ou central, nem representante dos demais. Não há um "chefe", o que há é uma vontade coletiva de realizar determinado objetivo (WITHAKER, 1998).

As redes de proteção solidária são formadas por pessoas e organizações envolvidas com o trabalho com refugiados e refugiadas ou sensíveis à causa, que não enxergam a questão migratória com preconceito, ou são tomados exclusivamente pela visão estatal da doutrina da segurança nacional. Elas funcionam como pontos de apoio na defesa dos direitos humanos dos refugiados, monitoramentos de fronteiras, inclusão social dos deslocados e busca de parcerias, além de alternativas para sua integração local e para o reassentamento solidário.

Em 2006, esse conjunto representou cerca de 30 organizações, estando presente em praticamente todos os estados brasileiros. Também são parte dessa rede de proteção senadores, deputados, jornalistas, universidades, músicos, esportistas, intelectuais e todos os que estão dispostos a compartilhar sua

solidariedade com os refugiados. Neste ponto, a estratégia do ACNUR é conseguir a adesão de artistas de renome internacional, de modo a dar maior visibilidade possível à questão da causa dos deslocados (CUTTS, 2000, P. 294-297).

As agências são informadas com antecedência sobre o perfil dos casos de refugiados reconhecidos pelo governo e a data de chegada dos indivíduos com este status, mas não são raros os problemas na chegada dos mesmos e sua recepção nos portos e aeroportos por parte das autoridades de fronteira. A partir deste momento as agências são responsáveis pela chegada/recepção e os encaminhamentos burocráticos necessários. É de suma importância nesta etapa, a qualidade no atendimento e a boa acolhida, bem como o transporte e a documentação que em geral leva cerca de trinta dias para concluir o procedimento de identificação do indivíduo.

O período inicial de integração será então para tirar documentos fundamentais, cuidar minimamente da saúde física, buscar trabalho e escola para os filhos, bem como para interagir culturalmente. Um instrumento que pode ajudar muito neste momento é a entrega de um material de apoio, uma espécie de “pacote” informativo (cartilha pedagógica de integração local feita por cada agência de acordo com a sua realidade local, dicionários de português, além de mapas da região e do país).

A documentação é na maioria das vezes um processo longo e complicado. Desde a emissão do passaporte no país de primeiro refúgio até o visto no segundo país, não recomendado quando mostra a retenção pura e simples do passaporte. Uma solução aqui destacada seria o passaporte de única viagem para facilitar o deslocamento. Em relação aos documentos pessoais, o prioritário e mais rápido é o RNE – Registro Nacional do Estrangeiro, que é o documento inicial, e depois, a carteira de trabalho que também é um documento acessível, junto às delegacias do Ministério do Trabalho (BARBOSA; SAGRADO DA HORA, 2007, p. 60).

Porém, outros documentos, como o Cadastro de Pessoa Física (CPF), e a abertura de contas bancárias ainda representam desafios a serem superados; mas, neste último caso, a abertura de conta-poupança tem se revelado uma saída razoável e promissora. Nem sempre os refugiados chegam com todos os documentos necessários de identificação, mas, em geral, não há problemas em relação à retirada da RNE junto às delegacias da polícia federal brasileira. No entanto, algumas medidas adotadas pelo ACNUR e pelo CONARE (Comitê Nacional para Refugiados – órgão ligado ao Ministério da Justiça) poderiam melhorar esse processo.

Dentre estas medidas, destaca-se a necessidade de um treinamento mais consistente e de longo prazo junto às autoridades de fronteira, visando capacitá-las para lidar com a temática dos refugiados, inclusive para informá-los sobre seus direitos e deveres, conforme a Lei 9474/97, principalmente quanto às consequências relativas à saída do território brasileiro sem prévia autorização, o que resulta na perda da condição jurídica de refugiado (BARBOSA; SAGRADO DA HORA, 2007, p. 62).

A seguir apresentam-se as questões relativas à necessidade do transporte público, que envolve variáveis diversas, desde a procura por trabalho, assistência médica-hospitalar, educacional e até aulas de português. Certamente, com os

recursos envolvidos para o acesso aos meios de transporte, concede-se mais autonomia, e, além disso, é preciso lembrar que o transporte público no Brasil pode variar no uso do dinheiro (vale-transporte, cartão) até de meios (metrô, balsas, ônibus, trem).

Em relação à educação no país, o ensino fundamental e médio são um direito de todos e um dever do Estado, conforme se verifica no atual texto constitucional, em seus artigos 206 a 208. A inserção dos refugiados no sistema de ensino brasileiro pode ser um problema de razoável complexidade. Em alguns casos, os refugiados que aqui chegam apresentam nível de escolaridade maior ou muito diferente do nacional. O ensino superior acaba ficando limitado por aspectos de documentação, sendo que a possibilidade de inserção universitária para atender a estas populações ainda é muito restrita⁶. Vale ainda dizer que o acesso às creches é dificultado.

As escolas próximas à residência, a integração dos estudantes que chegam durante o transcorrer do ano letivo, as possibilidades de se conseguir bolsas de estudos, assim como estágios nas escolas particulares, ou ainda àquelas ligadas às igrejas cristãs, os materiais escolares e uniformes, todas estas questões devem ser planejadas e realizadas a contento, sendo cuidadosamente detalhadas e expostas pelos governos com ajuda das entidades ligadas ao programa de recebimento aos refugiados, do mesmo modo que os problemas relacionados à saúde.

A situação geral da saúde física dos refugiados é normalmente precária e decadente, sendo que as necessidades básicas tornam-se, então, quase absolutas. Nem sempre o acesso e o atendimento do sistema público brasileiro é fácil (SUS – Sistema Único de Saúde) para exames e casos mais complicados. Nas crianças, há as vacinas a serem aplicadas e, quando não, remédios de difícil acesso tais quais os coquetéis para tratamento do HIV/AIDS. Em geral, a rede pública de saúde distribui gratuitamente muitos medicamentos, e o que ocorre é que a maioria dos refugiados desconhece que se trata de um dever do Estado. No caso das mulheres, a urgência é ainda maior em casos de gravidez de risco e possibilidades de aborto espontâneo, além de complicações no período da gestação.

Assim, majoritariamente em relação aos problemas de saúde física, as questões são de urgência para o deslocado, do mesmo modo que a minuciosa assistência psicológica e muitas vezes espiritual aos que passaram por grandes traumas em suas difíceis trajetórias (MILESI, 2006, p. 123-145). Recomenda-se, portanto, procurar os postos de saúde, fazer uma espécie de exame geral em todos os níveis, sendo que uma ajuda maior pode ser conseguida nas Organizações Pastorais da Igreja Católica (da Saúde, da Criança e do Migrante). Os serviços mais críticos são os relativos às áreas de odontologia, oftalmologia e ginecologia, conforme os dados do próprio ACNUR.

Naqueles casos em que os que chegam necessitam de ajuda psicológica e espiritual, o ideal seriam as parcerias com universidades, clínicas, postos médicos e diferentes representações religiosas. Mas há casos mais graves que precisam ser tratados pela psiquiatria e este serviço é caro. Nos casos em que é identificada dependência alcoólica ou química as recomendações direcionam-se aos grupos de apoio tais como os Alcoólicos Anônimos (A.A).

Outro grande problema é o da habitação. A questão habitacional no Brasil vem de tempos remotos, o país possui um grande déficit habitacional e

sensibilizar o poder público para o programa de habitação para refugiados é um grande desafio. Neste sentido, uma das alternativas seria o micro-crédito para material de construção, aquisição de lotes ou moradias, o que seria um projeto de autofinanciamento de longo prazo, podendo demonstrar bons resultados no decorrer do tempo. Outra saída inovadora e com tecnologia social são as construções ecológicas, pois se sabe que tais tipos de construções são bem menos custosos e podem representar boas alternativas para a fixação em um local determinado.

Os fatores econômicos: emprego, renda e trabalho para os refugiados

Em média um refugiado leva cerca de três meses para conseguir emprego – antes disso é exceção. O trabalho voluntário, nesta fase, ajuda no equilíbrio psicológico e na rede de contatos, pois permite o envolvimento na comunidade. Muitas coisas podem ser novidade para o refugiado que chega ao Brasil, e o primeiro bom exemplo é a carteira de trabalho; mas a surpresa maior pode advir quando da falta de pagamento de contas em tempo regulamentar ou da falta de pontualidade em compromissos sociais ou domésticos.

Aqueles refugiados que nunca trabalharam encontram muitas dificuldades no primeiro emprego visto que a seletividade pode acontecer em ambos os lados, por parte do empregador e do próprio refugiado. Um exemplo para ilustrar essa situação é a oferta de empregos para trabalhar como “*call center*” uma oferta no mínimo inusitada para um estrangeiro refugiado que ainda não domina o idioma, e é recém-chegado ao país.

Em geral, existem as agências do Serviço Nacional de Emprego (SINE) que estão espalhadas por todas as regiões do país. Para cada grupo de 40 adultos de refugiados reassentados no Brasil, temos em média 7 com carteira assinada, 13 com outras rendas (trabalho informal) e os outros 20 ainda não conseguindo uma fonte de renda clara e estável. Isto se justifica por várias razões, desde os aspectos culturais até o desenvolvimento de uma relação de assistencialismo, além de indisciplinas no cumprimento de horários de trabalho ou postura no emprego.

Ainda há o problema da idade, pois em economias de mercado, geralmente quando se ultrapassa os 50 anos de idade, não há muitos postos de trabalho à disposição. Então, uma solução seria traçar o perfil econômico e educacional dos refugiados adultos para assim adotar medidas práticas de modo a facilitar a procura por emprego e trabalho para os deslocados.

Quanto ao crédito, de modo geral o estrangeiro recém-chegado não tem acesso, contudo, o ACNUR tem uma parceria com agências de micro-crédito⁷ que oferecem este benefício aos refugiados. Embora cientes do programa de crédito (pagamentos, condições de prestação), eles não sabem que os recursos vêm do ACNUR. As principais linhas de negócios e de valores solicitados pelos refugiados (artesanato, alimentos) estão fora da realidade local. Não há uma análise de mercado detalhada, viabilidade, retorno e prazos determinados. Os refugiados reassentados não apresentam ainda projetos conjuntos entre eles ou mesmo com

a população local, atuando de forma muito individualista, não fazendo questão da integração coletiva.

O grande desafio do reassentamento é a tênue linha que separa o assistencialismo da auto-suficiência e do desenvolvimento do refugiado. A diferença entre o assistencialismo e o apoio para que se atinja a auto-suficiência é alvo de muitas críticas e insatisfações. Há várias questões que permeiam como, por exemplo, um refugiado se sente em relação a voltar a estudar, em como se recolocar no mercado de trabalho em situação desvantajosa, em relação às mulheres estudarem ou mesmo trabalharem fora do âmbito doméstico, em aprender uma nova língua, absorver novos costumes e passar a ter uma alimentação diferente do habitual.

As orientações gerais aos refugiados em relação às tarefas cotidianas (transporte público, supermercado, tratar com a moeda local, preços médios dos produtos), assim como costumes locais podem ajudar. O refugiado deve estar ciente de seu estatuto legal no país e da perda do mesmo em caso de saída não autorizada ou ainda se cometer crime, como já supracitado. Ainda deve estar ciente de que caso queira retornar ao país de primeiro asilo, isso deverá ser feito por sua própria conta. Todas estas informações precisam estar racionalizadas no espaço público de modo a ajudar na melhor integração, assim como dar acesso a informações precisas aos próprios brasileiros. No plano doméstico ainda perdura muita falta de informação e ausência de políticas sociais de vanguarda e de políticas econômicas globais de modo a melhor adaptar o refugiado ao país.

Os acordos político-institucionais para proteção dos refugiados

O arranjo político-institucional em busca da proteção aos refugiados se dá entre as parcerias incluindo as três esferas de poder do Governo (Federal, Estadual e Municipal), o setor privado, as igrejas cristãs, as universidades, as organizações não-governamentais e as pessoas físicas.

Em nível de governo, cabe citar o exemplo do estado de São Paulo que recentemente criou um Comitê Estadual para estas populações em consonância com a legislação federal⁸. Porém, ainda faltam quase todos os outros estados da federação brasileira seguirem o exemplo paulista. Ao setor privado cabe proporcionar emprego e trabalho nas mais diversas áreas, principalmente aquelas em que o trabalho mais especializado dos refugiados pode gerar renda e estabelecer diferenciais de qualidade na produção local, tendo em vista as habilidades que muitos deles trazem de sua terra natal. O papel desempenhado pelas universidades e faculdades – os serviços prestados pelos estabelecimentos de ensino – poderá proporcionar a elevação do nível intelectual dos deslocados.

Os indivíduos e as entidades mais sensíveis à causa dos refugiados deveriam produzir campanhas de esclarecimento sobre o tema dos direitos humanos e a questão humanitária do refúgio/asilo. Deveria ser compreendido e didaticamente ensinado que os refugiados são as vítimas de situações de perseguição e conflitos armados e não os produtores delas, de modo a um maior conhecimento popular e sensibilidade sobre o assunto (JUBILUT, 2008, p. 103).

Faz-se necessário, então, uma maior quantidade e qualidade de informações e de conscientização pública nas relações externas. Ou seja, orientações sobre o reporte de casos de sucesso que possam ser usados como material para divulgação, orientação geral sobre a apresentação de projetos para outros parceiros (como visitas às escolas, às empresas e aos hospitais), estabelecimento de prêmios solidários, desenvolvimento de manuais sobre o “reassentamento”, além de vídeos informativos e um passo a passo da integração local.

Estabelecer, então, programas e gestão de projetos voltados aos refugiados com planejamento centrado nas necessidades humanas, a busca de estatísticas (orientações para facilitar a compilação) e cruzamento de informações para um melhor preenchimento de relatórios e atividades específicas voltadas à produção acadêmica e humanitária em prol da causa dos deslocados, é o desafio.

Condição extremamente fundamental para o bom tratamento ao refugiado é a pulverização das estratégias, bem como a distribuição mais esparsa dos novos lares dos refugiados, de modo a evitar estranhamentos culturais e resistências como a dos afegãos reassentados no Rio Grande do Sul, em 2002 (JUBILUT, 2008, p. 202).

As parcerias para o êxito dos projetos de reassentamento no Brasil enfrentam muitas barreiras em acessar os governos locais e regionais. Há obstáculos que vão desde a falta de vontade política até a falta de informação mais clara e detalhada sobre a situação humanitária mundial dos deslocados, além da pouca solidariedade, inclusive econômica, sobre o tema (SILVA, 2007, p. 366-388).

Uma vez que o ACNUR depende em grande parte de contribuições e doações voluntárias dos Estados nacionais e de outros financiadores, os projetos apresentados precisam primar por sua facilidade de implementação, transparência e sucesso em curto, médio e longo prazo.

O ACNUR e seus parceiros devem estar engajados em levar informações precisas à comunidade em geral acerca da temática do refúgio e do trabalho em prol dos refugiados. Os objetivos são evitar a proliferação de imagens equivocadas e preconceituosas, além de despertar a solidariedade para a causa. Dentre as atividades de informação pública, incluem-se a realização de palestras, seminários e conferências. As relações externas também são muito importantes e incluem as visitas a possíveis parceiros como escolas, universidades, associações comunitárias, associações comerciais e, principalmente, empresas. O objetivo principal é conseguir a inclusão dos refugiados em projetos locais, assim como contribuições financeiras e em espécie.

Conforme Milesi (2006, p. 128), se por um lado o país tem uma das melhores legislações e de espírito humanitário, por outro, faltam as condições econômicas e políticas públicas concretas para integração dos refugiados na sociedade local.

As soluções consistentes apontam para as previsões da Declaração Regional Interamericana do México de 2004 e seu Plano de Ação, apontadas pelo próprio ACNUR como soluções duráveis: a repatriação voluntária – como uma das soluções duráveis mais consistentes –, a permissão e realização da integração local, ao lado do próprio reassentamento.

Neste sentido, as políticas públicas e as práticas de ajuda aos refugiados devem pautar-se por estes parâmetros e por práticas inclusivas e não políticas especiais, que possam trazer isolamento e situações de vulnerabilidade social, tal qual nos campos de refugiados utilizados no continente africano.

Notas

- 1 – Lei 9474/97, disponível em: [HTTP://www.senado.gov.br/sicon/](http://www.senado.gov.br/sicon/). Acesso em: 22 março 2009.
- 2 – Quando o refugiado assim o desejar e as condições em seu país de origem o permitirem.
- 3 – Plena inserção social, econômica e cultural no país de refúgio.
- 4 – III Encontro Nacional de Reassentamento do ACNUR, São Paulo, 2005.
- 5 – Por agências parceiras entende-se o conjunto de organizações da sociedade civil que tenham convênio com o ACNUR.
- 6 – Poucas universidades brasileiras apoiam a causa dos refugiados possuindo, por exemplo, a Cátedra Sérgio Vieira de Mello: o Centro Universitário Vila Velha/ES; PUC/SP e a UNIEURO/Brasília.
- 7 – O micro-crédito é uma modalidade de crédito desenvolvida para o atendimento dos pequenos empreendimentos, sejam eles formais ou informais. Portanto, pode ter acesso o empreendedor que toca uma pequena fábrica de fundo de quintal ou mesmo um pequeno negócio formal que necessite de um financiamento para melhorar ou ampliar as suas atividades. O micro-crédito ao refugiado é uma alternativa para garantir a sobrevivência com manutenção da dignidade humana.
- 8 – Disponível em: <http://www.acnur.org> Acesso em: 10 maio 2008.

Referências

- BARBOSA, Luciano Pestana; SAGRADO DA HORA, José Roberto. *A polícia federal e a proteção internacional dos refugiados*. Brasília: ACNUR, 2007.
- CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. *Princípios do Direito Internacional Contemporâneo*. Brasília:UNB, 1981.
- CARNEIRO, Levi. Apátridas. Refugiados. Problemas Conexos. In: MEDEIROS, Antonio Paulo Cachapuz de (org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty*. Vol. IV. Brasília: Senado Federal, 2000, p.420-427.
- CUTTS, Mark (org.). *A situação dos refugiados no mundo: cinquenta anos de ação humanitária*. Tradução de Isabel Galvão. Almada/POR: ACNUR, 2000.
- JUBILUT, Liliana Lyra. *Direito Internacional dos Refugiados e sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro*. São Paulo: Método, 2008.
- MILESI, Rosita. Refugiados e Políticas Públicas. In: RODRIGUES, Viviane Mozine (Org.). *Direitos Humanos e Refugiados*. Vila Velha: Centro Universitário Vila Velha, 2006.
- PONTE NETO, Candido Feliciano da. Reassentamento de Refugiados no Brasil. In: MILESI, Rosita. *Refugiados: Realidades e Perspectivas*. Brasília: Loyola, 2003, p.155- 167.
- SILVA, César Augusto S. da. O Direito Internacional dos Refugiados e Migrantes no Brasil: estágio atual. In: MENEZES, Wagner (coord.). *Estudos de Direito Internacional. Anais do V Congresso Brasileiro de Direito Internacional*. Vol. IX. Curitiba: Juruá, 2007.
- VARELA, Alfredo. *Direito constitucional brasileiro: reforma das instituições nacionais*. Ed. Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 245-256.
- WITHAKER, Francisco. (1998). *Redes: Uma estrutura Alternativa de Organização*. Disponível em: http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_estrutalternativa.cfm. Acesso em: 22 março 2009.

Migración internacional, remesas y desarrollo del mito a la realidad

*Rodolfo García Zamora**

Actualmente en América Latina las remesas sobrepasan los 60 mil millones de dólares anuales. Este flujo representa uno de los principales rubros de transferencias corrientes en la Balanza de Pagos, superando en muchos casos el ingreso derivado de los principales rubros de exportación y la inversión extranjera directa, a la vez que son muy superiores a los recursos derivados de la cooperación internacional para el desarrollo. Estos volúmenes que han alcanzado las remesas, hacen que ellas se vuelvan no sólo visibles a los ojos de la sociedad, sino que las convierten en un importante tema de debate social, político y académico, en función de sus aparentes potencialidades como posible fuente de financiamiento del desarrollo local y regional (CANALES, A., 2008).

En el contexto anterior, Alejandro Canales destaca como diversos organismos internacionales (FMI, BID-FOMIN, UNCTAD, Banco Mundial, entre otros) junto con gobiernos nacionales y locales enfocan su atención en las remesas como instrumento preferencial que podría contribuir a la reducción de la pobreza y promover el desarrollo de los países de origen de la migración internacional. En contraposición a este discurso predominante, diversos organismos de la sociedad civil y no pocos académicos cuestionan estos enfoques, aduciendo que en esencia las remesas son transferencias privadas entre particulares, que por lo mismo, no pueden sustituir la responsabilidad del Estado y la acción del mercado en la promoción del desarrollo económico y el bienestar de la población.

Para el mismo autor, el debate se ha centrado preferentemente en torno a CÓMO las remesas podrían promover un proceso de desarrollo económico en las regiones de origen de la migración, dejando amplios vacíos en torno al POR QUÉ las remesas podrían tener tal impacto (o no tenerlo, según sea el caso). Canales, desde la macroeconomía propone un modelo de análisis de la relación remesas-desarrollo que permite entender y evaluar los distintos impactos de las remesas familiares en función del carácter y modalidad que ellas asuman, así como de su significado y comportamiento específico como categoría económica. El supuesto detrás de ésta propuesta es muy sencillo: el impacto de las remesas depende directamente de cómo ellas se incorporan a la estructura económica

* *Rodolfo García Zamora - Doctorado en Estudios del Desarrollo/Universidad Autónoma de Zacatecas, México.*

de cada sociedad, es decir, de cuál es el carácter y la lógica que define su comportamiento macroeconómico. Canales (2008) sintetiza su cuestionamiento al enfoque que sobrevalora el impacto de las remesas sobre el desarrollo de la siguiente manera: ¿Por qué las remesas deberían tener algún impacto sobre la dinámica de desarrollo de las economías del Tercer Mundo?

Para él, las remesas son una transferencia de recursos privados, el punto en discusión es definir su carácter y significado económico (además de sus significados sociales y culturales). Como flujo de transferencias, las remesas tienen un impacto en la dinámica macroeconómica y microeconómica de los países receptores. No obstante, este impacto dependerá directamente del significado económico que ellas asuman en cada momento.

Desde la macroeconomía considera que se puede valorar su impacto si diferenciamos entre remesas salariales (familiares) y las remesas de capital (productivas).

a) Las primeras, corresponden a transferencias directas para su uso familiar, ya sea para el consumo (remesa salario) para ser ahorradas en función de un consumo familiar futuro, o para casos de emergencias familiares, o bien para sufragar los gastos de la reproducción de los usos y costumbres familiares que implican la reproducción de las relaciones culturales.

b) Las remesas productivas en cambio, corresponden a diversas formas de inversión privada o social, que no pasan por el presupuesto familiar. Se trata de transferencias específicas con fines de inversión, frecuentemente pequeños comercios o micro-proyectos productivos.

La diferencia conceptual anterior permite captar el diferente uso e impacto de las remesas en las comunidades de origen de los migrantes. Por ejemplo, en el caso de las remesas salariales, ellas contribuyen a sustentar el balance ingreso-gasto de los hogares. Por ese medio, sus impactos se dan en dos sentidos y complementarios:

a) Por un lado, por su aporte al consumo familiar, contribuyen a elevar el nivel de vida y bienestar de los hogares receptores, a la vez que inciden en la dinámica de las desigualdades económicas y las condiciones de pobreza de las comunidades receptoras.

b) Por otro lado, esta misma contribución al gasto de los hogares se traduce en efectos multiplicadores hacia el resto de la economía local, regional y nacional. Pero, ello no debe llevarnos a confundir estos efectos multiplicadores y de bienestar familiar de remesas, con los impactos que podrían tener como "palanca del desarrollo".

En el caso de las remesas de capital, desde la macroeconomía se señala que su aporte viene dado a través de su contribución al balance ahorro-inversión. Como fuente de inversión, si podemos considerar a las remesas productivas como un instrumento de crecimiento económico, que junto a otros fondos de inversión (inversión extranjera directa, inversión nacional privada, inversión pública, etc.) son la base de todo proceso de desarrollo.

Se trata no sólo de categorías distintas en cuanto a su origen, sino especialmente en relación a su función y significado económico para los países que las perciben. En efecto, no podemos confundir este impacto de las remesas de capital en el crecimiento económico con un hipotético impacto en el bienestar de la población y reducción de la pobreza, el cual está asociado a las remesas salariales.

Con la finalidad de desmitificar a las remesas como un supuesto ingreso desencadenante del desarrollo en los países de origen, Alejandro Canales (2008) destaca que para entender el significado económico y social de las remesas en el mundo actual es fundamental ubicar a las migraciones internacionales en el contexto de los cambios estructurales de la economía mundial bajo la globalización. Bajo este último proceso se activan diversos mecanismos de inclusión y exclusión social que, a través de la precarización del empleo y otras formas de segregación social, han dado origen a un nuevo patrón de polarización y diferenciación social, que entre otras consecuencias, produce las siguientes:

a) La configuración de un régimen laboral basado en los procesos de flexibilidad y desregulación.

b) La transformación del sistema de ocupaciones, con base en la creciente segmentación y polarización de ellas y la diferenciación social que implican.

c) La conformación de grupos de población con distintos niveles de vulnerabilidad social, situación que se agrava por un contexto estructural en el que los mecanismos de negociación política y social que surgieron en la sociedad industrial, y que tomaron forma en el Estado del Bienestar, han dejado de operar para los grupos más vulnerables. Este es el mecanismo por el que en la sociedad global, se crean y recrean minorías sociales y culturales como los inmigrantes, cuya vulnerabilidad construida socialmente se traslada al mercado laboral bajo la forma de una desvalorización de su fuerza de trabajo y de sus condiciones de vida y reproducción social.

d) En el contexto anterior, las remesas son una fracción de los salarios y remuneraciones de la fuerza de trabajo migrante en esos mercados globales. Son una parte del pago que perciben los migrantes laborales, la cual por lo mismo, tiene la misma función macroeconómica que cualquier otro salario: la reproducción de la fuerza de trabajo. La peculiaridad radica en que la reproducción de la fuerza de trabajo se da en contextos binacionales y en mercados de trabajo globalizados, que se sustentan en la configuración de comunidades y familias transnacionales.

e) Las remesas son entonces la forma en que esta fracción del salario migrante se transfiere a sus familias y comunidades de origen para la reproducción social de la familia y la comunidad, como lo hace cualquier otro ingreso salarial en esas mismas comunidades (u otras comunidades). Las remesas son, sin duda, un fondo salarial, ese es su significado y función como variable macroeconómica.

f) Por otro lado, las remesas no sólo forman parte del proceso de reproducción transnacional de la fuerza de trabajo migrante, sino también de las condiciones estructurales de exclusión social y precarización laboral que enfrenta esta fuerza de trabajo. En otras palabras, al analizar el significado económico y social de las remesas no podemos hacer abstracción de este contexto global de exclusión y segregación social que caracteriza la inserción laboral de los migrantes, pues las remesas son producto directo de ese contexto global.

g) El marco estructural de exclusión y segregación social de los migrantes, es en definitiva, lo que permite diferenciar entre el carácter y significado social de las remesas que perciben los países en vías de desarrollo de aquellas que perciben las economías industrializadas del Primer Mundo.

h) Las remesas no sólo constituyen un fondo salarial, sino que corresponden a ingresos salariales de trabajadores que combinan una inserción laboral de alta vulnerabilidad y precariedad en el país receptor, sea del Norte o del Sur, con una condición de pobreza, marginación y vulnerabilidad en sus países de origen.

Las remesas son generadas por trabajadores precarios y vulnerables, que envían a sus familiares que viven en condiciones de pobreza y marginación social. Es en este contexto que las remesas se orientan mayoritariamente al consumo familiar, contribuyendo a mantener un mínimo nivel de bienestar y que resultan insuficientes para promover un verdadero proceso de movilidad social.

Además, de la argumentación anterior que muestra los aportes y límites de las remesas familiares o remesas salariales para las comunidades y países de origen de los migrantes, todas las experiencias internacionales muestran como las migraciones internacionales y las remesas pueden ser un paliativo para la marginación y la pobreza, pero, por sí mismas ni pueden superar la pobreza, ni llevar al desarrollo económico de los países. Para ello se requiere reorientar un modelo económico mundial que arruina a las economías nacionales del Sur y lanza al mercado mundial del trabajo a sus poblaciones a buscar desesperadamente un trabajo decoroso en las economías desarrolladas principalmente (GARCÍA Z., 2006).

Se requiere reorientar el modelo económico hacia el mercado interno, sin renunciar a la articulación con el mercado mundial, fortaleciendo en especial las estrategias de desarrollo regional y sectorial. Si se pretende capitalizar los aspectos positivos de la migración internacional para el desarrollo y reducir sus impactos negativos, ello requiere de diseñar políticas de Estado sobre Desarrollo y Migración, integrales y de largo plazo, que superen la esquizofrenia de un modelo que lleva a la quiebra masiva de los productores nacionales, que aumenta la pobreza y la marginación social y el esfuerzo de algunos gobiernos latinoamericanos por buscar que los migrantes y las remesas generen desarrollo nacional (GARCÍA Z., 2008).

Las organizaciones de migrantes latinoamericanas en Estados Unidos, Europa y otras regiones potencialmente podrán actuar como un nuevo actor transnacional del desarrollo de sus países, si se cumplen, entre otras, las siguientes condiciones:

- a) Políticas de Estado sobre Desarrollo y Migración que fortalezcan el mercado interno, el desarrollo regional y los diferentes sectores productivos.
- b) Un cambio institucional en los tres niveles de gobierno, fortaleciendo la colaboración interinstitucional y a los gobiernos locales.
- c) Un proceso permanente de organización y capacitación transnacional en las comunidades de origen destino.

Referências

- CANALES, Alejandro. *Remesas y Desarrollo en América Latina: Una relación en busca de teoría*. 2008. Inédito.
- GARCÍA ZAMORA, Rodolfo. Migración internacional, remesas y desarrollo. Los retos de las organizaciones migrantes mexicanas en Estados Unidos. Ed. Universidad Autónoma de Zacatecas, México, 2006.
- GARCÍA ZAMORA, Rodolfo. Una Política Alternativa de Desarrollo y Migración para México. En: FABIENNE VENET (coord.) *Hacia una Política de Estado sobre Migración en México*. Miguel Ángel Porrúa-Sin Fronteras, UAZ, 2008. No prelo.

A Diretiva Europeia de Retorno

*João Carlos Jarochinski Silva**

Caracterização da Diretiva

Em 2008, os Estados europeus, grandes receptores de mão-de-obra imigrante, boa parte dela indocumentada, estabeleceram através de sua Organização Internacional, a União Europeia, uma Diretiva para o retorno forçado dos imigrantes ilegais¹.

O presente artigo apresenta como objetivo principal uma crítica ao estabelecimento de regras comuns para o regresso de imigrantes não membros de países da União que, porventura, estejam em situação irregular. Apesar da Diretiva não possuir capacidade de obrigar os Estados a seguirem os seus ditames, é inquestionável que, devido ao avanço das relações jurídicas entre os países europeus, essa norma terá uma abrangência quase que total. Salientamos que essa abrangência é buscada insistentemente na própria introdução. Por esse motivo, podemos afirmar que ela marca uma posição bem nítida frente ao tema e que representará a atuação desses Estados nos próximos anos.

Tal procedimento é a primeira providência estabelecida na busca de uma regulamentação efetiva dos fluxos migratórios para os seus Estados-Membros, também estipula os procedimentos gerais a serem seguidos. Após definir o objeto, as normas versam acerca de seu âmbito de atuação, afirmando que os países só não poderão aplicá-la se houver motivo relevante para o mesmo. Outro tema é o estabelecimento de prazos para a entrada do conteúdo da Diretiva nas legislações nacionais.

Depois de definir os objetivos, a diretiva se preocupa em definir conceitos, a partir dos termos mais utilizados ao longo do texto. Chama a atenção a definição da situação irregular e as possibilidades que essa caracterização pode gerar, assim, os termos básicos são: o regresso, o afastamento e a interdição de entrada. Para o imigrante estar em uma situação considerada irregular, é necessário que ele não preencha os requisitos do acordo de Schengen².

Após essas definições de cunho mais teórico, inicia-se a previsão das garantias processuais que o imigrante possui durante o curso do processo que

** Mestre em Direito Internacional – Pesquisa relativa à imigração. Advogado membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/Sorocaba.*

aprecia a sua situação. Nesse ponto a Diretiva discute a forma dos atos, os recursos e as garantias do imigrante, enquanto estiver pendente a decisão de regresso, pois, quando esta for decretada, torna-se impossível a continuidade de uma relação processual com alguém que não está mais presente.

Seguindo com a exposição dos principais aspectos, a Diretiva dita as normas relativas à detenção desses imigrantes, a qual não poderá exceder o prazo de 6 meses, porém, em casos excepcionais, este prazo pode ser prorrogado por mais 12 meses. Além disso, ela determina as condições gerais de detenção, permitindo, inclusive, a detenção de menores.

Após tratar do tema da detenção, o texto estabelece as disposições finais que exigem a necessidade de relatórios, a cada três anos, sobre a aplicação das normas e, também, as regras gerais para o cumprimento desta pelos Estados-Membros.

Análise da Diretiva

A partir do exposto, é inquestionável que a Diretiva acabará gerando uma verdadeira competição pela cidadania europeia, capaz de assegurar ao imigrante um status que o impediria de ter problemas jurídicos, pois deixaria de ser indocumentado. A impressão que se tem é de que com a cidadania um mundo de oportunidades se abriria para o migrante que, assim, acabaria adquirindo o tão sonhado direito de nacionalidade, saliente-se uma nacionalidade superior: a europeia.

Apesar de não afirmar textualmente, a Diretiva coloca a imigração como a vilã, como a responsável pelos principais problemas europeus. Cite-se a disputa acirrada pelos postos de trabalho, não atentando para o fato de que quem cria realmente essa competição é o próprio mercado, interessado no barateamento de seus custos.

Assim, a cidadania passa a ser associada a um contrato de trabalho. Caso o migrante seja desejado ou necessário ao mercado, o governo garantirá a esse indivíduo sua cidadania. Vale ressaltar, que desde a escravidão nunca o conceito de cidadania sofreu tão grave ameaça, pois ele foi associado, de maneira atroz, aos interesses do sistema econômico.

A dignidade humana perde espaço para o interesse econômico, assim a regularização da situação do imigrante é vista como um prêmio, que deve ser dado aos mais capacitados para tanto.

Nesse aspecto, a Diretiva retoma a mesma realidade expressa por Abdelmalek Sayad (1998), ao discutir os acontecimentos europeus, entre as décadas de 1970 e 1980, quando os Estados desse continente buscavam atingir um nível zero de imigração. Sayad acrescenta que as discussões daquele período eram improdutivas, pois não há que se falar em negociação entre agentes tão distantes do ponto de vista econômico e político. A ideia de um contrato não é válida, já que, inquestionavelmente, essas são convenções sobre a quantidade de mão-de-obra imigrante aceita, e não objetivam discutir, em momento algum, a melhoria das condições de vida dos indivíduos.

Na contemporaneidade, a questão se dá de maneira mais opressora, pois a Diretiva é um instrumento unilateral, nem sequer foi dado aos países desses

emigrantes a oportunidade de se manifestar, mesmo sabendo tratar-se de uma manifestação improdutivo, segundo Sayad (1998). Porém, acreditamos que um diálogo com essas nações demonstraria o fortalecimento das relações internacionais que poderiam convergir para um resultado mais satisfatório nesse quesito.

A Europa não percebe que uma política própria de emigração não ficará restrita à sua área de existência, já que ela gera reflexos nos países que têm parte de sua população se dirigindo para esse centro.

Essa metodologia unilateral de trabalho não se atenta ao fato de o imigrante possuir duas realidades: uma na origem e outra no destino, o que é fundamental para a compreensão do processo. Aquele indivíduo que pode ser visto como a base da pirâmide social dos países centrais pode ser, por outro lado, o indivíduo mais próximo ao pico da pirâmide social de seu país de origem, pois para aqueles que conviviam com ele no seu país de origem, ele é alguém bem-sucedido.

Felizmente, as teorias acadêmicas, diferentemente desse quase "nacionalismo europeu" expresso pelas políticas governamentais, estão atentas ao fenômeno como um todo, buscando, cada vez mais, inserir a origem como um fator de explicação da migração.

Nesse sentido, as autoridades pertencentes ao MERCOSUL rapidamente se manifestaram, de maneira contundente, contra a adoção da Diretiva, pois, apesar de impossibilitados de uma atuação mais efetiva, demonstraram uma grande insatisfação com o tratamento que seus nacionais receberão no caso de uma imigração ilegal.

A postura dos países do MERCOSUL é condizente com os princípios dos Direitos Humanos, que são fundamentais à sociedade e, também, deixa clara a mensagem de que o tema do imigrante não pode ser decidido de maneira unilateral. Eles têm a nítida percepção de que o interesse econômico está se sobrepondo ao Direito, o que os leva a clamar pela reciprocidade histórica no caso migratório e a afirmar que a responsabilidade pelo fenômeno deve ser compartilhada entre os países de origem, de trânsito e de destino.

Porém, a Diretiva caminha na contramão desses princípios. Através dessa postura unilateral, por parte da União Europeia, percebe-se a intenção de querer adiantar o que o fenômeno migratório causará em sua sociedade, algo que é impossível de se precisar. Por isso, não há que se criar uma imagem tão negativa do fenômeno migratório, como vem ocorrendo, apesar de em outros documentos, como o programa de Haia, o bloco afirmar que a construção de uma imagem positiva da imigração é um de seus objetivos.

Isso nos leva a pensar se os imigrantes são sujeitos de direito ou apenas mão-de-obra. Com isso, buscam-se marcos históricos para justificar a cidadania europeia que reforçam sentimentos preconceituosos em relação ao outro. Um povo possui o direito de viver em um território e outras pessoas, desde que vistas como diferentes, não.

Ressalte-se que o conceito de cidadania empregado aqui é aquele que relaciona cidadania com identidade, com o sentimento de pertencimento a uma comunidade. Jogam-se fora, portanto, todas as outras formas de cidadania, seja a cidadania revolucionária, de cunho liberal, que tanto sangue custou em sua formulação aos europeus, seja a cidadania como uma virtude republicana, de

acordo com a qual, seja quem for, pode assumir o seu papel e lutar pela melhoria do meio social em que vive, ou, ainda, a típica concepção de cidadania dos povos de origem inglesa, sendo um pacto de contribuinte, em que o indivíduo que contribui com a manutenção do Estado por meio de impostos pode e deve cobrar do Estado uma administração que o favoreça.

Isso significa, que apesar de todo o trabalho realizado pelo imigrante e toda a sua contribuição para a vida social, ele jamais poderá ser um cidadão. Além disso, nega-se o fato, bastante óbvio, de que essa suposta identidade foi forjada pelos agentes políticos, na tentativa de afirmar a sua legitimidade sobre os seus cidadãos, diferenciando-os de outras pessoas, através de características físicas, linguísticas, religiosas, e, principalmente, culturais, garantindo, teoricamente, a essas pessoas, a capacidade de definir a sua vida política. Esqueceram-se de que as comunidades são imaginadas, na feliz expressão de Benedict Anderson (2008).

Ao tratar da formulação do conceito de cultura, Edward Said (1995, p. 12-14) relembra que

'cultura' designa todas aquelas práticas, como as artes de descrição, comunicação e representação, que têm relativa autonomia perante os campos econômico, social e político, e que amiúde existem sob formas estéticas, sendo o prazer um de seus principais objetivos. Incluem-se aí, naturalmente, tanto o saber popular sobre partes distantes do mundo quanto o conhecimento especializado de disciplinas como a etnografia, a historiografia, a filologia, a sociologia e a história literária. [...] Em segundo lugar, cultura é um conceito que inclui um elemento de elevação e refinamento, o reservatório do melhor de cada sociedade, no saber e no pensamento, como disse Matthew Arnold na década de 1860. [...] Com o tempo, a cultura vem a ser associada, muitas vezes de forma agressiva, à nação ou ao Estado; isso 'nos' diferencia 'deles', quase sempre com algum grau de xenofobia. [...] Neste segundo sentido, a cultura é uma espécie de teatro em que várias causas políticas e ideológicas se empenham mutuamente.

Os Estados europeus começam a buscar elementos que justifiquem a criação de barreiras, fazendo com que nesse ponto a migração deixe de ser apenas uma questão econômica. Mais uma vez, em uma situação de crise, a Europa busca reafirmar os seus valores para se diferenciar, colocando, como destaca Said (1995), a cultura como um instrumento de diferenciação capaz de justificar os discursos políticos e ideológicos.

Com isso, tem início um novo modelo de integração, baseado na incorporação desses imigrantes ao modelo proposto pelos países que os recebem. Não resta dúvida que é falho, pois é baseado na agregação e assimilação do estrangeiro. Trata-se de uma perspectiva que não garante ao imigrante o direito de se manifestar como indivíduo.

Ressalte-se que a partir dessa perspectiva apenas o imigrante precisa se integrar, por mais que possua diferentes formas de manifestação popular, já o restante da sociedade não precisa trilhar o mesmo caminho. A partir deste cenário, podemos imaginar o tipo de sociedade que se deseja, já que se encontra baseada na valorização de certas atitudes em detrimento de outras e, também, com um forte resíduo etnocêntrico.

Com isso, coloca-se o europeu como um sujeito diferenciado em relação ao imigrante e esses governos assumem a cultura como elemento utilizado para se determinar a cidadania. Mais do que cidadania, é o conceito de civilidade que é trabalhado como aquilo que diferencia o europeu do imigrante.

A cultura pode ser concebida como um processo social em que um ente, dotado de sanção e coerção, modifica a natureza dos sujeitos, cultivando-os para algo novo, no caso para ser um cidadão na sociedade europeia contemporânea. Portanto, aqueles não providos desses parâmetros culturais estariam fora dos jogos sociais que regulariam o corpo social. A União Europeia agiu para proteger sua identidade, daí as bases de uma cidadania criada na Europa.

Assim, a Europa transmite a imagem de que a concessão do visto e a naturalização são um coroamento do processo de assimilação da cultura, pois, a partir dessa identidade, o sujeito pode ser visto como um cidadão.

Esse conceito de integração está baseado no tripé Estado – Nação – Cultura. Como o econômico distingue as pessoas entre Proprietários e Proletários, estamos diante de um quadro em que o Estado, incapacitado de exercer sua política contra a classe de proprietários, cria uma nova luta de classes para se justificar perante a maior parte da população, os Proletários, que também são a maioria dos eleitores. Esta nova classe, em luta social, são os Imigrantes. Nunca se discutiu tanto sobre a Imigração e nunca o Estado esteve tão à mercê do Poder Econômico como na atualidade. Saliente-se que essa relação não ocorre por acaso.

Em na tentativa de desqualificar o imigrante e sua cultura, os discursos colocam, em muitos momentos, a imigração como um dos principais responsáveis pelo aumento da delinquência, não se atentando para o fato de que o aumento da criminalidade é resultado de diversos fatores, sendo um deles o abandono dos imigrantes por parte dos órgãos oficiais. É nesse momento em que se inicia a destruição do Estado de Bem Estar Social e o culpado por isso seria o imigrante e não a ineficiência do Estado frente à economia. Assim, os problemas como a violência e o desemprego são colocados como responsabilidade de um sujeito que nem pode se manifestar politicamente.

Nesse sentido, é impressionante o discurso político francês sobre os acontecimentos de outubro e novembro de 2005, na periferia de Paris, quando o então Ministro do Interior, Nicolas Sarkozy, e o primeiro ministro, Dominique Villepin, colocaram aqueles jovens, muitos dos quais imigrantes ou filhos desses, como Escória Social.

A Europa afirma sofrer uma inundação de imigrantes, entretanto, em proporção ao número total de pessoas que circulam hoje pelo mundo, que é de aproximadamente 191 milhões, isto é, algo próximo a 3% do total de habitantes no planeta, o movimento populacional na Europa não é tão astronômico, já que para lá se deslocam, efetivamente, apenas 10% desse número. Vale lembrar que, no início do século XX, o número de imigrantes em proporção à população mundial era muito maior do que os números atuais.

Com a Diretiva, há a afirmação de que o ilegal é despersonalizado e visto como inimigo público, porém, o que se percebe, é um cenário em que todo o tipo de imigrante é vítima de preconceito e de xenofobia, além de tratar-se de uma mensagem estigmatizante.

O objetivo dessas normas é atender aos anseios da sociedade europeia, que foi levada a pensar que o fator principal para o surgimento da atual crise econômica é a presença do imigrante. Não se atenta para o quadro estrutural, em que as empresas, aproveitando-se da facilidade de circulação de bens, tecnologia e serviços, acabam buscando outros pontos, onde o custo de produção seja menor, fazendo com que gere um quadro de desemprego nas nações mais abastadas e, conseqüentemente, com um valor salarial maior.

Mais impressionante ainda é que, devido a este fato, a questão da defesa do emprego e dos benefícios sociais se integrou aos discursos da *Direita* política, algo que não é muito comum em sua plataforma, enquanto setores da *Esquerda* acabam assumindo uma postura agressiva de não recepção de imigrantes, contrariando as suas lutas históricas em favor dos mais oprimidos.

Portanto, essa Diretiva foi a forma encontrada para proteger a Europa, mergulhada numa crise econômica, de uma imigração desenfreada. Percebe-se aqui a situação descrita por Marx, quando ele ressalta que

Num certo ponto de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações sociais de produção existentes, ou sua expressão jurídica, com as formas de propriedade no seio das quais elas estavam, até então, caladas. Formas de desenvolvimento das formas produtivas que eram, essas relações tornam-se entraves. Então ocorre uma época de revolução social (MARX, Apud DOSSE, p. 251).

Marx não determina que tipo de revolução social ocorrerá. Porém, no caso europeu, fica evidente que essa revolução possui um viés conservador, que na busca de uma condição melhor de vida e de trabalho, encontra o inimigo não no proprietário dos bens de produção, mas no imigrante. Cria-se um conflito entre os nacionais e os estrangeiros que é reforçado pelos discursos e pelas ações estatais.

Vive-se hoje um momento de rompimento das relações tradicionais, locais e institucionais. Sem dúvida, o principal responsável por isso é o poder Econômico, capaz de dar uma dinâmica acentuada à globalização, garantindo, dessa forma, a participação em todos os campos da vida social, sem garantir, entretanto, o direito de sobrevivência para muitas pessoas.

Do ponto de vista social, esses imigrantes sujeitam-se, muitas vezes, a trabalhar com menor remuneração e em condições questionáveis, isto é, naqueles postos que a maioria dos europeus não aceitaria. Quando não é esse o caso, eles se dispõem a trabalhar nos empregos que normalmente pertenceriam aos mais jovens que, devido à demografia dos países europeus, vêm tendo sua oferta de mão-de-obra diminuída nos últimos anos. Alguns estudos afirmam que a Europa necessitará de aproximadamente 50 milhões de imigrantes até 2050 para a manutenção de suas economias³.

Portanto, deixa-se de valorizar o importante serviço que esses imigrantes prestam à economia europeia, e a questão é pensada apenas sob um viés negativo. Essa demanda terá que ser atendida de alguma forma, e o que se percebe é que

será atendida por aqueles indivíduos que interessarem à Europa, o que é mais uma forma de opressão e preconceito, pois seleciona o imigrante.

Não resta dúvida de que toda a imigração foi selecionada, porém, a agressividade no discurso contra alguns grupos sociais é algo inédito. Não coincidentemente, essas mudanças acontecem quando o movimento migratório ocorre no sentido Sul-Norte. O discurso político começa a apresentar esse fenômeno como um problema, algo a ser combatido e até exterminado. Mais uma vez percebe-se que a integração tão propagada só existirá quando for do interesse das principais nações do mundo.

Além do mais, a Diretiva desqualifica todas as outras iniciativas europeias de regular esse fenômeno, trata-se de um verdadeiro rompimento, não existindo nexos causais entre as políticas anteriores e esta. Houve uma ruptura muito acentuada de todas as perspectivas anteriores, já que o aspecto econômico superou a defesa do ser humano.

Nesse sentido, tal texto contrariou a todas as indicações realizadas pelos órgãos envolvidos com o sistema democrático, como, por exemplo, o Conselho Europeu de Advocacia.

Não se pode alegar, como tentam os dirigentes europeus, que uma Diretiva que criminaliza o imigrante ilegal pela simples imigração seja uma garantia a esses indivíduos. A questão é que os absurdos não findam, coloca-se o imigrante em uma situação na qual o seu direito de defesa não é totalmente exercido e em que, muitas vezes, sequer há um devido processo penal.

As vias administrativas são as que possuirão maior poder sobre o imigrante, contrariando a lógica que se convencionou após os eventos traumáticos da IIª Guerra Mundial, nos quais o professor Caçado Trindade (1999, p. 51 Apud Amaral & Perrone-Moisés) encontra o ponto de partida para uma perspectiva mais jurisdicional. Ele afirma que

ao voltar os olhos tanto para trás como para a frente, apercebemo-nos de que efetivamente houve, nestas cinco décadas de experiência acumulada nesta área desde a adoção da Declaração Universal de 1948, um claro progresso, sobretudo na jurisdicalização da proteção internacional dos direitos humanos. Não obstante, também damos conta de que esse progresso não tem sido linear, como indica a trajetória das posições de muitos nessa área. Tem havido momentos históricos de avanços significativos, mas lamentavelmente também de alguns retrocessos, quando não deveria haver aqui espaços para estes últimos. É esse, em última análise, um domínio de proteção que não comporta retrocessos. Neste final de século, resta, certamente, um longo caminho a percorrer, tarefa para toda a vida. Trata-se, em última análise, de perseverar no ideal da construção de uma cultura universal de observância dos direitos humanos, do qual esperamos nos aproximar ainda mais, no decorrer do século XXI (...).

A Diretiva, sem sombra de dúvidas, representa um dos retrocessos destacados pelo professor, pois, com toda a discricionariedade que garante aos agentes públicos, condena o imigrante a um limbo jurídico. A sua adoção contamina os princípios do Estado de Direito, pois não há, em todos os casos, um efetivo controle do Poder por parte do judiciário.

Esse é o ponto mais controverso da Diretiva, pois a decisão da prisão e da expulsão de um estrangeiro não é exclusivamente judicial⁴, o que contraria toda a lógica jurídica de um processo coerente, pautado na igualdade das partes e na isenção daquele que possui o poder de decisão. Portanto, ela não garante ao indivíduo um exercício efetivo de suas prerrogativas de direito, como por exemplo, a assistência jurídica na língua do imigrante, que deveria ser vista como uma obrigação, pela integridade de sua defesa, não o é, pois se fala em possibilidade de um intérprete, saliente-se que nem mesmo um advogado é assegurado a esse imigrante. Dessa forma, não sabemos se o Estado é de Direito ou se é o Estado de sítio, pois a única possibilidade que esse indivíduo encontra é a punição.

Bobbio (1992, p. 30), ao destacar a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ressalta que ela traduz uma tendência e pode ser concebida como universal por conta do "sentido de que os destinatários dos princípios nela contidos não são mais apenas os cidadãos deste ou daquele Estado, mas todos os homens".

Já a Diretiva assim não faz, pois não trata a todos de modo igualitário, pois para ela há grupos diferentes: os imigrantes e os cidadãos. Portanto, os Estados que se alegam liberais, contrariam os princípios basilares do Liberalismo Político. Não resta dúvida de que os direitos fundamentais devem ser regulamentados, porém, o problema ocorre quando essa regulação diminui esses direitos e, o que é pior, para apenas um setor da população.

A partir do momento em que são vistos como diferentes, os imigrantes são colocados não só em posição de inferioridade jurídica, mas também de inferioridade social, eles passam a ser vistos como um excedente, e como tal podem ser descartados.

Essa postura não colabora com o setor mais necessitado da população e nem favorece a concorrência entre as pessoas para o desenvolvimento econômico; mesmo numa perspectiva capitalista, a falta de liberdade para esse imigrante se torna um obstáculo à sua contratação, fazendo com que ele não possa ser empregado por conta de sua condição, o que elimina a sua possibilidade de concorrer em igualdade de condições com os nacionais. Dessa forma, a possibilidade de livremente disputar uma vaga, de oferecer os seus serviços por conta de sua capacidade ou, ainda, de aceitar o menor preço de sua mão-de-obra, é uma enorme contradição com os princípios do Liberalismo.

Corroborando tal ideia, coloca-se a questão do regresso, tentando criar uma analogia com a ideia de retorno; daí advém o próprio nome da Diretiva, que muitas vezes trabalha com a repatriação, mas o objetivo central é a expulsão. No texto percebe-se que os Estados europeus não estão muito interessados no local em que deixarão esse expulso: o importante é se livrar do mesmo.

Nesse sentido, o texto incentiva a auto-deportação⁵, não se atentando para o fato de esta atitude ser uma das mais claras manifestações da servidão voluntária de um sujeito ao Estado, já que não se oferece ao indivíduo uma série de garantias, mas se exige que ele tenha uma postura servil frente a esse Estado.

O Estado possui, através de sua soberania, a possibilidade de definir quem pode entrar em seu território. Entretanto, ele não pode alegar que isso constitui uma garantia ao próprio imigrante. A auto-deportação ou a expulsão jamais podem ser consideradas garantias, pois se assim o fossem, que motivo explicaria o fato de ele ter deixado o local de origem?!

Outra questão séria que se apresenta é o fato de o imigrante poder ser preso⁶. A Diretiva fala que a mesma só existe para efeitos de afastamento que, segundo explicação do próprio texto, é a execução da obrigação de regresso, ou seja, o transporte físico para fora do país.

Portanto, não há razão penal para essa prisão num primeiro momento, trata-se de uma prisão de cunho administrativo a fim de averiguar a situação do imigrante, para uma possível decretação de regresso. Porém, mesmo com esse cunho essencialmente administrativo, de caracterização de uma situação, o imigrante pode permanecer preso por seis meses, o que é um exagero para as devidas providências legais. Com isso podemos afirmar que não há proporcionalidade e objetivo para essa pena de reclusão. Trata-se somente de uma privação de liberdade, decretada pela administração sem um prazo legal estabelecido e, sequer, a revisão da mesma por um órgão jurisdicional.

Assim, ela acaba se configurando o *bis in idem*, pois, juntamente com o afastamento e a interdição de entrada, pune o indivíduo mais de uma vez, pelo mesmo fato típico que é o de emigrar sem um documento que o autorize .

Mais do que isso, há a previsão do encarceramento de menores desacompanhados⁷ para posterior expulsão, o que, já não bastasse o absurdo dessa medida ao igualar menores e adultos, contraria o Tratado do Direito das Crianças, do qual os países europeus são signatários. Tal fato explicita a falta de coerência desses que parecem se esquecer de todo o corpo de normas existente.

A falácia de que essa mudança venha representar uma garantia vem também do fato de que em alguns países, antes desse documento, não existia limite de tempo para a prisão de imigrantes e que agora o prazo máximo é de 18 meses⁸. Percebe-se aqui mais uma tentativa de construção de um discurso incapaz de modificar a realidade posta.

Conclusão

Através desse relato, percebemos as nefastas consequências que a Diretiva pode representar para os direitos humanos. A Europa perdeu uma oportunidade histórica de estabelecer um novo marco ao adotar uma política única de Imigração atenta aos princípios mais valiosos dos Direitos Humanos.

A verdade é que caminhamos para a questão de quanto de injustiça será aceita socialmente contra o imigrante. O resultado dessa Diretiva é a criminalização da pobreza e a institucionalização do Preconceito. Estamos prestes a assistir a criação de um novo Apartheid.

Notas

1- Anexamos, ao final do texto, um fragmento da Diretiva com o objetivo de auxiliar o leitor a compreender as principais questões que serão aqui abordadas. Vale ressaltar que nesse fragmento se atentou para as normas principais, isto é, aquelas que efetivamente afetam os imigrantes, deixando de lado aspectos meramente formais e burocráticos da entrada em vigor do texto, bem como as diretrizes iniciais e os últimos artigos.

2 - O Acordo de Schengen, assinado entre a Alemanha, a Bélgica, a França, o Luxemburgo e os Países Baixos, em 14 de Junho de 1985, visa suprimir gradualmente os controles nas fronteiras comuns e instaurar um regime de livre circulação para todos os nacionais dos Estados signatários, dos outros Estados da Comunidade ou de países terceiros.

A convenção de Schengen completa o acordo e define as condições de aplicação e as garantias de realização desta livre circulação. Foi assinada em 19 de Junho de 1990 pelos referidos cinco Estados-Membros, mas só entrou em vigor em 1995.

O Acordo e a Convenção de Schengen, as regras adotadas com base nestes dois textos e os acordos conexos constituem o «acervo de Schengen». Desde 1999, o acervo de Schengen foi integrado no quadro institucional e jurídico da União Europeia por força de um protocolo anexo ao Tratado de Amsterdã. (http://europa.eu/scadplus/glossary/schengen_agreement_pt.htm - acesso dia 08/09/2009 às 23h 14).

3 - Este estudo baseia as próprias perspectivas europeias sobre o tema como se pode conferir em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2007:0780:FIN:PT:DOC> – acessado dia 08/09/2009, às 23h 32).

4 - Vide artigo 15º, item 2 da Diretiva.

5 - Vide artigo 7º da Diretiva.

6 - Vide artigo 15º da Diretiva.

7 - Vide artigo 17º da Diretiva.

8 - Vide artigo 15º.

Referências

AMARAL JÚNIOR, Alberto; PERRONE-MOISÉS, Cláudia (orgs.). *O Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem*. São Paulo: Edusp, 1999.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DOSSE, François. *A História*. Bauru (SP): EDUSC, 2003.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração*. São Paulo: Edusp, 1998.

**DIRETIVA 2008/115/CE DO PARLAMENTO
EUROPEU E DO CONSELHO**
de 16 de Dezembro de 2008
**Relativa a normas e procedimentos comuns nos Estados-
Membros para o regresso de nacionais de países terceiros
em situação irregular¹**

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objeto

A presente diretiva estabelece normas e procedimentos comuns a aplicar nos Estados Membros para o regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular, com observância dos direitos fundamentais enquanto princípios gerais do direito comunitário, bem como do direito internacional, incluindo as obrigações em matéria de proteção dos refugiados e dos direitos humanos.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

1. A presente diretiva é aplicável aos nacionais de países terceiros em situação irregular no território de um Estado-Membro.
2. Os Estados-Membros podem decidir não aplicar a diretiva aos nacionais de países terceiros que:
Sejam objeto de uma recusa de entrada, de acordo com o artigo 13º do Código das Fronteiras Schengen, ou sejam detidos ou interceptados pelas autoridades competentes por ocasião da passagem ilegal das fronteiras externas terrestres, marítimas ou aéreas de um Estado-Membro e que não tenham obtido posteriormente uma autorização ou um direito de permanência nesse Estado-Membro;
Sejam objeto de uma sanção penal que preveja o seu regresso ou como consequência de uma sanção penal, em conformidade com o direito interno, ou sejam objeto de um processo de extradição.
3. A presente diretiva não se aplica aos beneficiários do direito comunitário à livre circulação definidos no nº 5 do artigo 2º do Código das Fronteiras Schengen.

Artigo 3º

Definições

Para efeitos da presente diretiva, entende-se por:

- a) “Nacional de país terceiro”, uma pessoa que não seja cidadão da União, na acepção do nº 1 do artigo 17º do Tratado, e que não beneficie do direito comunitário à livre circulação, tal como definido no nº 5 do artigo 2º do Código das Fronteiras Schengen;
- b) “Situação irregular”, a presença, no território de um Estado-Membro, de um nacional de país terceiro que não preencha, ou tenha deixado de preencher, as condições de entrada estabelecidas no artigo 5º do Código das Fronteiras Schengen ou outras condições aplicáveis à entrada, permanência ou residência nesse Estado-Membro;
- c) “Regresso”, o processo de retorno – quer em cumprimento voluntário de uma obrigação de regresso, quer forçado: ao país de origem, ou a um país de trânsito, em conformidade com acordos de readmissão comunitários ou bilaterais ou com outros convênios, ou a outro país terceiro, para o qual o nacional de país terceiro em causa decida regressar voluntariamente e no qual seja aceite;

1 - Fonte: Jornal Oficial da União Europeia do dia 24/12/2008.

- d) "Decisão de regresso", uma decisão ou ato administrativo ou judicial que estabeleça ou declare a situação irregular de um nacional de país terceiro e imponha *ou declare* a obrigação de regresso;
- e) "Afastamento", a execução da obrigação de regresso, ou seja, o transporte físico para fora do país;
- f) "Interdição de entrada", a decisão ou ato administrativo ou judicial que *proíbe a entrada e a permanência* no território dos Estados-Membros durante um período determinado, e que *acompanha uma decisão de regresso*;
- g) "Risco de fuga", a existência de razões, baseadas em critérios objetivos definidos por lei, para crer, num caso concreto, que o nacional de país terceiro objeto de um procedimento de regresso poderá fugir;
- h) "Partida voluntária", o cumprimento da obrigação de regressar no prazo fixado para o efeito na decisão de regresso;
- i) "Pessoas vulneráveis", menores, menores não acompanhados, pessoas com deficiência, idosos, grávidas, famílias monoparentais com filhos menores e pessoas que tenham sido vítimas de tortura, violação ou outras formas graves de violência psicológica, física ou sexual.

Artigo 4.º

Disposições mais favoráveis

1. A presente diretiva não prejudica a aplicação de disposições mais favoráveis constantes de:
 - a) Acordos bilaterais ou multilaterais celebrados entre a Comunidade, ou entre a Comunidade e os seus Estados-Membros, e um ou mais países terceiros;
 - b) Acordos bilaterais ou multilaterais celebrados entre um ou mais Estados-Membros e um ou mais países terceiros.
2. A presente diretiva não prejudica a aplicação de quaisquer disposições previstas *no acervo comunitário em matéria de imigração e asilo*.
3. A presente diretiva não prejudica o direito dos Estados-Membros de adotarem ou manterem disposições mais favoráveis relativamente às pessoas abrangidas pelo seu âmbito de aplicação, desde que compatíveis com o disposto na presente diretiva.
4. *No que respeita aos nacionais de países terceiros excluídos do âmbito de aplicação da presente diretiva nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 2º, os Estados-Membros devem: – assegurar que o seu tratamento e o nível de proteção não sejam menos favoráveis que os previstos nos nºs 4 e 5 do artigo 8º (restrições à utilização de medidas coercivas), no primeiro travessão do nº 2 do artigo 9º (adiamento do afastamento), nos segundo e quarto travessões do nº 1 do artigo 14º (cuidados de saúde urgentes e tomada em consideração das necessidades das pessoas vulneráveis) e nos artigos 16º e 17º (condições de detenção), e – respeitar o princípio da não-repulsão.*

Artigo 5º

Não-repulsão, interesse superior da criança, relações familiares e estado de saúde.

Ao aplicarem a presente diretiva, os Estados-Membros *devem ter em devida conta o seguinte:*

- a) *O interesse superior da criança;*
- b) *A vida familiar;*
- c) *O estado de saúde do nacional de país terceiro em causa; e respeitar o princípio da não-repulsão.*

TERMO DA SITUAÇÃO IRREGULAR

Artigo 6.º

Decisão de regresso

1. *Sem prejuízo das exceções referidas nos nºs 2, 3, 4 e 5, os Estados-Membros emitem uma decisão de regresso relativamente a qualquer nacional de país terceiro que se encontre em situação irregular no seu território.*
2. *Os nacionais de países terceiros em situação irregular no território de um Estado-Membro que sejam detentores de um título de residência válido ou de outro título, emitido por outro Estado-Membro, que lhes confira direito de permanência devem estar obrigados a deslocar-se imediatamente para esse Estado-Membro. Em caso de incumprimento desta exigência pelo nacional de país terceiro, ou se for necessária a partida imediata do nacional de país terceiro por razões de segurança nacional ou de ordem pública, aplica-se o nº 1.*

3. Os Estados-Membros podem abster-se de emitir uma decisão de regresso em relação a um nacional de país terceiro que se encontre em situação irregular no seu território, se esse nacional for aceite por outro Estado-Membro no âmbito de acordos ou convênios bilaterais existentes à data da entrada em vigor da presente diretiva. Nesse caso, o Estado-Membro que aceitou o nacional do país terceiro em causa aplica o nº 1.

4. Os Estados-Membros podem, a qualquer momento, decidir conceder uma autorização de residência autônoma ou de outro tipo que por razões compassivas, humanitárias ou outras, confira direito de permanência a um nacional de país terceiro em situação irregular no seu território. Neste caso, não deve ser emitida qualquer decisão de regresso. Nos casos em que já tiver sido emitida uma decisão de regresso, esta deve ser retirada ou suspensa durante o período de vigência da autorização de residência ou de outra autorização que confira direito de permanência.

5. Se um nacional de país terceiro em situação irregular no território de um Estado-Membro tiver pendente um processo de renovação do seu título de residência ou de outro título que lhe confira direito de permanência, esse Estado-Membro pondera a hipótese de se abster de emitir uma decisão de regresso até que o processo esteja concluído, sem prejuízo do disposto no nº 6.

6. A presente diretiva não obsta a que os Estados-Membros tomem a decisão de pôr termo a uma permanência legal, juntamente com uma decisão de regresso e/ou uma ordem de afastamento, e/ou uma interdição de entrada, no âmbito de uma decisão ou ato administrativo ou judicial previsto no seu direito interno, sem prejuízo das garantias processuais disponíveis ao abrigo do Capítulo III da presente diretiva e de outras disposições pertinentes do direito comunitário e do direito nacional.

Artigo 7º

Partida voluntária

1. A decisão de regresso deve prever um prazo adequado para a partida voluntária, compreendido entre sete dias e trinta dias, sem prejuízo das derrogações previstas nos nºs 2 e 4. Os Estados-Membros podem determinar na sua legislação nacional que esse prazo só é concedido na sequência da apresentação de um pedido pelo nacional de país terceiro em causa. Nesse caso, os Estados-Membros informam os nacionais do país terceiro em causa sobre a possibilidade de apresentar tal pedido.

O prazo acima previsto não exclui a possibilidade de os nacionais de países terceiros em causa partirem antes de terminado esse prazo.

2. Se necessário, os Estados-Membros estendem o prazo previsto para a partida voluntária por um período adequado, tendo em conta as especificidades do caso concreto, tais como a duração da permanência, a existência de filhos que frequentam a escola e a existência de outros membros da família e de laços sociais.

3. Podem ser impostas determinadas obrigações para evitar o risco de fuga, designadamente a apresentação periódica às autoridades, o depósito de uma caução adequada, a apresentação de documentos ou a obrigação de permanecer em determinado local durante o referido período.

4. Se houver risco de fuga ou se tiver sido indeferido um pedido de permanência legal por ser manifestamente infundado ou fraudulento, ou se a pessoa em causa constituir um risco para a ordem ou segurança pública ou para a segurança nacional, os Estados-Membros podem não conceder um prazo para a partida voluntária, ou conceder um prazo inferior a sete dias.

Artigo 8º

Afastamento

1. Os Estados-Membros tomam todas as medidas necessárias para executar a decisão de regresso se não tiver sido concedido qualquer prazo para a partida voluntária, nos termos do artigo 7º, ou se a obrigação de regresso não tiver sido cumprida dentro do prazo para a partida voluntária concedido em conformidade com o artigo 7º.

2. Se o Estado-Membro tiver concedido um prazo para a partida voluntária em conformidade com o artigo 7º, a decisão de regresso só pode ser executada uma vez terminado esse prazo, a não ser que durante esse prazo surja um risco, tal como referido no nº 4 do artigo 7º.

3. *Os Estados-Membros podem adotar uma decisão ou ato administrativo ou judicial separados para ordenar o afastamento.*
4. *Se os Estados-Membros utilizarem – como último recurso – medidas coercivas para impor o afastamento de um nacional de país terceiro que a ele resista, tais medidas devem ser proporcionadas e a utilização da força não deve ultrapassar os limites do razoável. Essas medidas devem ser executadas em conformidade com a legislação nacional, de acordo com os direitos fundamentais e no devido respeito pela dignidade e integridade física do nacional de país terceiro em causa.*
5. *Nas operações de afastamento por via aérea, os Estados-Membros devem ter em conta as Orientações comuns em matéria de disposições de segurança nas operações conjuntas de afastamento por via aérea anexas à Decisão 2004/573/CE.*
6. *Os Estados-Membros devem prever um sistema eficaz de controle dos regressos forçados.*

Artigo 9º

Adiamento do afastamento

1. Os Estados-Membros *adiam* o afastamento nos seguintes casos:
 - o afastamento representa uma violação do princípio da não-repulsão, ou
 - durante a suspensão concedida nos termos do nº 2 do artigo 13º.
2. Os Estados-Membros *podem adiar* o afastamento por um período considerado adequado tendo em conta as circunstâncias específicas do caso concreto. Os Estados-Membros devem em particular ter em conta:
 - o estado físico ou a capacidade mental da pessoa;
 - razões técnicas, nomeadamente falta de capacidade de transporte ou afastamento *falhado devido à ausência de identificação*.
3. Caso o afastamento seja adiado nas condições estabelecidas nos nºs 1 e 2, *podem* ser impostas ao nacional de país terceiro em causa as obrigações previstas no nº 3 do artigo 7º.

Artigo 10º

Regresso e afastamento de menores não acompanhados

1. *Antes de uma decisão de regresso aplicável a um menor não acompanhado, é concedida assistência pelos organismos adequados para além das autoridades que executam o regresso, tendo na devida conta o interesse superior da criança.*
2. *Antes de afastar um menor não acompanhado para fora do seu território, as autoridades do Estado-Membro garantem que o menor é entregue no Estado de regresso a um membro da sua família, a um tutor designado ou a uma estrutura de acolhimento adequada.*

Artigo 11º

Interdição de entrada

1. *As decisões de regresso são acompanhadas de uma interdição de entrada:*
 - *se não tiver sido concedido qualquer prazo para a partida voluntária, ou*
 - *se a obrigação de regresso não tiver sido cumprida.*

Nos outros casos, as decisões de regresso podem ser acompanhadas de uma interdição de entrada.

2. *A duração da interdição de entrada é determinada tendo em devida consideração todas as circunstâncias relevantes do caso concreto não devendo em princípio ser superior a cinco anos. Essa duração pode ser superior a cinco anos se o nacional de país terceiro constituir uma ameaça grave à ordem pública, à segurança pública ou à segurança nacional.*
3. *Os Estados-Membros devem ponderar a retirada ou a suspensão de uma interdição de entrada, se um nacional de país terceiro que seja objeto de uma interdição de entrada, emitida nos termos do segundo parágrafo do nº 1, provar que deixou o território de um Estado-Membro em plena conformidade com uma decisão de regresso.*

As vítimas do tráfico de seres humanos a quem tenha sido concedido um título de residência, nos termos da Diretiva 2004/81/CE do Conselho, de 29 de Abril de 2004, relativa ao título de residência concedido aos nacionais de países terceiros que sejam vítimas do tráfico de seres humanos ou objeto de uma ação de auxílio

à imigração ilegal, e que cooperem com as autoridades competentes, não são objeto de uma interdição de entrada, sem prejuízo do segundo travessão do primeiro parágrafo do nº 1, desde que não representem uma ameaça à ordem pública, à segurança pública ou à segurança nacional.

Os Estados-Membros podem abster-se de emitir, retirar ou suspender uma interdição de entrada em determinados casos concretos, por razões humanitárias.

Os Estados-Membros podem retirar ou suspender uma interdição de entrada em determinados casos concretos ou em determinadas categorias de casos por outras razões.

4. Ao ponderarem a emissão de uma autorização de residência ou de outro título que confira direito de permanência a um nacional de país terceiro objeto de uma interdição de entrada emitida por outro Estado-Membro, os Estados-Membros consultam primeiro o Estado-Membro que emitiu a interdição de entrada e têm em conta os seus interesses, em conformidade com o disposto no artigo 25º da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen.

5. O disposto nos nºs 1 a 4 é aplicável sem prejuízo do direito de solicitar num dos Estados-Membros proteção internacional, tal como definida na alínea a) do artigo 2º da Diretiva 2004/83/CE.

GARANTIAS PROCESSUAIS

Artigo 12º

Forma

1. As decisões de regresso e, se tiverem sido emitidas, as decisões de interdição de entrada e as decisões de afastamento são emitidas por escrito e contêm as razões de fato e de direito, bem como informações acerca das vias de recurso disponíveis.

As informações sobre as razões de fato podem ser limitadas caso o direito nacional permita uma restrição ao direito de informação, nomeadamente para salvaguardar a segurança nacional, a defesa, a segurança pública e a prevenção, investigação, deteção e repressão de infrações penais.

2. A pedido, os Estados-Membros fornecem uma tradução escrita ou oral dos principais elementos das decisões relacionadas com o regresso, a que se refere o nº 1, nomeadamente informações sobre as vias de recurso disponíveis, numa língua que o nacional de país terceiro compreenda ou se possa razoavelmente supor que compreende.

3. Os Estados-Membros podem não aplicar o disposto no nº 2 às pessoas que tenham entrado ilegalmente no território de um Estado-Membro e que não tenham obtido, subsequentemente, uma autorização ou um direito de permanência nesse Estado-Membro.

Nesse caso, as decisões relacionadas com o regresso, a que se refere o nº 1, são notificadas através do formulário normalizado previsto nos termos da legislação nacional.

Os Estados-Membros facultam folhetos informativos gerais que expliquem os principais elementos do formulário normalizado em pelo menos cinco das línguas mais frequentemente utilizadas ou compreendidas pelos migrantes ilegais que entram nesse Estado-Membro.

Artigo 13º

Recursos

1. O nacional de país terceiro em causa deve dispor de recurso efetivo contra decisões relacionadas com o regresso, a que se refere o nº 1 do artigo 12º, ou da possibilidade de requerer a sua reapreciação, perante uma autoridade judicial ou administrativa competente ou um órgão competente composto por membros imparciais que ofereçam garantias de independência.

2. A autoridade ou o órgão acima mencionados são competentes para reapreciar as decisões relacionadas com o regresso, a que se refere o nº 1 do artigo 12º, incluindo a possibilidade de suspender temporariamente a sua execução, a menos que a suspensão temporária já seja aplicável ao abrigo da legislação nacional.

3. O nacional de país terceiro em causa pode obter a assistência e a representação de um advogado e, se necessário, os serviços de um intérprete.

4. Os Estados-Membros asseguram a concessão de assistência jurídica e/ou representação gratuitas, a pedido, nos termos da legislação nacional pertinente ou da regulamentação relativa à assistência jurídica e podem prever que a concessão dessa assistência ou representação gratuitas está sujeita às condições

previstas nos n.ºs 3 a 6 do artigo 15.º da Diretiva 2005/85/CE relativa a normas mínimas aplicáveis ao procedimento de concessão e retirada do estatuto de refugiado nos Estados-Membros.

Artigo 14.º

Garantias na pendência do regresso

1. À exceção da situação prevista nos artigos 16.º e 17.º, os Estados-Membros asseguram que sejam tidos em conta, tanto quanto possível, os seguintes princípios em relação aos nacionais de países terceiros durante o prazo para a partida voluntária concedido nos termos do artigo 7.º e durante os períodos de adiamento do afastamento previstos no artigo 9.º:

- é mantida a unidade familiar com os membros da família presentes no seu território;
- são facultados cuidados de saúde urgentes e o tratamento básico de doenças;
- é concedido aos menores acesso ao sistema de ensino básico, consoante a duração da sua permanência;
- são tidas em conta as necessidades específicas das pessoas vulneráveis.

2. Os Estados-Membros confirmam por escrito às pessoas referidas no n.º 1, em conformidade com a legislação nacional, que o prazo concedido para a partida voluntária foi prorrogado nos termos do n.º 2 do artigo 7.º ou que a decisão de regresso não será temporariamente executada.

DETENÇÃO PARA EFEITOS DE AFASTAMENTO

Artigo 15.º

Detenção

1. A menos que no caso concreto possam ser aplicadas com eficácia outras medidas suficientes mas menos coercivas, os Estados-Membros só podem manter detido um nacional de país terceiro objeto de procedimento de regresso, a fim de preparar o regresso e/ou efetuar o processo de afastamento, nomeadamente quando:

- houver risco de fuga, ou
- o nacional de país terceiro em causa evitar ou entravar a preparação do regresso ou o procedimento de afastamento.

A detenção tem a duração menor possível, sendo apenas mantida enquanto o procedimento de afastamento estiver pendente e for executado com a devida diligência.

2. A detenção é ordenada por autoridades administrativas ou judiciais.

A detenção é ordenada por escrito com menção das razões de fato e de direito.

Quando a detenção tiver sido ordenada por autoridades administrativas, os Estados-Membros:

- prevêm o controle jurisdicional célere da legalidade da detenção, a decidir o mais rapidamente possível a contar do início da detenção, ou

– concedem ao nacional de país terceiro em causa o direito de intentar uma ação através da qual a legalidade da sua detenção faça objeto de controle jurisdicional célere, a decidir o mais rapidamente possível a contar da instauração da ação aplicável; neste caso, os Estados-Membros informam imediatamente o nacional de país terceiro em causa sobre a possibilidade de apresentar esse requerimento.

O nacional de país terceiro em causa é libertado imediatamente se a detenção for ilegal.

3. Em todo o caso, a detenção é reapreciada a intervalos razoáveis, quer a pedido do nacional de país terceiro em causa, quer ex officio. No caso de períodos de detenção prolongados, as reapreciações são objeto de fiscalização por uma autoridade judicial.

4. Quando, por razões de natureza jurídica ou outra ou por terem deixado de se verificar as condições enunciadas no n.º 1, se afigure já não existir uma perspectiva razoável de afastamento, a detenção deixa de se justificar e a pessoa em causa é libertada imediatamente.

5. A detenção mantém-se enquanto se verificarem as condições enunciadas no n.º 1 e na medida do necessário para garantir a execução da operação de afastamento. Cada Estado-Membro fixa um período limitado de detenção, que não pode exceder os seis meses.

6. Os Estados-Membros não podem prorrogar o período a que se refere o n.º 4, exceto por um período limitado que não exceda outros doze meses de acordo com a lei nacional nos casos em que, independentemente de

todos os esforços razoáveis que tenham envidado, se preveja que a operação de afastamento dure mais tempo, por força de:

- falta de cooperação do nacional do país terceiro em causa, ou*
- atrasos na obtenção da documentação necessária junto de países terceiros.*

Artigo 16º

Condições de detenção

- 1. Regra geral, a detenção tem lugar em centros de detenção especializados. Se um Estado-Membro não tiver condições para assegurar aos nacionais de países terceiros a sua detenção num centro especializado e tiver de recorrer a um estabelecimento prisional, os nacionais de países terceiros colocados em detenção ficam separados dos presos comuns.*
- 2. Os nacionais de países terceiros detidos são autorizados, a pedido, a contactar oportunamente os seus representantes legais, familiares e autoridades consulares competentes.*
- 3. Deve atribuir-se especial atenção à situação das pessoas vulneráveis e ser dispensados cuidados de saúde urgentes e o tratamento básico de doenças.*
- 4. As organizações e os órgãos nacionais e internacionais relevantes e as organizações e os órgãos não governamentais competentes devem ter a possibilidade de visitar os centros de detenção a que se refere o nº 1, na medida em que estejam a ser utilizados para a detenção de nacionais de países terceiros de acordo com o presente capítulo. Essas visitas podem ser sujeitas à autorização.*
- 5. Aos nacionais de países terceiros detidos são sistematicamente fornecidas informações que expliquem as regras aplicadas no centro de detenção e indiquem os seus direitos e obrigações, nomeadamente o seu direito, de acordo com o direito nacional, a contactarem as organizações e órgãos referidos no nº 4.*

Artigo 17º

Detenção de menores e famílias

- 1. Os menores não acompanhados e as famílias com menores só podem ser detidos em último recurso e por um período adequado que seja o mais curto possível.*
- 2. As famílias detidas na pendência do afastamento ficam alojadas em locais separados que garantam a devida privacidade.*
- 3. Os menores detidos devem ter a possibilidade de participar em atividades de lazer, nomeadamente em jogos e atividades recreativas próprias da sua idade, e, em função da duração da permanência, devem ter acesso ao ensino.*
- 4. Os menores não acompanhados beneficiam, tanto quanto possível, de alojamento em instituições dotadas de pessoal e instalações que tenham em conta as necessidades de pessoas da sua idade.*
- 5. No contexto da detenção de menores na pendência do afastamento, o interesse superior da criança constitui uma consideração primordial.*

Artigo 18º

Situações de emergência

- 1. Caso um número excepcionalmente elevado de nacionais de países terceiros que devam ser objeto de uma operação de regresso sobrecarregue de forma imprevista a capacidade dos centros de detenção de um Estado-Membro ou o seu pessoal administrativo ou judicial, o Estado-Membro em causa, pode, enquanto persistir a situação excepcional, autorizar o controle jurisdicional por períodos superiores aos previstos no nº 2 do artigo 15º e tomar medidas urgentes em relação às condições de detenção, em derrogação das previstas no nº 1 do artigo 16º e no nº 2 do artigo 17º.*
- 2. O Estado-Membro em causa informa a Comissão sempre que recorra a medidas excepcionais desse tipo. Deve igualmente informar a Comissão tão logo os motivos que conduziram à aplicação dessas medidas deixem de existir.*
- 3. O presente artigo em nada prejudica o dever geral dos Estados-Membros de tomarem todas as medidas adequadas, de caráter geral ou específico, para assegurarem o cumprimento das obrigações decorrentes da presente diretiva.*

Caminhando sobre fronteiras: o papel da educação na vida de adultos migrantes

Fernando Frochtengarten
São Paulo: Summus Editorial, 2009, 169p.

Este livro tem como tema de fundo o relato da experiência de uma relação vivenciada na educação de jovens adultos em sua condição de migrantes de origem rural na cidade de São Paulo. Originalmente esse trabalho foi apresentado como tese de doutoramento em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Porém seu escopo vai além desse enquadramento acadêmico, pois se trata de uma reflexão que se embasa em uma experiência real, vivida cotidianamente em sala de aula e nos espaços do Colégio Santa Cruz, na zona oeste da cidade, onde o autor exerceu sua função de professor nas aulas noturnas do supletivo frequentadas pelos migrantes estudantes. A partir dessa experiência, o autor inicia uma trajetória em que se articulam o relato do vivido em seus relacionamentos com “a reflexão disciplinada sobre os diversos lugares ocupados pela escola ao longo da história de vida” (p. 21) de um grupo determinado de estudantes migrantes, originários de uma mesma região, entre Minas Gerais e Bahia.

O livro está estruturado em quatro capítulos, procurando dar conta desta “caminhada entre fronteiras”, realizada por um professor paulistano que busca compreender o papel da educação na transformação das representações e modos de vida desses alunos migrantes. Sua metodologia passa por uma exploração de suas interações com seus alunos, servindo-se de recursos que, ao mesmo tempo em que garantem o grau de confiança adquirido em sala de aula e na convivência cotidiana, possibilitem também um distanciamento imprescindível para a análise. Dessa forma, o que se busca é o emprego de um olhar crítico, seja para com sua posição de professor não-migrante, seja para com a condição social do grupo de estudantes migrantes pesquisado. Podemos resumir então os recursos empregados basicamente em três: o método dos “grupos focais”, que o autor adapta às suas circunstâncias de pesquisa como “grupos de conversa”; as entrevistas individuais; e a “observação participante”, sob duas modalidades, através da observação de seu cotidiano na escola, nas interações em sala de aula como em outros ambientes do colégio, e através de uma viagem às regiões de

origem dos estudantes, em que pôde observar o que seria o ciclo completo da vida dos alunos. Esses procedimentos metodológicos, sobretudo sua viagem à região de origem dos alunos, deram à pesquisa a grande virtude de recuperar a inteireza da condição social desses migrantes, bem como uma compreensão mais completa de sua experiência escolar, as razões de suas lacunas e de sua revalorização no espaço urbano.

Ao longo dos capítulos, a trajetória da pesquisa traduz o objetivo que o autor se propõe: contribuir para a “compreensão da identidade do aluno adulto e para a reflexão sobre as ações do educador” (p. 23). No primeiro capítulo, apresenta-se um perfil dos alunos que frequentam o supletivo noturno do Colégio Santa Cruz, suas características sociais, e o modo como se relacionam em sala de aula e com os espaços e equipamentos do colégio. Também o autor faz uma explanação do objetivo da educação diante dessa população, os desafios que o “letramento” apresenta para esses estudantes, deixando claro que adota a perspectiva de Paulo Freire, na “Pedagogia do Oprimido” (p. 43-45). O autor também expõe a linha de procedimento metodológico, em que se destaca a viagem aos lugares de origem de seus alunos, cujo objetivo seria fazer a observação etnográfica na linha preconizada por Geertz. O segundo capítulo traz a riqueza dessas observações coletadas em seu diário de campo, e devidamente comentadas tornam essas páginas talvez as mais interessantes de todo livro. Isso devido ao fato, como o próprio autor reconhece, dessa experiência inverter a relação “nativo-estranho”, na medida em que o professor se torna estrangeiro nos lugares de origem de seus estudantes, que por sua vez surgem como os nativos “estrangeirizados” pela migração, prontos e adaptados a fazer o autor conhecer sua realidade de origem. Esse deslocamento feito pelo professor produz uma ação de desvendamento das razões da evasão escolar em meio rural, do reconhecimento do “letramento” como tipicamente urbano, das razões econômicas e culturais da migração, tornando-a uma verdadeira “tradição” através de suas redes sociais (p.83-88). É através dessa experiência que o autor pode afirmar que “o fenômeno migratório que concentrava inúmeros conterrâneos no supletivo era, paradoxalmente, a razão para que muitos deles não se conhecessem. A vida deles transcorria como fragmentos resultantes da detonação do chão sertanejo” (p. 88).

Os dois últimos capítulos, como retorno ao ambiente escolar, permitem ao autor fazer sua análise sobre o papel da educação na vida de trabalhadores migrantes no espaço urbano. A recuperação da inteireza da experiência migratória e escolar dos seus alunos através das observações em sua viagem ao sertão e, sobretudo, o seu próprio deslocamento, como experiência migratória ao avesso, mesmo que muito provisória, criou a possibilidade de um novo olhar sobre o papel da escola, do espaço urbano e da condição de migrantes na trajetória de vida de seus alunos. São elementos que podem ajudar a pensar de

uma nova forma a prática pedagógica com adultos: “o papel potencialmente assumido por uma escola para a participação das subjetividades migrantes e sertanejas na sociedade urbana” (p. 111). Inicialmente, o autor explora esses elementos a partir de sua própria experiência de professor de ciências naturais, que confronta o modo de relacionamento com a natureza no mundo rural, trazido por seus alunos, com aquele desenvolvido no meio urbano. A escola, quando aberta aos saberes que os migrantes trazem de sua vivência rural, torna-se o terreno fecundo de um “confronto cultural”, de uma dialética que permeia a vida de cada estudante: de um lado traz elementos da cultura sertaneja para a escola; de outro, é o portador de uma “visita dos saberes escolares ao sertão” (p. 126). A escola se torna o caminho de um novo enraizamento no meio urbano, abrindo outras possibilidades de reconhecimento e participação social. Nesse sentido, o autor fala das “identidades de fronteira” desenvolvidas pelos alunos na sua interação com o ambiente escolar e com outros alunos de igual condição social. Criam a consciência de um duplo pertencimento, em que se assimilam e dialogam referências do meio de origem e do meio urbano.

No quarto capítulo, o autor explora justamente como toda essa experiência incide nos projetos de futuro dos alunos. Na verdade, a escola é uma experiência complementar a todo projeto migratório que os trouxe à cidade. Inicialmente a volta do adulto de origem rural à escola é uma nova fronteira na sua busca para criar meios para uma melhora de condição de vida, e mesmo de uma sonhada ascensão social. Depois, progressivamente, a escola vai abrindo outras possibilidades de contato com a mentalidade e os espaços do mundo urbano, gerando outras transformações, no modo de falar, de pensar, de agir, no andar, nos relacionamentos diários. A introdução no mundo letrado permite um ganho na autoestima de cada um, bem como na descoberta de outra face da cidade: não apenas como lugar do trabalho anônimo e subalterno, mas como um espaço e um bem que podem ser usufruídos. Se a escola em geral influenciou timidamente na ascensão social desses estudantes e trabalhadores, ela porém ajudou em muito a que eles tivessem uma nova visão de si mesmos e de seu lugar social. Isso é bem mais perceptível naqueles que, deixando a escola, retornaram ao seu meio de origem. Aqueles que não abriram negócios nos núcleos urbanos das suas cidades, mas se dirigiram ao meio rural, mudaram qualitativamente sua posição frente aos seus pares, tornando-se agentes de saúde ou professores. O olhar urbanizado e escolarizado sobre o sertão fez com que, voltando, não fossem mais os mesmos, mas agissem de outra forma sobre suas condições originais de vida.

O autor termina lembrando a condição de provisoriidade permanente do migrante, que na verdade parece ser a de todo homem contemporâneo: a “opacidade do futuro é agravada pela instabilidade dos esquemas de vida dos alunos, a começar pelo desconhecimento do lugar aonde a vida vai desenrolar-se.

A retração do horizonte ao momento atual traz implicações para a educação” (p.154). O autor descobre, confrontando-se com os migrantes, participando da mesma dialética experimentada por seus alunos, que ele próprio é um “migrante” apesar de ser um legítimo paulistano morando em São Paulo, percebendo a ilusão de solidez de sua condição de vida, em aprendizado constante.

Temos assim diante de nós um livro extremamente agradável de ler e que apresenta um respeito e uma empatia raramente vistas em relação à condição vivida pelos migrantes. Nos caminhos abertos por Paulo Freire, o autor avança a reflexão no sentido de apontar elementos importantes para práticas pedagógicas que dialoguem com os adultos migrantes, valorizando a inteireza de sua experiência de vida. Mais do que isso, lembra e reforça o papel da educação como meio de transformação social, desde que possa restituir àqueles que se encontram na posição de estudantes, no caso os migrantes de origem rural, o seu lugar de protagonistas dessa mesma transformação. Nesse sentido, é um livro que transborda esperança, iluminado pela consciência de uma igualdade fundamental entre estudantes e professores, todos carregados de conhecimentos a serem partilhados, prenes do desejo de fazer novas descobertas. Afinal somos todos, como bem lembra o autor, *Homo sapiens sapiens*.

Sidnei Marco Dornelas
Centro de Estudos Migratórios

Com Papéis

Catitu Tayassu*

A primeira vez que nos vimos eu espreitava atrás de uma vitrina e ele corria atrás de um pedaço de papel que o vento empurrava e empurrava, outra vez, mais longe e, novamente, alguém do encaixo, numa tola insistência contra o alcance das mãos e o ziguezague dos pés. Um e outro, dando passos, o corpo rebaixado na tentativa de agarrar o fragmento, mãos no chão, mãos em atraso e, assim, a tenacidade do vento, apesar de seus passos ligeiros e a agilidade de suas mãos que num certo momento quase conseguiram! Mas foi um quase sem reter o teimoso pedaço da folha que, outra vez, ligeiro, correu.

Minutos depois o papel, talvez, farto de servir como diversão para o vento acabou de vez com a brincadeira. Refugiou-se no meu sapato. Respirou. Desistiu. Agarrou-se à borda da sola e foi, nesse momento, que nos olhamos, por um instante, quando eu abaixei, ele também, eu desisti, ele não e, assim, ouvi o seu pedido de licença, assisti o seu sorriso de cortesia quando, enfim, desapegou o papel, tomou-o para si, olhou, suspirou e meteu-o no bolso.

Desse modo acabou o caso entre o papel e o homem de rua. De outro modo começo o meu caso com aquele homem de papel no canto da rua.

A primeira vez que nos vimos, eu, espreitava o que existia atrás de uma vitrina, ele, conhecia aquela vitrina de outras ocasiões no mesmo quarteirão. Continuei grudada, mãos no vidro, mais próxima possível e

contra a luz para poder enxergar os móveis e os detalhes da decoração cuidadosa e finamente arranjada. A loja era uma réplica perfeita sobre os interiores de uma casa. Constituía, por si, um modelo para quem, ali, viesse em busca de idéias, mobílias, tapetes, quadros e os mais diferentes adornos em madeira, metal, vime, tecido, fibra, vidro, bronze, cerâmica e resina.

Ele apontou para as vidas atrás da vitrina. Explicou-me que o lugar pertencia, há muitos anos, a uma mesma família. Esta tanto reformava e revendia objetos antigos e peças de seleção quanto vendia móveis e ornatos encomendados sob medida. Para a minha surpresa acrescentou que a loja servia, também, como moradia. A sala-de-estar recebia, de quando em quando, a visita de amigos e parentes e, no fundo da loja, a partir dos três biombos (que ele apontou com o dedo) havia uma copa conjugada à sala-de-jantar, um lavabo e, do outro lado, um recinto não muito longe da chaminé. A cozinha via-se muito bem, equipada e instalada, logo a seguir em cômodo próprio. No fundo do terreno, descrito pelo homem, morava um jardim, cujo canto esquerdo alojava um ateliê destinado ao restauro e às novas encomendas. No segundo andar, após a escada em madeira de lei, encontravam-se os quartos. Um deles com suite e um segundo colado à casa de banho, separada do toalete e, por fim, um salão, sem televisão, apenas tapetes, almofadas, um aparelho de som, uma rede e uma biblioteca do outro lado da parede.

Permanecemos imóveis face ao testemunho daquelas vidas por detrás do vidro: um homem, de meia-idade, uma mulher, da idade da dele e, uma jovem entre as idades atribuídas às mais adolescentes. Eles conversavam, comiam e riam em torno de uma mesa farta e variada. Havia frutas, queijos, cereais, ovos mexidos, leite, iogurte, vinho, presunto, água, suco e biscoitos. A mesa contava, pelo menos, a idade dos três, embora bastante conservada: madeira nobre, cor pardo-avermelhada, viva e brilhante como mobília de sapucaia.

Eu vivi, por alguns minutos, através de cada vida dentro do vidro. Provei de seu surrealismo unido ao asfalto, ao urbanismo e ao coração da cidade. Senti admiração e, pela primeira vez, ou não, fui tomada pela inveja. Era, talvez, um começo de prazer, mas indefnido. Porém, como todo prazer privado da satisfação, a inveja cedeu à frustração. Ele, no entanto, menos calado e mais faminto. Saboreava, atrás do vidro e no peito

da rua, o gosto que tem cada alimento e que a vontade molhada aos lábios redescobre apenas pelo olhar, apenas pelo desejo e por um prazer insaciável. Sequer ele tocava o vidro. Olhava. Comia. Engolia. Mastigava. Repetia. Orientado pela memória ou pelo olhar no comando do gosto; o gosto guardado e conhecido de outras tantas vezes.

Em outro tempo ele havia trabalhado para aquela família, por isso, conhecia tão bem os pormenores do imóvel, mas não quis mencionar o motivo que o afastara do lugar. Seu rosto tinha a fome que a comida ensina a ter, quando habituados ou, justamente, desabituaados a tê-la facilmente às mãos. A fome, através do dinheiro que, por sua vez, aconselha ou humilha sobre a parte da vida que não é gratuita. O rosto quando reclama algum esforço próprio sem a urgência alheia. O rosto e a fome que a falta de comida e de bebida condenam ao desabrigo. A língua à solta. O rosto rijo. O peito condoído. O álcool dilacerante. Os olhos abertos. A boca voraz e selvagem num corpo suprimindo desejos, quicá, o passado, o presente e o futuro.

Propus que comêssemos na lanchonete grega, a poucos metros dali e, bastou o começo da minha frase... para emendar seus passos largos, o começo de uma longa conversa e o nosso caso improvável.

Naquela altura da vida eu andava ocupada com a minha lista de urgências: cem medidas a tomar, cem telefonemas pendentes, cem entrevistas marcadas, cem cartas atrasadas, cem mil nada, cem derivas... Embora diante daquele homem cada atraso poderia certamente esperar.

Ele escolhera a rua como casa e ambiente de trabalho, eu, coloquei de lado as minhas aflições e desaprendendo sobre o meu mundo fui, então, apreendendo o seu. Esqueci voluntariamente quem eu era e o que eu fazia pelo quarteirão, apenas, para ser ele, saber dele, ouvir o que ele contava sem qualquer pedido, urgência ou simulação.

Durante três horas e, mais tarde, durante três dias, ouvi a sua história entre cantos, becos, vitrinas e marquises. Duraram três semanas. Seu espírito livre, aberto ao risco e sobretudo aos imprevistos ensinaram-me, pois, sobre os abismos em terra firme. Desde que lhe apetecesse, então, ele trocava de casa, mudava de quarteirão ou de bairro, escolhendo novos muros, paredes e vitrinas, novos vizinhos e novos hábitos para não morrer asfixiado pela rotina. Ele era um homem da rua, ou eu deveria dizer (?),

um homem de rua, de avenida, de boulevard, de beco, de travessa, de ponte, de asfalto, de calçada, de sol, de chuva, de neve, de folha solta, folhas do outono, de flores, as flores dos jardins na primavera, enfim, um homem. Com cem primaveras como os seus cem papéis sobre as primaveras em cartões postais...

Mostrou-me o seu caderno, uma espécie de álbum, grande e espesso, como têm os colecionadores de gravuras e aquarelas. Nele, um sem número de papéis; resquícios da vida urbana, recolhidos do chão, durante anos – sete ou oito – desde que abandonados: a música, o estúdio, os instrumentos de percussão, o apartamento em Montmartre, a sua familiaridade com uma certa tradição rítmica, e os amigos, muitos naquela época, com quem compunha ou para quem criava harmonias e arranjos.

Aberto o álbum percebi que precisaria de cem dias para percorrer seus apontamentos e achados entre cem outros papéis: cem poemas, cem versos avulsos, cem contos, cem começos para um romance inacabado, cem sonetos em partitura, cem cantos africanos, cem fotografias reconstituídas, a partir do lixo público, como também, cem desenhos sobre o verão em Cannes, cem rostos do ano passado recolhidos pelas revistas abandonadas em bancos de metrô ou de praça e, também, cem receitas doces misturadas às salgadas, as cem canções que mais gostava, cem fragmentos de uma nota de cem euros, cem embalagens de cigarro, cem selos sem cartas, cem dias numa prisão qualquer, cem gotas de sangue sobre o nome da família, cem desejos perdidos, cem dias de luto, cem fios de cabelo, cem mil tesouros de rua, cem mil nada recolhidos por Abá Ajagunã. O seu nome. Um nome entre tantos outros sem domicílio fixo entre os homens e mulheres sem papéis na cidade de Paris.

O grande caderno, de capa dura, certamente contava com cem folhas ou mais. No meio, pelas duas faces unidas, ele reconstituía o itinerário de uma semana, através de cem bilhetes de metrô, todos eles, encontrados no chão. Colados, um ao lado do outro, segundo dias e horários distintos, ali, os indícios sobre os percursos, de um homem e de uma mulher, inventados por Abá, bem como seus encontros e desencontros inopinados.

Nas duas últimas semanas ele se interessava por discursos e mensagens de carácter xenofóbico. Mostrou-me uma série deles, mas em particular, uma, escrita por uma mesma pessoa, segundo o próprio testemunho da

caligrafia e um mesmo tipo e cor de papel. Assim, reconstituídos por Abá, os nomes das estações de metrô e as ruas adjacentes dos bairros mais centrais, onde o suposto xenófobo teria passado, colando suas mensagens contra negros, judeus, imigrantes e refugiados.

Abá Ajagunã sempre que podia, preferia recolher, cortar e colar os seus achados no Aeroporto Charles de Gaulle. Em certos dias e horários o aeroporto ele disse:

- É de uma generosidade extrema! Pode-se encontrar de um tudo, mas o que me inspira, especialmente, são as marcas de batom em guardanapos de papel... Os formatos das bocas mais femininas, delicadas ou extravagantes... esquecidos sobre as mesas dos cafés ou deixados, voluntariamente, como um presente, discreto, mas sugestivo ao meu voyeurismo sem consequência e sem maldade... apenas um divertimento para a minha fantasia... sem baile de carnaval; ele acrescentou.

As flores poderiam fazer parte da coleção de Abá, mas são tão efêmeras e frágeis que ele se decidiu pelos extratos perfumados; distribuídos como amostra por jovens vendedoras à frente das perfumarias e casas de cosméticos. O perfume, ao longo do tempo, faz-se indefinido e desaparece no interior do caderno. Permanece apenas uma mancha. Basta, então, ele disse, que uma nova amostra perfumada seja substituída por uma nova essência e, durante dias e dias, o meu caderno exala doçura e um certo frescor...

Na última vez que nos encontramos trouxe-lhe uns tantos cartões postais sobre a África. Cheguei animada sem saber que aquilo seria profundamente cruel e ofensivo no colo de sua memória. Ao catador de papel e ao inventor de minúcias propus, então, que escrevêssemos cem frases. Uma ao lado da outra, uma pelo princípio da seguinte e, assim, sucessivamente, até a centésima. Abá aceitou meu passatempo sem predicado, mas que serviu para consumir o constrangimento criado em torno do meu presente. Uma vez concluídas passamos, então, a enumerar cem nomes de homens e, cem outros, de mulheres, como também fizemos com cem nomes de pedras, cem nomes de plantas, cem nomes de aves, de mamíferos, de insetos, de cidades, de artistas e, inclusive, em diferentes línguas, cem palavrões e cem formas de insulto...

Rimos muito, rimos tanto, rimos sem parar, rimos debochadamente, de cada um e do outro, rimos de nervoso e, num dado momento, chorávamos de rir. Compulsivamente. Até prevalecer o choro, o soluço e cem dores sem motivos e sem remédios para os seus cem males, sem saída, cem viagens, cem destinos cruzados, cem exílios feitos, sem qualquer retorno, sem visita aos pais, cem lembranças em cem noites claras, sem amigos, cem pretextos, cem silêncios, cem gotas de sangue sem Deus, cem adeus...

** Catitu Tayassu é
Escritora, professora, pesquisadora e curadora do projeto bilingue
e associação “Pour la vie ailleurs, Pour la vie maintenant –
Pela vida afora, Pela vida agora”.*

Paris, 02 de Julho de 2006.

Ao catador de quimeras

Normas para apresentação de textos

Artigos

Tamanho máximo de 400 linhas, fonte Times New Roman, 12;

Faça constar dois breves resumos, um em inglês (obrigatório) e outro em português ou espanhol, bem como três palavras-chave nos dois idiomas.

Lembramos que a Travessia publica textos em português e espanhol;

Siga as normas da ABNT, ex: MELO, José. *O imigrante*. São Paulo: Cortez, 2008. Nas referências, relacione apenas as fontes citadas, em ordem alfabética e, quando da repetição de um autor, obedeça a ordem cronológica;

Não transforme em nota o que é fonte bibliográfica, insira no próprio texto (sobrenome do autor, data e, quando necessário, a paginação); não utilize nota no título;

Para a breve identificação acadêmico-institucional, utilize asterisco; sempre que houver mais de um autor, a Travessia reproduzirá a ordem constante no texto recepcionado;

Evite o uso de linguagem rebuscada e, na medida do possível, inclua alguns intertítulos;

No caso de fotos, envie em arquivo separado, acompanhadas dos devidos créditos e autorização para divulgação na Travessia e com resolução não inferior a 250 dpi; mapas, gráficos, figuras também devem ser enviados como arquivos separados, em preto e branco, informando sua localização no texto;

Todos os textos devem ser inéditos e seu envio à Travessia implica na cessão de direitos autorais e de publicação à revista; o conteúdo é de inteira responsabilidade dos autores, porém, o Conselho Editorial reserva-se o direito de selecionar os que serão publicados, efetuar correções de ordem normativa, gramatical e ortográfica, bem como sugerir alterações;

Texto publicado dá direito a dez exemplares da edição, para tanto envie seu endereço postal completo.

Resenhas

Devem conter cerca de 50 linhas, fonte Times New Roman, 12.

Contos, relatos, textos divulgativos e de caráter militante

De preferência, breves, não superiores ao tamanho dos artigos; dispensam apresentação de resumos.

ADQUIRA NÚMEROS ANTERIORES
&
ASSINE TRAVESSIA – Revista do Migrante

TRAVESSIA – Revista do Migrante, agora semestral e com novo formato, está na estrada desde maio de 1988. Na trilha desses anos todos, pesquisadores das mais diversas áreas focaram seus diferentes olhares na complexa e desafiadora realidade que envolve os migrantes. Outras vezes foram os próprios migrantes e agentes sociais que registraram o seu olhar.

Trabalho
Memória
Identidades
Redes
Fluxos
Fronteira
Retorno
Preconceitos
Brasileiros no exterior

Estes são apenas alguns dos tantos temas e abordagens que se encontram à sua disposição no CEM, através dos mais de 60 números já publicados. Para assinar e/ou solicitar números anteriores, navegue pela nossa página

www.cemsp.com.br

Nela você encontra:

- Os números publicados,
- O sumário de cada número,
- Os preços de um exemplar ou da coleção completa,
- A forma de pagamento
- A opção de assinatura por um ou por dois anos.

Confira e entre em contato conosco!

A MÃO-DE-OBRA OCUPADA NA ATIVIDADE INDUSTRIAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E JACAREÍ: Movimentos migratórios e movimentos pendulares

Léa Francesconi

Dissertação de Mestrado em Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 1978, 113 p.

Este trabalho discorre sobre a atividade industrial, com ênfase nos movimentos migratórios de sua mão-de-obra, considerados nas dimensões da migração permanente ou semipermanente e aquela pendular e diária. Na busca de respostas a questões sobre a problemática das cidades médias em processo de industrialização, focam-se duas cidades do Médio Vale do Paraíba, São José dos Campos e Jacareí, limitando-se, porém, às modificações decorrentes de sua expansão na distribuição espacial de mão-de-obra industrial e à investigação de possíveis correlações.

EXPANSÃO URBANA NAS GRANDES METRÓPOLES: O significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza

Fausto Brito e Joseane de Souza

In: São Paulo em Perspectiva, SEADE, São Paulo, 2005, 16 p.

O objetivo primeiro deste artigo é analisar a simultaneidade do processo de urbanização e de concentração da população urbana nos grandes aglomerados metropolitanos na segunda metade do século XX no Brasil. Como decorrência, também será estudado o processo de redistribuição da população dentro dos aglomerados na perspectiva da metropolização da pobreza, tendo como referência a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

MOBILIDADE PENDULAR NA METRÓPOLE PAULISTA

Valmir Aranha

In: São Paulo em Perspectiva, SEADE, São Paulo, 2005, 14 p.

O trabalho identifica, na Região Metropolitana de São Paulo, as principais tendências de deslocamentos de pessoas que residem em um município e trabalham ou estudam em outro. Destaca o município de São Paulo como principal área de destino dos deslocamentos metropolitanos e faz o mapeamento de cinco subáreas de deslocamentos pendulares nos demais municípios metropolitanos.

AMETRÓPOLE E SEUS DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS COTIDIANOS: Os casos da mobilidade pendular na Região Metropolitana de Campinas em 2000

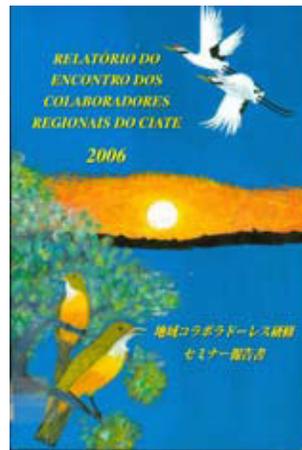
José Marcos Pinto da Cunha e Daniel Sobreira

V Encontro Nacional sobre Migração, ABEP, Campinas, 2007, 24 p.

O artigo analisa a constituição dos fluxos de deslocamento pendular na Região Metropolitana de Campinas relacionando esse fenômeno à migração intrametropolitana, com a qual está fortemente correlacionado. Também são feitas considerações quanto às características socioeconômicas e demográficas da população que realiza o deslocamento pendular e em que medida essa modalidade de deslocamento condiciona essas características. O artigo também busca operacionalizar novas perspectivas teóricas, capazes de contemplar a complexidade que o fenômeno do deslocamento pendular adquire, particularmente na sua relação com a constituição social do território metropolitano.

Espaço aberto à divulgação de livros doados à Biblioteca do CEM

Serão divulgados apenas os livros que se enquadram nos critérios de catalogação da Biblioteca do CEM, especializada em migrações.



Este conjunto de livros versa sobre as atividades do CIATE - Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador do Exterior (na verdade, aos brasileiros que migram para trabalhar no Japão). Surgiu no começo da década de 1990, com a finalidade de dar informações aos brasileiros antes de sua saída do Brasil, visando diminuir os problemas a serem enfrentados no Japão. Atualmente, as preocupações do CIATE voltam-se para os mais diversos aspectos de problemática que envolve o Movimento Dekassegui: educação, saúde, previdência, etc., temáticas amplamente debatidas pelos colaboradores do CIATE.

Seja um(a) Colaborador(a)

Pensou migrante, pensou *Travessia!*

Pensou diferente, pensou *Travessia!*

De estrada palmilhada, por um Conselho Editorial atuante, lá se vão de vinte anos mais.

A temática para a qual você estendeu o seu olhar, é mais do que candente: Os **migrantes**

Politicamente.....	ora desejados, ora indesejados - sempre estiveram na ordem do dia e, na atualidade, transformaram-se em tema das agendas internacionais de governos;
Culturalmente.....	alguns são homenageados, vangloriados; outros, a maioria, discriminados, vítimas de preconceito, quando não de xenofobia;
Economicamente..	são integrantes, como fator de maior visibilidade, de um dos eixos constitutivos da modernidade - a mobilidade do trabalho;
Teoricamente.....	abordados a partir de diferentes enfoques, nem sempre conseguem ser suficientemente abarcados.

Se seu horizonte não minguar nos limites do acadêmico, dispute este espaço, pois a *Travessia* transita para além das estantes.

Você encontra aqui um espaço ágil e flexível para socialização

dos seus estudos acadêmicos

da sua produção literária

da sua atuação militante.

A qualquer momento você pode enviar a sua colaboração.

*Dos/as migrantes cabem,
na ginga da Travessia,
as amostras da empiria,
os embates da teoria,
as lutas do dia a dia,
os sonhos da poesia.*

cemsp@cemsp.com.br

www.cemsp.com.br

Sumário

Apresentação
Helion Póvoa Neto

Análise do deslocamento pendular para o trabalho
do município de Colombo para Curitiba / PR
Gislene Santos

(Des)caminhos da migração pendular na metrópole
do Rio de Janeiro: uma perspectiva a partir
dos eixos de transporte
Luciano Ximenes Araújo

Emigração de argentinos para a Espanha:
fluxos e composição
Fernando Osvaldo Esteban

Refugiados: o reassentamento solidário
no território brasileiro
César Augusto Silva da Silva
Viviane Mazine Rodrigues

Migración internacional, remesas y desarrollo:
del mito a la realidad
Rodolfo García Zamora

A Diretiva Europeia de retorno
João Carlos Jarochinski Silva

Resenha

Cem papéis (conto)
Catitu Tayassu

www.cemsp.com.br

I ISSN 0103-5576



0103-5576